DIARIO de PERNAMBUCO 200

SEXTA-FEIRA Recife, 28 de março de 2025 nº 087

diariodepernambuco.com.br
O JORNAL MAIS ANTIGO EM CIRCULAÇÃO NA AMÉRICA LATINA. 199 ANOS DE CREDIBILIDADE

1825 - 2025 FALTAM 219 DIAS


REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

SEQUESTRO

OPERAÇÃO SEGUE À PROCURA DE INGRID

A Polícia entra hoje no 4º dia de buscas pela menina, levada da mãe por Jocelmo Caldas, perto de Orobó, no Sertão do estado. Informações que ajudem na localização dela podem ser dadas pelo 0800-081-5001. Vida Urbana 18

Polícia prende 21 envolvidos na guerra de organizadas

Operação Contra Pista cumpriu 42 mandados de prisão, 24 de busca e apreensão e três internações provisórias de menores, além de sequestro de bens. Torcedores entraram em confronto em fevereiro, antes do Clássico das Multidões, no Recife. Radar 21

Estado tem 50 políticos em cargos comissionados

Política 3

GOLPE DE ESTADO

JORNAIS: BRASIL CHEGOU PERTO DE VOLTAR À DITADURA

Política 4

RAIO-X

CHEGOU A HORA DA ESTREIA DO SPORT NO BRASILEIRÃO

Esportes 22 e 23



RUAN PABLO/DP FOTO

HISTÓRIA

VIDA LONGA AO SABOR E À TRADIÇÃO DO LARICA'S

Do segredo do molho à fidelização dos clientes, a hamburgueria mais antiga de Olinda segue sua tradição desde 1991: sem gourmetizar, mas aprimorando sabores. Viver 14



sac
(81) 9217 0191 (whatsapp)
relacionamento@diariodepernambuco.com.br



assinaturas
(81) 3320 2020
Fotografe o QR code e acesse a página para fazer a sua assinatura do Diario

nas redes
YouTube diariodepernambucotv
Facebook Diario de Pernambuco
Instagram @diariodepernambuco
X @DiarioPE

Anuncie no classilíder (81) 3320-2020
classilider@diariodepernambuco.com.br
editais@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br



por uma prática sustentável, recicle o seu

*Os artigos publicados nesta página são de responsabilidade dos seus autores e não refletem necessariamente a opinião do jornal.



Orlando Morais Neto *

Regularização fundiária: encerrando a cultura dos posseiros sem título e construindo cidades mais justas

A ausência de título de propriedade perpetua uma cultura de informalidade que gera insegurança jurídica, conflitos e limitações econômicas para milhões de famílias. Historicamente, a expansão urbana acelerada, aliada à falta de políticas habitacionais eficazes, levou muitos a ocuparem áreas sem a devida regularização. Essa situação impede que os posseiros tenham acesso a financiamentos, melhorem seus imóveis e até mesmo usufruam de benefícios sociais, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade que afeta não só os indivíduos, mas o desenvolvimento urbano como um todo.

A implantação de programas de regulação fundiária surge, portanto, como uma medida imprescindível para reverter esse quadro. Ao formalizar a posse, o Estado garante segurança jurídica aos cidadãos, transformando posseiros em proprietários legalmente reconhecidos. Essa transformação possibilita o acesso a linhas de crédito e a investimentos, que podem estimular a valorização dos imóveis e a melhoria das condições habitacionais. Quando os imóveis são regularizados, os dados confiáveis permitem aos gestores públicos planejar melhor a infraestrutura, organizar o território e implementar serviços essenciais como saneamento, transporte e segurança, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Além disso, a formalização das propriedades tem um impacto positivo na arrecadação fiscal. Imóveis com títulos regularizados ampliam a base de contribuintes, permitindo a cobrança de impostos como o IPTU, cujos recursos podem ser revertidos em melhorias urbanas e investimentos na própria cidade. Dessa forma, o processo de regularização não só beneficia os cidadãos ao proporcionar estabilidade e acesso a direitos, mas também fortalece a capacidade do poder público de investir em políticas de desenvolvimento e inclusão social.

A formalização das propriedades tem um impacto positivo na arrecadação fiscal

É importante destacar que, embora os desafios sejam reais – como a burocracia, a complexidade dos processos legais e a necessidade de integração entre diversos órgãos públicos – os benefícios advindos da regularização superam essas dificuldades. A modernização dos sistemas de cadastro e a simplificação dos procedimentos administrativos são medidas fundamentais para acelerar esse processo. A parceria entre o setor público e privado, por meio do uso de tecnologias avançadas para mapeamento e registro de áreas, pode tornar a regularização mais eficiente e transparente.

Em suma, a implantação de programas de regulação fundiária é essencial para pôr fim à cultura dos posseiros sem título de propriedade. Ao promover a segurança jurídica, a inclusão social e o desenvolvimento econômico, essa política representa um investimento no futuro das cidades e de seus cidadãos. A formalização dos imóveis não apenas melhora a qualidade de vida dos ocupantes, mas também gera condições para um planejamento urbano mais eficiente e para a construção de uma sociedade mais justa e organizada.

*** Sócio de Paurá Advocacia, especializado em Direito Eleitoral, mestre e doutorando em Direito pela UNICAP**



Aldo Paes Barreto *

Para não esquecer

Tantos e tantos anos depois, lembro em detalhes dos acontecimentos no Recife, que culminaram com o golpe militar de 1964. Como está acontecendo atualmente, a cidade estava dividida. Naqueles últimos dias de março, os primeiros movimentos do golpe militar pareciam mais uma das tantas escaramuças que o recifense assistira nos últimos anos. Parte da sociedade civil queria a intervenção militar para combater o comunismo e a corrupção. A outra pedia o fim do capitalismo.

Também como hoje, poucos sabiam, mais os interesses econômicos e políticos estavam longe daqui. Era a Guerra Fria.

Estudante vestibulando fiquei zanzando pelo centro da cidade naquele resto de manhã do 1º de abril. O cursinho suspendera as aulas e poucos ônibus circulavam. Na confluência das avenidas Dantas Barreto e Guararapes, um grupo de jovens prosseguia na manifestação que tivera início da Escola de Engenharia, na Rua do Hospício, contra o golpe militar. As informações, desencontradas, diziam que o governador Miguel Arraes estava preso e era para o Palácio, já cercado pelo Exército, que os manifestantes se dirigiam.

Foi então que uma patrulha do Exército, comandada pelo major Hugo Coelho - soube-se depois -, procurou barrar a passeata. Os estudantes recuaram, apanharam algumas bandas de cocos e arremessaram contra os soldados. A violenta resposta veio com a ordem do major: “Fogo!” Ele mesmo mirou dois manifestantes pelas costas e atirou com arma curta atingindo mortalmente os dois.

Jonas Albuquerque, estudante secundarista, e Ivan Rocha, vestibulando de Engenharia, que até poucos dias servia ao Exército, haviam sido mortalmente feridos pelos disparos. Pelas costas, pude verificar horas depois, diante dos corpos dos dois no necrotério do antigo Pronto Socorro, na Rua Fernandes Vieira.

Após os tiros, os manifestantes debandaram e eu, quase arrastado por um amigo, Edmundo Lins da Cunha, fui para casa. Na Encruzilhada, bairro onde morava, a notícia das mortes já chegara, somando-se a outra tragédia: um acidente automobilístico dias antes, no Sábado de Aleluia, provocara a morte do estudante de Medicina Cândido da Fonte e ferira Paulo Jácome, colegas da Faculdade do meu irmão.

À noite, junto com amigos e colegas do sobrevivente Paulo Jácome fomos visitá-lo no antigo Pronto Socorro, na Avenida Fernandes Vieira. E no térreo, na “pedra” do necrotério do antigo hospital vigiados por soldados do Exército, jaziam os corpos de Jonas e Ivan. Jonas recebera um tiro que lhe arrancara o maxilar, evidenciando que ele corria e procurava olhar para trás quando levou o balaço. Ivan recebeu um disparo que lhe varara o peito e explodiu o tórax. Ambos, pelas costas.

Os militares já eram donos do poder e prometiam o fim do comunismo, a prosperidade do Brasil e bem-estar de todos os brasileiros. Era o dia 1° de abril. Dia da Mentira.

*** Jornalista**

DIARIOdePERNAMBUCO
Fundado em 1825 por
Antonino José de Miranda Falcão



DIRETORIA

Presidente Carlos Frederico A. Vital | **Diretora de Jornalismo** Paula Losada | **Diretor de Redação** Ricardo Novelino

Editora-executiva: Tatiana Notaro | **Chefe de reportagem**: Carlos Lopes | **Editores**: Amanda Azevedo, Cleodon Coelho, Cynthia Morato, Gustavo Lucchesi, Marcos Leandro, Pedro Ivo Bernardes e Pupi Rosenthal | **Coordenador de arte:** Ira Oliveira | **Coordenadora de fotografia**: Sandy James

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O DIARIO:
Leitor: **81 2122 7500** - assinante: **81 3320 2020** - Depart. Comercial e Marketing: **81 2122 7888/7892**

VENDA AVULSA

Localidade	TERÇA a SEXTA	SUPER EDIÇÃO
PE	R$ 3,00	R$ 5,00
PB	R$ 3,00	R$ 5,00
Outros estados	R$ 4,00	R$ 8,00

ASSINATURAS*

	PE / PB	Outros estados
segunda a domingo:		
anual	R$ 990,50	R$ 1.877,00
semestral	R$ 495,25	R$ 938,50
sábado e domingo:		
anual	R$ 260,00	R$ 624,00



Baixe o nosso novo app: **DP DIGITAL** Disponível na Play Store e na App Store



por Ricardo Dantas Barreto

Diario político

diariopolitico@diariodepernambuco.com.br

Lula x Bolsonaro

O julgamento da Primeira Turma do STF que tornou Jair Bolsonaro (PL) réu por participação na trama do golpe de estado, foi mais um mote para alimentar a polarização entre ele e o presidente Lula (PT). Ao repercutir a decisão dos magistrados, o petista defendeu o Supremo e lembrou das revelações de que seria alvo. "É visível que o ex-presidente tentou dar um golpe no País. É visível, com todas as provas, que ele tentou contribuir para o meu assassinato, para o assassinato do vice-presidente e para o assassinato do ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e todo mundo sabe o que aconteceu nesse País", comentou Lula. Inconformado com o que foi decidido no Supremo, Bolsonaro rebateu o presidente na sua conta do X: "Lula, cachaça, o brasileiro sabe de sua índole e de como você chegou até aqui. Só um imbecil ou um canalha compra esse papo de plano de assassinato. A única pessoa que tentaram matar fui eu, em uma ação de antigo militante do PSOL, seu braço político de primeira hora. Não conseguiram! Esse foi o grande erro de vocês, como admitiu José Dirceu". E assim, Lula e Bolsonaro seguem centralizando o foco das atenções. Apesar de o petista não repetir os feitos das gestões anteriores, e isso se reflete na frequente queda de popularidade, não há espaço para um sucessor natural. Da mesma forma, Bolsonaro age como se ainda tivesse qualquer chance de se candidatar em 2026. Sucessores naturais se colocam à disposição, porém ainda de forma tímida para não desgraçar os eleitores fiéis do ex-presidente.

Emendas x voz

A líder do Governo, Socorro Pimentel (UB), diz que a chegada da adversária Roberta Arraes (PP) à Alepe não a incomoda e avalia ser mais uma voz em defesa do Araripe. A diferença é que Socorro tem emendas parlamentares para a região. Roberta Arraes, como é suplente, não tem. Ela substitui Kaio Maniçoba (PP), que assumiu a Secretaria de Turismo de Pernambuco.

Porta voz de PE

Responsável por indicar a secretária de Esportes, Ivete Lacerda, o deputado Mendonça Filho (UB) ouviu da governadora em exercício Priscila Krause (PSDB) que ele tem sido um grande porta-voz do Governo e de Pernambuco no Congresso Nacional, pelo reconhecimento que tem.

15 dias de agenda cheia

Priscila Krause encerra hoje a sua interinidade como governadora, entregando uma quadra coberta, em Garanhuns. Foram 15 dias de agenda cheia, que incluiu posse de dois secretários e nomeação de novos políticos no Estado. Raquel Lyra retorna hoje do Canadá.

Terceira presidência

Bruno Rodrigues passa a acumular, a partir de hoje, três presidências, dessa vez da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen), em cerimônia que acontecerá em Campina/SP. Ele preside o Ceasa-PE e foi eleito pelos demais gestores do Brasil para o cargo nacional. Bruno Rodrigues também é presidente do Santa Cruz.



RUAN PABLO/DP FOTO

Governadora em exercício, Priscila garantiu que cumpriu o que foi arrumado por Raquel

Governo tem 50 políticos em cargos comissionados

Ao todo, foram 13 nomeados na última quarta e outros 37 em janeiro deste ano. Aliados da governadora, como ex-prefeitos, ocupam postos na Casa Civil

GUILHERME ANJOS

O número de políticos nomeados para cargos comissionados na Secretaria da Casa Civil do governo do estado em 2025 chegou a 50. Governadora em exercício durante o recesso de Raquel Lyra (PSD), Priscila Krause (PSDB), nomeou mais 13 aliados na última quarta-feira (26), entre ex-prefeitos, ex-vice-prefeitos e candidatos a vereador derrotados nas últimas eleições municipais.

Nomes políticos compondo a gestão estadual não são fora do comum, mas ficaram notórias as nomeações de aliados em blocos na Casa Civil feitas por Raquel Lyra desde o início deste ano. No dia 28 de janeiro, 22 ex-prefeitos de diversas regiões do Estado foram abrigados na pasta de uma única vez. No dia seguinte, foram mais 15 políticos.

Apesar do ato ser assinado por Priscila Krause, a costura foi feita por Raquel. De acordo com a vice-governadora, ela "cumpriu tudo o que ficou arrumado pela governadora, nada saiu do planejamento dela". Questionada sobre as nomeações, Krause se ateve a afirmar que os novos quadros políticos da Casa Civil vão atuar para aproximar o governo do povo.

"Eles contribuem com a sua experiência, fazendo um trabalho de aproximação do governo com a população. Todos têm experiência na administração pública e podem contribuir com o povo de Pernambuco", disse.

Dos 13 novos nomeados para a Casa Civil, sete assumem cargos de assessoria especial de articulação e acompanhamento; um chega como assessor especial de coordenação estratégica; dois, como assistentes técnicos; e três como assessores.

Leia mais

www.diariodepernambuco.com.br/politica

Secretária de Esportes toma posse

A advogada Ivete Lacerda foi empossada, ontem, como secretária de Esportes de Pernambuco, com o compromisso de ampliar as atividades esportivas em todo estado. A nova secretária garantiu que dará atenção a todas as atividades, incentivando a prática esportiva do Litoral ao Sertão. A cerimônia de posse foi comandada por Priscila Krause.

A indicação de Ivete Lacerda foi feita pelo deputado federal Mendonça Filho (UB), confirmando todas as especulações que já ocorriam nos bastidores do Governo. O deputado integra a ala do União Brasil que faz parte da base da governadora Raquel Lyra e garantiu que confia no trabalho que vem sendo realizado nos últimos dois anos.

"Creio que há um consenso político de que a virada de chave já aconteceu. Raquel começa a se destacar nos cenários local e nacional. Ela é obstinada, trabalhadora e séria. A gente sabe que por trás dela tem uma liderança nata e compromisso com o povo", afirmou o deputado. (**Do Blog Dantas Barreto**)

Eufrázio



por Leandro Mazzini, com equipe DF, SP e RJ

Esplanada

diariodepernambuco.com.br

Lula e Minas

Mineiro que é, o senador Rodrigo Pacheco (PSD) está na "planície" após descer da presidência do Senado, mas não longe do Poder. Trabalha quieto por holofotes maiores. Ao recusar ser ministro da Justiça do presidente Lula da Silva, e ficar em cima do muro sobre se candidatar ao Governo de Minas, aliados próximos apontam que seu projeto é uma vaga no Supremo Tribunal Federal, por sua formação no Direito. Lula havia convidado Pacheco para ser seu candidato ao Governo mineiro durante a viagem oficial à China, e estava animado com a perspectiva de ter um palanque no Estado. Mas agora, o petista corre para achar um plano B para o 2º maior colégio eleitoral do Brasil, fiel da balança em toda eleição presidencial. Para uma candidatura própria do PT, surgiram os nomes dos deputados federais Rogério Correia e Odair Cunha, e do estadual Cristiano Silveira. Mas cresce nas hostes o nome do federal Reginaldo Lopes, há anos o petista mais votado em Minas e que quase foi nomeado ministro da Saúde de Dilma Rousseff.

Devedor pagando

A Procuradoria-Geral da Fazenda registrou recorde histórico de R$ 61,3 bilhões recuperados da dívida ativa da União e do FGTS em 2024, 20% superior ao ano anterior (R$ 48,3 bi). A PGFN destaca que evitou perdas de R$ 727,1 bilhões para a União. Os valores recuperados ingressam diretamente na Conta Única do Tesouro.

Será que volta?

Preso pela PF na Operação Capitu (2018) e demitido por Lula no escândalo "Arrozgate" (2024), Neri Geller prepara a volta no cenário político no Mato Grosso. Geller tem dito junto aos políticos do Estado de que será o novo Secretário de Agricultura do Governo Mauro Mendes, indicado pela turma do agronegócio. Por ora, Mendes não confirma nem desmente.

O voo da alegria

Não é mentira, mas no dia 1º de abril, a FAB levará uma missão de deputados à abertura da LAAD, uma das maiores feiras de defesa da América Latina, que acontece no Riocentro, no Rio de Janeiro. A disponibilização de um jatinho para a turma causou um corre-corre para os prestigiados e exclusivos assentos no voo de bate-e-volta.

SEI Avança

O Senac segue expandindo o uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ferramenta que agiliza e moderniza a gestão documental. Após a adoção no DF, Goiás e Tocantins, o Senac-PE implementa hoje o sistema. Desenvolvido pelo TRF-4, garante mais transparência e eficiência nos processos internos. A Federação do Comércio do DF será a próxima a adotar a plataforma.

Boleto & boletim

A taxa média de inadimplência nas escolas particulares do Brasil apresentou queda e atingiu 20,36% em 2024, aponta levantamento da Sponte, unidade especializada em Educação da Linx. Os dados mostram que o nível de descumprimento de pagamentos nas escolas caiu mais de 2% em relação a 2023 (22,63%), período com o maior índice registrado desde 2019 (17,57%), mas ainda não supera os números pré-pandemia.

New York Times: Brasil perto de voltar à ditadura

Julgamento que tornou ex-presidente Jair Bolsonaro réu foi repercutido por vários veículos dos Estados Unidos, América Latina e Europa

Os jornais mais influentes do mundo repercutiram o julgamento, na última quarta-feira, que tornou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) réu por tentativa de golpe de Estado. Várias publicações, inclusive, relembraram o passado ditatorial do Brasil.

O New York Times (NYT), dos Estados Unidos (EUA), disse que a investigação revelou que o Brasil chegou perto de voltar à ditadura e o francês Le Figaro destacou que a decisão é histórica para um país ainda "assombrado pela memória da ditadura militar (1964-1985)".

O NYT escreveu que "a investigação revelou o quão perto o Brasil chegou de retornar a uma ditadura militar quase quatro décadas depois de sua história como uma democracia moderna" e que "Bolsonaro também parece estar apostando no apoio do Sr. Trump".

Já o Le Figaro destacou que "a decisão é histórica em um país ainda assombrado pela memória da ditadura militar (1964-1985), recentemente revivida pelo fenomenal filme Ainda Estou Aqui, de Walter Salles, vencedor do Oscar de melhor filme internacional".

O jornal ligado ao mercado financeiro de Wall Street, o The Wall Street Journal, destacou que o julgamento desferiu "um golpe em um dos aliados mais próximos do presidente Trump na América Latina"

O The Washington Post, principal jornal da capital dos EUA, lembrou ainda que Bolsonaro era conhecido por "expressar nostalgia pela ditadura passada do país e desafiou abertamente o sistema judicial do Brasil durante seu mandato de 2019-2022".



EDUARDO F S LIMA/FOTOARENA/ESTADÃO

Ligação de Bolsonaro com Trump também foi lembrada

AMÉRICA LATINA

O jornal argentino Clarín também deu destaque ao julgamento., enquanto o mexicano El Universal fez uma reportagem para repercutir a fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o julgamento, destacando ainda os argumentos de Moraes e do Bolsonaro sobre a trama golpista.

EUROPA

O tradicional jornal inglês The Guardian destacou que a decisão que tornou Bolsonaro réu "deixa o populista de extrema direita enfrentando o esquecimento político e uma possível pena de prisão de mais de 40 anos".

O jornal espanhol El País disse que não é incomum que um ex-presidente seja julgado criminalmente no Brasil, "o que é inédito é que ele será levado a julgamento por um golpe". (**Agência Brasil**)

Lula diz que Bolsonaro tentou dar golpe

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que é "visível" que o ex-presidente Jair Bolsonaro tentou dar um golpe de Estado e também teve participação no plano para assassiná-lo. O presidente, porém, afirmou que seria "presunção" fazer qualquer previsão sobre o desfecho do julgamento de Bolsonaro pelo STF.

Na avaliação do presidente, não adianta Bolsonaro ficar "fazendo bravata" e alegar perseguição. "Ele sabe o que ele cometeu. E não adianta ficar pedindo anistia antes do julgamento", afirmou. Lula disse ainda que é preciso respeitar o processo legal e o direito à defesa, mas que, se Bolsonaro for considerado culpado, precisará cumprir a pena.

O Supremo Tribunal Federal já condenou 503 envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, até ontem. As sentenças atingem incitadores, executores e financiadores da invasão às sedes dos Três Poderes, em Brasília, e resultam de 1.586 ações penais abertas desde o início das investigações, segundo dados da Corte.

VACINA

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu, ontem, o arquivamento do inquérito que apura a participação do ex-presidente Jair Bolsonaro no esquema de falsificação de cartões de vacinação. (**Estadão Conteúdo**)

REPRODUÇÃO/TCE-PE



Valor unitário do item foi R$ 310,94, mas o preço razoável foi estipulado em R$ 116

Livros: TCE-PE avalia superfaturamento

Auditoria inicial apontou compra de material didático para professores por quase o dobro pela Prefeitura do Recife. Gestão municipal nega irregularidades

JORGE COSME

O conselheiro do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE) Luiz Arcoverde Filho solicitou, ontem, um parecer complementar no processo que trata de um suposto superfaturamento na compra de livros para professores pela Prefeitura do Recife. A gestão João Campos (PSB) nega irregularidades e contesta as informações da primeira auditoria do órgão.

Há cerca de seis meses, uma nota técnica da Auditoria de Controle Externo do TCE-PE apontou que a Prefeitura pagou R$ 646.615,98 a mais na aquisição de 3.317 unidades do material didático do professor pela Secretaria de Educação do Recife junto à empresa Mind Lab. Segundo o documento, o valor unitário do item foi R$ 310,94, mas o preço razoável foi estipulado em R$ 116.

O cálculo para apontar a incompatibilidade do preço levou em conta a comparação com os custos do material didático do aluno, adquirido a R$ 58 cada. Para a equipe de auditoria, os manuais dos professores só deveriam custar até duas vezes esse valor, dado que "não apresentam diferenças significativas" em relação ao dos alunos. Todo o excedente, portanto, foi considerado como "superfaturamento".

Os auditores do TCE-PE também alegaram que houve subutilização do material. Mais de 50% dos alunos e 40% dos professores não acessaram uma vez sequer a plataforma digital da Mind Lab no exercício de 2022, segundo a auditoria. Do total de estudantes, apenas 20,8% realizaram a "Avaliação Socioemocional da Mind Lab".

Auditores do órgão também alegam que houve uma subutilização do material pelos docentes e alunos

Inicialmente, a auditoria havia identificado um prejuízo de R$ 3.327.600, mas o valor foi corrigido na nota técnica de setembro de 2024. Foram classificados como responsáveis pela compra o secretário de Educação do Recife, Fred Amâncio; a secretária-executiva de Gestão Pedagógica da Secretaria de Educação do Recife à época, Juliana de Paula Guedes de Melo Santos; e a empresa Mind Lab. A Secretaria de Educação do Recife anunciou em 18 de março que Fred deixará o comando da pasta na próxima segunda-feira (31). Segundo a nota, ele aceitou a proposta de uma "grande instituição do terceiro setor".

Para pedir o opinativo complementar, o conselheiro Luiz Arcoverde Filho, que é relator do processo, justificou que novas peças processuais foram acrescidas por diversos participantes após parecer anterior. A 2ª Procuradoria de Contas não tem prazo determinado para responder o pedido.

Em nota, o TCE-PE reforça que o processo de auditoria especial ainda não foi apreciado pelo relator e que se trata de uma etapa preliminar. O débito de R$ 646 mil é uma sugestão da auditoria, que poderá ou não ser aceita na fase de julgamento, de acordo com a Corte de Contas.

Prefeitura diz que termo foi usado incorretamente

A Prefeitura do Recife, por meio da Secretaria de Educação, afirmou que não há superfaturamento e que o termo foi utilizado de forma incorreta. "O documento cometeu o equívoco de relacionar o preço unitário de R$ 1.690 por professor, partindo da premissa que seria fornecido para 300 professores, quando na realidade o material é disponibilizado para 300 unidades escolares, quando deveria ter feito a associação aos mais de quatro mil docentes que têm acesso ao material", diz nota da prefeitura.

A gestão menciona ainda que o preço do material do professor é "totalmente diferente" em relação ao do estudante. "A comparação deveria ser feita a materiais similares", sugere.

Em suas alegações finais, publicada em 19 de março deste ano, a defesa do secretário de Educação do Recife, Fred Amâncio, argumentou que não existe sobrepreço quando o valor elevado é justificado pela qualidade superior, condições de mercado excepcionais ou uso de tecnologias inovadoras. Acrescentou também que não se pode medir a utilização do material pelos acessos à plataforma, já que esta é recurso complementar.

A Mind Lab declarou em nota que não compactua com práticas que favoreçam empresas ou governos em negociações com estados e municípios. "As soluções da companhia são empregadas no ensino do Recife (PE) há 12 anos e todos os processos anuais de auditoria foram julgados regulares ao longo desse período", informou.



PODER JUDICIÁRIO
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE SENTENÇA
ESTADO DE GOIÁS – PODER JUDICIÁRIO – COMARCA DE GOIÂNIA

Autos nº 0197652-12.2001.8.09.0051
Autor: PLATÃO EMANUEL RIBEIRO
Ré: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PLATÃO EMANUEL RIBEIRO, devidamente qualificado e via de advogado, aforou neste juízo "AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS" em face de PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, também qualificado, expondo, para tanto, em resumo, o seguinte:
É Juiz titular da 2° Vara Cível e dos Feitos da Fazenda Pública da comarca de Itumbiara.
Nessa condição, em 03 de setembro do corrente ano (2001) proferiu nos autos de n° 314/01 (Protocolo n° 2001350273 - Autor: Petroluz Diesel Ltda e outras - Réu: Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS) uma decisão concessiva de antecipação parcial da tutela, mediante caução, para que o Réu procedesse a imediata devolução às Autoras (prazo de 24 horas) das diferenças de ICMS que comprovaram estar retidas, no valor total de R$ 18.938.864,57.
Em virtude desse ato judicial, o Réu - que não ficou satisfeito - fez divulgar matéria sensacionalista em vários jornais e revistas do país, acusando os magistrados goianos de participarem de uma máfia para dilapidarem seu patrimônio.
Com efeito, pretende o Autor - então titular da 2° Vara Civel e dos Feitos da Fazenda Pública da comarca de Itumbiara - ser indenizado por danos morais decorrentes da ofensa perpetrada pela Petrobrás ao divulgar matéria paga em jornais e onde relacionou vários juízes que concederam liminares ou antecipação de tutela em seu desfavor, divulgação essa de conteúdo ofensivo à honra e imagem do magistrado, posto que seu nome figurou entre aqueles listados nas publicações.
A empresa, por sua vez, diz que não praticou nenhuma conduta censurável, na medida em que sua atuação consistiu apenas em divulgar atos praticados nos autos de processos judiciais, por si sós de natureza pública, e que em nenhum momento ofendeu ou agrediu a honra e imagem dos magistrados deste Estado.
Dentre as mencionadas divulgações da imprensa, foi destacada aquela titulada de "Pirataria Tributária", publicada em página inteira por diversos jornais do país, uma das quais podemos ver a fls. 34/35, de "O Globo".
Em que pese a relutância e o esforço da Petrobrás em assumir sua responsabilidade, verdade é que o conteúdo das matérias transmitiu uma mensagem clara de que os juízes que oficiaram nas ações em seu desfavor ações essas promovidas por Distribuidoras e com o fito de serem reembolsadas das diferenças de ICMS oriundas do regime de substituição tributária, estariam mancomunados com aquelas empresas para saquearem seus cofres. Esses magistrados fariam parte de uma "quadrilha" para "assaltarem" os cofres da sociedade petroleira. E o "modus operandi" consistia em "aceitar mentiras como verdade", imprimir "inusitada rapidez" nos feitos e decisões que autorizavam os "ataques a seus cofres". (...)
No caso específico do Autor - e ao contrário do que foi divulgado pela mídia -, não foi autorizado qualquer levantamento de numerário, mas sim que o valor postulado pela Distribuidora fosse transferido para uma conta judicial "remunerada". (...)
Agindo da forma que agiu, o Réu acabou por ferir a honra e a dignidade do Autor assumindo a obrigação de arcar com as consequências de sua nefasta conduta. (...)
Com relação à publicação da sentença, que imagino ser o mais importante para aquele que é ofendido, injustamente, em sua boa fama, mostra-se como efeito ou consequência do ato reprovado. Ora, se por meio de jornais se difamou, por esse mesmo meio deverá se desdizer. E uma maneira prático de fazer isso é dar publicidade a esta sentença, nos mesmos veículos, espaço e com o mesmo destaque.
Ante todo o exposto, julgo procedentes os pedidos e de consequência CONDENO Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS a indenizar o Autor pelos danos morais por este suportados e no valor que arbitro em R$ 100.000,00. Condeno-a, ainda, a dar publicidade desta sentença nos mesmos jornais que veicularam a matéria intitulada "Pirataria Tributária", com o mesmo destaque e espaço. "

Goiânia, 02 de fevereiro de 2006.
Lusvaldo de Paula e Silva
2º Juiz de Direito da 1ª Vara Cível

Dúvidas sobre impacto do consignado CLT

Segundo presidente do Branco Central, existem estimativas sobre a medida, mas não se sabe se representa, por exemplo, fluxo novo de crédito

ANTÔNIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



Galípolo considerou que programa é estrutural

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disse ontem que os possíveis impactos da medida que ampliou o crédito consignado para celetistas ainda não foram considerados nas projeções da autoridade monetária. A afirmação foi feita durante entrevista para apresentação do Relatório de Política Monetária do primeiro trimestre.

"A gente não considerou ainda, nas nossas projeções, o impacto do consignado privado. Temos visto, desde o lançamento, estimativas variadas de como será o impacto. Há muita dúvida sobre quanto isso representa um fluxo novo de crédito ou uma substituição de dívida antiga por nova, e sobre como isso vai se desdobrar no tempo", disse.

Criado por medida provisória no último dia 12, o Programa Crédito do Trabalhador na Carteira Digital de Trabalho abrange empregados da iniciativa privada com carteira assinada, incluindo empregados domésticos, trabalhadores rurais e contratados por microempreendedores individuais (MEI). A medida, segundo o governo, tem o potencial de oferecer crédito menos caro a até 47 milhões de pessoas.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, foram registradas 64.718.404 simulações e 8.704.759 pedidos de crédito. Até as 17h da última terça-feira, 48.170 pessoas contrataram R$ 340,3 milhões em empréstimos pela nova modalidade de crédito consignado para trabalhadores da iniciativa privada. O valor médio ficou em R$ 7.065,14 por trabalhador, com prazo médio de 21 meses divididos em parcelas de R$ 333,88.

Na avaliação do presidente do BC, a iniciativa tende a responder mais a uma questão estrutural da oferta de crédito, do que uma medida conjuntural, "tendo a ver como uma agenda mais antiga de substituir crédito de alto custo para baixo custo", ressaltou.

IMPOSTO DE RENDA

Ainda segundo Galípolo, as medidas como o novo consignado privado e a isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R$ 5 mil têm caráter estrutural, e não parecem "conversar" com o ciclo de aperto monetário. "A questão do imposto de renda não é algo que está agora, é uma promessa que fazia parte do programa de governo do presidente Lula", disse Galípolo. Os impactos da isenção do pagamento do Imposto de Renda para quem recebe um salário de até R$ 5 mil, no entanto, ainda não foram calculados, explicou. (**Agência Brasil e Agência Estado**)

GOVERNO

Déficit primário é de R$ 31,7 bi

O aumento das receitas e queda das despesas, com o adiamento do pagamento de precatórios, fez o déficit primário cair em fevereiro de 2025. No mês passado, o Governo Central – Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social – registrou resultado negativo de R$ 31,7 bilhões, contra déficit primário de R$ 58,3 bilhões em fevereiro de 2024, queda real de 48,3%, já considerando a inflação pelo IPCA do período.

"Comparado a fevereiro de 2024, o resultado primário observado decorreu da combinação de um acréscimo real de 3,1% (R$ 4,4 bilhões) da receita líquida [após transferências a estados e municípios] e de um decréscimo de 12,6% (R$ 25,2 bilhões) das despesas totais", informou, ontem, o Tesouro Nacional. O resultado veio melhor do que o esperado pelas instituições financeiras. (**Agência Brasil**)

PUBLICIDADE LEGAL — Classilíder (81) 2122 7892

DNIT — MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

UASG 393029
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE PERNAMBUCO

AVISO DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90098/25-04 (0098/25-04)

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle da manutenção preventiva e corretiva de veículos oficiais, com fornecimento de peças, acessórios de originais de reposição e transporte por guincho através de rede de estabelecimentos credenciados, mediante implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, por meio da rede mundial de computadores, para atender a frota automotiva da Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Pernambuco e suas Unidades Locais descentralizadas, conforme condições e exigências estabelecidas no edital e em seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
14/04/2025 às 10h00min (horário de Brasília)

EDITAL E INFORMAÇÕES A PARTIR DO DIA 28/03/2025:
Sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br/ e www.dnit.gov.br; ou Endereço: Av. Antônio de Góes, 820, Pina, Recife/PE. Fone: (81) 98138-2180.
Processo Administrativo nº 50604.000056/2024-19

Recife/PE, 28 de março de 2025
Engº Bruno Lezan Bittencourt
Superintendente Regional do DNIT no Estado de Pernambuco

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PL nº 17/2025 PE/SRP nº 06/2025-Obj: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de limpeza, higiene, descartaveis e consumo. **Abert**: 15.04.25 às 10h. **EDITAL: http://www.portaldecompraspublicas.com.br/ Vandelmar Nogueira - Pregoeiro.**

AVISO DE LICITAÇÃO

PL nº 20/2025 PE/SRP nº 07/2025-Obj: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais didáticos, expediente e pedagógicos. **Abert**: 11.04.25 às 11h. **EDITAL: http://www.portaldecompraspublicas.com.br/ Vandelmar Nogueira - Pregoeiro.**

LEILOEIRO, ANUNCIE SEUS EDITAIS NO DIARIO PELO MELHOR CUSTO BENEFÍCIO!
CONSULTE NOSSO DEPARTAMENTO COMERCIAL!
81 2122.7892
DIARIO de PERNAMBUCO

PREGOEIRO,
ANUNCIE SEUS EDITAIS NO DIARIO E TENHA MELHORES RESULTADOS!
CONSULTE NOSSO DEPARTAMENTO COMERCIAL!
81 2122.7892
depto.comercial@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br
DIARIO de PERNAMBUCO DESDE 1825



SER EDUCACIONAL S.A.

CNPJ/MF nº 04.986.320/0001-13
Companhia Aberta de Capital Autorizado
www.sereducacional.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Aos Acionistas, A Ser Educacional S.A. apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. ESTRATÉGIA: A Ser Educacional apresenta os resultados de 2024, sinalizando uma nova fase em sua trajetória operacional e estratégica. Essa evolução é fruto da conclusão de um abrangente processo de otimização iniciado no final de 2022, que gerou sinergias significativas nesse período, especialmente ao longo deste exercício social. Essas conquistas posicionam a Empresa para um novo ciclo de crescimento e, nesse sentido, a Companhia está implementando uma série de iniciativas estratégicas com o intuito de expandir suas atividades acadêmicas, ao mesmo tempo em que busca aumentar suas margens operacionais e financeiras. Essas ações visam impulsionar a geração de caixa, mas também contribuir para a diminuição da alavancagem financeira. A seguir, são apresentados os principais destaques: **Expansão dos Cursos de Medicina:** A expansão dos cursos de medicina foi impulsionada pela decisão favorável obtida pela Companhia no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 81), realizada em junho de 2024. Essa decisão estabeleceu normas claras para o processo de credenciamento de novos cursos de medicina, afetando 13 processos administrativos que estavam em tramitação junto ao MEC. Desde a deliberação do STF, a Companhia conquistou 480 novas vagas anuais em medicina em 12 processos administrativos. Destas, 360 vagas foram obtidas por meio da conclusão favorável de 6 processos administrativos, resultando na autorização do MEC. As outras 120 vagas surgiram de 2 decisões judiciais, que correspondem a liminares que tiveram seus vestibulares concluídos em 2025.1 e seguem pendentes de decisão final. Ainda há 4 processos que se encontram em discussão administrativa e/ou judicial após o indeferimento do MEC. Como consequência dessas ações, a Companhia ampliou significativamente sua oferta de vagas nos cursos de medicina, passando de 521 vagas anuais no primeiro trimestre de 2023 para 1.001 vagas anuais atualmente. Isso representa um aumento de 92,1% na comparação entre os dois períodos. Além disso, a Companhia aguarda os resultados de suas 21 propostas que passaram para a segunda fase do programa Mais Médicos 3 e que podem criar uma rodada adicional de expansão de vagas de cursos de medicina. **Criação do Programa Ser Solidário (SS):** Lançado com sucesso em agosto de 2024, este programa de parcelamento de matrículas para a graduação de ensino presencial visa facilitar o acesso à educação de seus alunos. O SS foi novamente utilizado para o vestibular de 2025.1, dessa vez implantando em sua integralidade para todos os alunos elegíveis na graduação de ensino presencial. **Melhoria do desempenho operacional e abertura de novas unidades:** Nos últimos quatro semestres, a Companhia registrou crescimento contínuo na base de alunos de graduação híbrida, com uma taxa de crescimento anual composta (CAGR) de 5,4% entre 2024 e 2022. Esse crescimento, junto à renovação da base nos primeiros anos do curso, fortalece a resiliência operacional e assegura a sustentabilidade da base de alunos para os próximos anos. Além disso, no primeiro semestre de 2025, a Companhia iniciou operações em três novas unidades: Bragança (PA), por meio da marca UNAMA; Manaus (AM), pela UNINORTE; e Florianópolis (SC), pela UNIFAEL. Essa expansão está alinhada com a estratégia de abrir novas unidades situadas em localizações privilegiadas e focadas na oferta de cursos com alta demanda no mercado, como nas áreas de saúde e direito. **Foco na redução do endividamento financeiro e aumento da geração de caixa:** com a melhoria do desempenho financeiro e operacional, abertura de novos cursos de medicina e a implantação do SS, a Companhia está habilitada a acelerar seu plano de redução do endividamento financeiro e aumento da rentabilidade financeira, enquanto retoma o pagamento de dividendos aos acionistas já em 2025. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO: *Base de alunos:* Em 2024, o grupo Ser Educacional encerrou o ano com uma base total de 330,3 mil alunos, crescimento de 5,6% em comparação aos 312,9 mil alunos ao final de 2023. A evolução da base de alunos na modalidade de oferta de ensino presencial ocorreu em virtude do foco da Companhia na oferta de um portfólio de cursos mais enxuto e dedicado às áreas de conhecimento da saúde e engenharia, visando maximizar os diferenciais competitivos da Companhia relativos à sua estrutura diferenciada de laboratórios e clínicas, bem como a localização privilegiada de suas unidades e posicionamento das marcas nas cidades em que opera. Na modalidade de oferta de ensino digital, os cursos de saúde aumentaram sua participação em 3 pontos percentuais, passando de 20% para 23% da base de alunos de graduação, refletindo os resultados da estratégia da Companhia de aumentar seus investimentos em laboratórios e da integração de sistemas de treinamento dos polos parceiros entre as marcas regionais originais com a UNIFAEL. *Receitas:* A receita bruta totalizou R$4.432,0 milhões em 2024, um crescimento de 11,6% em relação a 2023, quando finalizou o exercício em R$3.971,3 milhões, devido a (i) do aumento do volume de alunos matriculados na graduação presencial e digital, em função da melhoria das taxas de captação e evasão; (ii) do crescimento da base de alunos do curso de Medicina; e (iii) do repasse da inflação. A receita líquida atingiu R$1.981,4 milhões, com aumento de 8,2% em relação a 2023, principalmente por conta do maior volume de descontos por adimplência dos alunos, além dos descontos e bolsas ofertados em menor volume nas campanhas de captação de alunos. *Custo dos Serviços Prestados:* O custo dos serviços totalizou R$887,1 milhões, representando 44,8% da receita líquida em 2024, um aumento de 0,6% na comparação com 2023, quando esses custos atingiram R$881,6 milhões, representando 48,1% da receita líquida. Os principais incrementos nos custos operacionais do ano referem-se (i) ao aumento nos custos com concessionárias, em virtude do aumento da base de alunos de ensino presencial, em especial em cursos de saúde, que possuem carga horária maior em função das aulas práticas, e do crescimento das unidades mais novas, na comparação dos resultados entre 2024 e 2023, além do aumento tarifário em diversos estados; e (ii) ao impacto do aumento da taxa de inflação sobre os custos no decorrer de 2024, compensados pela melhoria da eficiência operacional. *Lucro Bruto e Margem Bruta:* O lucro bruto foi de R$1.094,3 milhões em 2024, o que representa um crescimento de 15,3% em relação ao exercício 2023, com margem bruta de 55,2%, 3,4 pontos percentuais superior à margem bruta do exercício 2023. *Despesas Operacionais:* Em 2024, as despesas operacionais totalizaram R$791,7 milhões, contra R$716,0 milhões em 2023, o que corresponde a 40,0% da receita líquida (2023 – 39,1%) e um aumento de 10,6% na comparação 2024 x 2023. Além do impacto da inflação nas principais linhas, esse aumento ocorreu principalmente: (i) nas despesas de pessoal, em decorrência do dissídio coletivo, aumento do provisionamento do bônus de curto prazo e do Plano de Concessão de Ações, da internalização de algumas atividades terceirizadas e de multas indenizatórias referentes à readequação da estrutura administrativa para comportar a atual base de alunos da Companhia; (ii) na provisão para crédito de liquidação duvidosa do contas a receber, em função do aumento da base de receita líquida no ensino presencial e da evasão no ensino digital, aliados à baixa dos títulos de acordos, do período pós-pandemia, que cumpriram os 2 anos com menor recuperabilidade e maior provisionamento, do ajuste do saldo remanescente da carteira do Educred e da provisão complementar para perdas do FG-FIES, parcialmente compensada pela melhoria na recuperação de mensalidades atrasadas; (iii) nas despesas com publicidade, em decorrência do lançamento de cursos de medicina credenciados ou em operação por decisões judiciais; e (iv) nas despesas com serviços prestados, em decorrência de uma despesa não-recorrente com relação à prestação de serviços jurídicos, compensada pelos esforços da Companhia em aumentar sua eficiência operacional, pela internalização de algumas atividades terceirizadas e pela descontinuação de unidades e polos com menor eficiência. As Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas totalizaram R$63,6 milhões em 2024, um aumento de 143,3% em comparação a 2023, em virtude principalmente da provisão para impairment de ágio de investimentos em aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores, baixas de direito de uso líquido de obrigações de arrendamento e de imobilizado, referente à devolução de imóveis, e da provisão para contingência tributária pela expectativa de perda na defesa de auto de infração lavrado contra uma das unidades do Grupo. *Resultado Operacional:* Em 2024, a Companhia alcançou um lucro operacional de R$238,9 milhões, versus um lucro operacional de R$207,3 milhões no exercício de 2023, representando um crescimento de 15,3% na comparação entre os dois períodos. *Resultado Financeiro:* O resultado financeiro no exercício 2024 representou uma despesa financeira líquida de R$225,3 milhões, com uma redução de 2,4% quando comparado aos R$230,9 milhões registrados em 2023, principalmente pela redução das despesas com juros da dívida financeira líquida, que foi parcialmente compensado pelo aumento dos juros com arrendamento mercantil, dos descontos concedidos e do aumento das outras despesas financeiras líquidas. *Imposto de Renda e Contribuição Social:* Em 2024, a provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social apresentou uma despesa de R$ 14,8 milhões contra uma despesa de R$ 4,4 milhões na provisão em 2023. A despesa com esses tributos é proveniente principalmente do maior lucro agregado de parte das empresas da Companhia e de adições temporárias sazonais, incluindo o impacto do ajuste da marcação a mercado de derivativos financeiros, das movimentações nos direitos de uso e obrigações de arrendamento e, principalmente da provisão para impairment de ágio na aquisição de investimentos, que não encontram respaldo na apuração do lucro da exploração (lucro incentivado), parcialmente compensada pela implementação de ajustes de adição e exclusão na reapuração do IR/CSLL do ano de 2024. *Prejuízo do Exercício:* Em decorrência dos fatores acima expostos, em 2024 a Companhia registrou um prejuízo de R$1,2 milhões comparado a um prejuízo de R$ 28,0 milhões em 2023. *Geração de Caixa e Endividamento:* A Ser Educacional encerrou 2024 com uma geração consolidada de caixa operacional de R$455,3 milhões, 24,6% acima do exercício de 2023, que suportou o aumento das disponibilidades financeiras no Caixa e Equivalentes de Caixa em R$155,5 milhões (R$77,9 milhões quando somados aos Títulos e Valores Mobiliários), e uma dívida líquida, excluindo as obrigações de arrendamento, de R$718,5 milhões, o que representa uma redução de 9,3% na comparação com o final de 2023, em função principalmente da redução do endividamento, em virtude da amortização de dívidas em R$104,9 milhões a mais do que as captações de recursos realizadas em 2024 e do aumento do CAPEX em R$32,3 milhões. INVESTIMENTOS: Os investimentos no crescimento orgânico somaram R$124,2 milhões em 2024, um aumento de 35,2% em comparação ao exercício de 2023, quando totalizou R$91,9 milhões, principalmente em decorrência da retomada de investimentos em infraestrutura, biblioteca e laboratórios para credenciamento de cursos, em especial de Medicina junto ao MEC, além de tecnologia e conteúdo digital para dar suporte às operações da Companhia. Esses investimentos fazem parte também do desenvolvimento do ecossistema de educação continuada, que estão promovendo um portfólio de cursos digitais cada vez mais completo e inovador, além de melhorias nos laboratórios de saúde, em especial a instalação de policlínicas de atendimento à população, que permitem melhor formação dos alunos em aulas práticas e maior retorno dos cursos dessas áreas de conhecimento. QUALIDADE ACADÊMICA: Em 2024, as unidades da Ser Educacional tiveram destaque em seus indicadores de qualidade acadêmica. As unidades de Maracanaú, Cabo de Santo Agostinho e Belo Horizonte se destacaram ao alcançar a nota 4 (máximo 5) no Índice Geral de Cursos (IGC). Além disso, as unidades de Maceió, Salvador, João Pessoa, Juazeiro, Maracanaú, Cabo de Santo Agostinho, Boa Viagem, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, juntamente com Fortaleza e Belém, obtiveram nota 4 (máximo 5) no Conceito Preliminar de Curso (CPC) em mais da metade de seus cursos, refletindo um aumento substancial nesse indicador. RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL, DIVERSIDADE E GOVERNANÇA CORPORATIVA: A Ser Educacional é uma empresa listada no NOVO MERCADO da B3 desde 2013, o segmento mais destacado da B3 em relação às melhores práticas de governança corporativa no Brasil. A Companhia integra em sua estratégia de negócios a promoção contínua da responsabilidade social, ambiental, diversidade e governança corporativa. Em 2024, a Ser Educacional foi reconhecida por suas iniciativas em diversidade, resultando na inclusão de suas ações na carteira do índice IDIVERSA B3, a partir de setembro de 2024. O IDIVERSA B3 tem como objetivo servir como um indicador de desempenho das ações de empresas que se destacam no Score de Diversidade, desenvolvido pela B3, promovendo boas práticas e avanços no mercado financeiro em relação à diversidade. Ainda em 2024, a Companhia publicou seu Relatório de Transparência e Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens, apresentando dados significativos sobre o tema: a) Em 80% das empresas controladas pela Companhia, com relatórios publicados, a população feminina é superior à masculina. b) Em 60% das empresas com relatórios publicados, a população que se declara negra é maior do que a de não negros. c) O salário contratual mediano (não pago) das mulheres é equivalente ou superior ao dos homens em 77% das empresas que publicaram relatórios. Quando se considera a remuneração média, incluindo descontos e acréscimos, esse percentual é de 70%. Desde 2019, a Companhia publica anualmente seu relatório no formato ESG, disponível em seu site de relações com investidores. Em 2025, está prevista a criação de seu primeiro comitê não-estatutário ESG. AUDITORIA INDEPENDENTE: Em 2024, os honorários referentes aos serviços contratados pela Ser Educacional junto à PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PWC") para a revisão especial de suas informações trimestrais referentes ao primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2024 e auditoria de suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R$1.740.637,11. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA: A Diretoria da Ser Educacional declara, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da PWC, emitido em 27 de março de 2025; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhado de parecer favorável do Conselho Fiscal. ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM: A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social e na legislação vigente e aplicável às atividades da Companhia. AGRADECIMENTOS: A Administração da Ser Educacional agradece aos seus alunos, professores, colaboradores, acionistas e prestadores de serviços pela confiança e parceria durante o ano de 2024 e espera contar com esta mesma dedicação durante o ano de 2025. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	178.953	116.692	370.728	215.267
Títulos e valores mobiliários	8	-	63.520	-	77.585
Caixa restrito	8.a	-	-	7.615	7.943
Contas a receber	9	263.500	248.846	545.054	520.047
Tributos a recuperar	10	26.843	12.384	42.053	26.037
Partes relacionadas	23	18.786	1.951	163	1.951
Outros créditos		10.002	11.132	20.521	25.698
		498.084	454.525	986.134	874.528
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	9	15.295	1.008	23.567	1.493
Partes relacionadas	23		163		163
Depósitos e bloqueios judiciais		16.411	16.063	21.720	27.230
Ativos de indenização	24		-	9.318	9.318
Fundo garantidor FIES	9.b	32.978	42.038	68.494	87.423
Títulos e valores mobiliários	8	50	50	763	1.468
Tributos a recuperar	10		-	5.482	6.392
Tributos diferidos	22.e	8.160	6.619	22.755	23.706
Outros créditos		3.254	5.294	4.774	13.415
Caixa restrito	8.a	-	-	63.963	57.400
Investimentos	6.a	1.454.468	1.394.442	-	-
Imobilizado	13	272.471	278.814	455.975	459.333
Direito de uso	12.1	345.374	376.100	634.547	735.278
Intangível	11	108.905	100.102	1.158.595	1.191.786
		2.257.366	2.220.693	2.469.953	2.614.405
Total do ativo		2.755.450	2.675.218	3.456.087	3.488.933

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
Circulante					
Fornecedores		17.871	15.197	41.799	40.674
Empréstimos e financiamentos	15	170.134	197.348	170.134	197.440
Instrumentos financeiros derivativos - swap	15	6.850	14.801	6.850	14.801
Debêntures	15.1	122.349	43.724	122.349	43.724
Salários e encargos sociais	16	76.681	69.340	132.704	121.571
Tributos a recolher	10	8.172	8.434	24.662	42.778
Compromissos a pagar	14		-	99.239	80.327
Obrigações de arrendamento	12.2	34.002	32.332	66.511	68.519
Partes relacionadas	23	407	359	-	-
Outras obrigações		27.756	20.966	66.616	46.596
		464.222	402.501	730.864	656.430
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	110.017	243.421	110.017	243.471
Instrumentos financeiros derivativos - swap	15	1.392	37.763	1.392	37.763
Debêntures	15.1	561.833	369.921	561.833	369.921
Obrigações de arrendamento	12.2	393.696	402.825	717.996	777.282
Compromissos a pagar	14	-	-	89.801	164.685
Tributos a recolher	10	426	938	1.049	2.124
Provisão para contingências	24	15.400	8.362	34.671	27.770
		1.082.764	1.063.230	1.516.759	1.623.016
Patrimônio líquido					
Capital social		987.549	987.549	987.549	987.549
Reserva de capital		10.088	-	10.088	-
Reserva de lucros		224.174	225.336	224.174	225.336
Ações em tesouraria		(13.347)	(3.398)	(13.347)	(3.398)
		1.208.464	1.209.487	1.208.464	1.209.487
Total do passivo e patrimônio líquido		2.755.450	2.675.218	3.456.087	3.488.933

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora 01/01/2024 a 31/12/2024	Controladora 01/01/2023 a 31/12/2023	Consolidado 01/01/2024 a 31/12/2024	Consolidado 01/01/2023 a 31/12/2023
Receita líquida dos serviços prestados	18	1.022.442	870.570	1.981.354	1.830.934
Custo dos serviços prestados	19	(393.392)	(353.120)	(887.127)	(881.561)
Lucro bruto		629.050	517.450	1.094.227	949.373
Despesas comerciais	20.a	(69.805)	(59.943)	(151.262)	(138.566)
Despesas gerais e administrativas	20.a	(318.263)	(250.322)	(640.459)	(577.390)
Outras despesas operacionais, líquidas	20.b	(45.474)	(10.271)	(63.577)	(26.136)
Participação nos resultados de controladas	6.a	(32.694)	(57.622)	-	-
Lucro operacional		162.814	139.292	238.929	207.281
Receitas financeiras	21	66.124	39.913	92.181	65.880
Despesas financeiras	21	(229.414)	(206.897)	(317.479)	(296.821)
Resultado financeiro		(163.290)	(166.984)	(225.298)	(230.941)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(476)	(27.692)	13.631	(23.660)
Correntes	22.a	(2.228)	-	(13.842)	(6.497)
Diferidos	22.e	1.542	(352)	(951)	2.113
Imposto de renda e contribuição social		(686)	(352)	(14.793)	(4.384)
Prejuízo do exercício		(1.162)	(28.044)	(1.162)	(28.044)
Atribuível a					
Acionistas da Controladora		(1.162)	(28.044)	(1.162)	(28.044)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação no final do exercício (em milhares)		-	-	127.490	128.335
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Controladora durante o período (expresso em R$ por ação)				(0,01)	(0,22)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado (Nota 1.5))	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado (Nota 1.5))
Receitas					
Receita de serviços	18	2.335.408	1.945.134	4.432.039	3.971.348
Provisão para perdas esperadas com créditos	9.f	(101.426)	(72.895)	(197.746)	(160.486)
Deduções da receita	18	(1.277.215)	(1.046.142)	(2.376.533)	(2.074.445)
		956.767	826.097	1.857.760	1.736.417
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços prestados por pessoas física e jurídica	19 e 20	(75.536)	(64.591)	(191.475)	(185.640)
Energia elétrica, água e telefone	19	(25.025)	(18.075)	(51.765)	(43.157)
Publicidade e propaganda	20	(69.805)	(59.943)	(151.262)	(138.566)
Materiais de expediente	20	(9.167)	(7.476)	(18.425)	(16.515)
Outros	19 e 20	(81.569)	(45.224)	(159.506)	(122.146)
		(261.102)	(195.309)	(572.433)	(506.024)
Valor adicionado bruto		695.665	630.788	1.285.327	1.230.393
Depreciação e amortização	19 e 20	(108.329)	(96.942)	(222.434)	(225.863)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		587.336	533.846	1.062.893	1.004.530
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	21	67.038	41.033	94.434	68.252
Participações nos resultados de controladas	6.a	(32.694)	(57.622)	-	-
Valor adicionado total a distribuir		621.680	517.257	1.157.327	1.072.782
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos sociais		(277.874)	(241.963)	(600.155)	(593.422)
Remuneração direta		(231.821)	(202.817)	(510.831)	(501.047)
Benefícios		(22.307)	(16.865)	(39.364)	(36.744)
FGTS		(23.746)	(22.281)	(49.960)	(55.631)
Impostos, taxas e contribuições		(105.690)	(86.740)	(219.709)	(189.425)
Tributos federais		(70.671)	(58.936)	(151.138)	(128.964)
Tributos municipais		(35.019)	(27.804)	(68.571)	(60.461)
Remuneração de capitais de terceiros		(239.278)	(216.598)	(338.625)	(317.979)
Juros	21	(195.056)	(178.516)	(239.198)	(227.730)
Aluguéis	19	(9.863)	(9.701)	(21.144)	(21.158)
Outros	21	(34.359)	(28.381)	(78.283)	(69.091)
Remuneração de capitais próprios		1.162	28.044	1.162	28.044
Prejuízo do exercício		1.162	28.044	1.162	28.044
Valor adicionado distribuído		(621.680)	(517.257)	(1.157.327)	(1.072.782)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2024	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023
Prejuízo do exercício	(1.162)	(28.044)
Resultado abrangente do período	(1.162)	(28.044)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
Atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(476)	(27.692)	13.631	(23.660)
Ajustes de					
Depreciação e amortização	11 a 13	108.329	96.942	222.434	225.863
(Reversão) Provisão para contingências		7.038	1.238	7.915	2.378
Participação no resultado de controladas	6.a	32.694	57.622	-	-
Ajuste a valor presente do contas a receber		(1.894)	(576)	582	(1.811)
Ajuste a valor presente de compromissos a pagar	14	-	-	3.837	2.560
Constituição de provisão para perdas esperadas com créditos	20.a	101.426	72.895	197.746	160.486
Plano de concessão de ações	17.f	10.088	-	10.088	-
Perda (ganho) com baixa de ativos e passivos não circulantes	11 a 13	14.841	1.356	17.068	(11.552)
Baixa por impairment	11	10.625	-	20.562	-
Baixa de compromissos a pagar	14	-	-	(2.167)	-
Rendimentos de aplicações financeiras		(2.389)	(5.148)	(3.300)	(7.672)
Ajuste de marcação a mercado		(6.639)	7.606	(6.639)	7.606
Juros e variações monetárias, líquidas		151.876	152.295	194.508	199.493
		425.519	356.538	676.265	553.691
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		(126.910)	(117.885)	(242.679)	(235.299)
Contas a receber - venda de carteira		7.497	33.922	16.199	69.172
Tributos a recuperar		(14.459)	(5.937)	(15.106)	(5.798)
Outros créditos		2.500	(5.036)	19.329	(37.093)
Fornecedores		2.674	(2.502)	1.125	5.852
Salários e encargos sociais		7.341	10.799	11.133	5.250
Tributos a recolher		(3.002)	1.052	(15.450)	7.667
Tributos a recolher - combinação de negócios	10	-	-	(14.500)	-
Outras obrigações		6.790	5.307	19.007	1.920
Caixa gerado pelas atividades operacionais		307.950	276.258	455.323	365.362
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	15	(123.058)	(120.266)	(123.058)	(120.266)
Juros pagos sobre arrendamentos		(41.451)	(36.733)	(79.399)	(76.790)
Juros pagos sobre aquisição de controladas	14	-	-	(9.263)	(6.297)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(72)	(3.083)	(2.434)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		143.441	119.187	240.520	159.575
Atividades de investimento					
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(302.109)	(565.162)	(432.687)	(892.327)
Resgates de títulos e valores mobiliários		368.018	557.894	514.277	881.741
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	6.b	(113.822)	(127.900)	-	-
Lucros recebidos de subsidiárias	6.b	12.697	48.600	-	-
Adições ao imobilizado	13	(41.285)	(37.501)	(76.859)	(51.099)
Adições ao intangível	11	(34.517)	(25.521)	(47.334)	(40.777)
Caixa líquido gerado pela combinação de negócios		-	-	-	91
Caixa líquido gerado pela incorporação	6.a	-	24.544	-	-
Pagamento de aquisição de controladas	14	-	-	(59.300)	(52.070)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(111.018)	(125.046)	(101.903)	(154.441)
Atividades de financiamento					
Captação de debêntures	15.1	297.975	198.869	297.975	198.869
Amortização de principal das debêntures	15.1	(28.571)	-	(28.571)	-
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos	15	(184.535)	(100.333)	(184.677)	(100.536)
Amortização de arrendamentos	12	(28.458)	(27.708)	(59.885)	(70.917)
Pagamento de partes relacionadas		(296.947)	(312.955)	-	-
Recebimento de partes relacionadas		280.323	315.267	1.951	1.953
Aquisição de ações em tesouraria	17.d	(9.949)	-	(9.949)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		29.838	73.140	16.844	29.369
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		62.261	67.281	155.461	34.503
Caixa e equivalentes a caixa					
No início do exercício		116.692	49.411	215.267	180.764
No final do exercício		178.953	116.692	370.728	215.267
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		62.261	67.281	155.461	34.503

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - Em milhares de reais

Atribuível aos acionistas da controladora

	Nota Explicativa	Capital social: Capital social	Capital social: Gastos com emissões de ações	Reserva de capital: Plano de concessão de ações	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção	Reserva de lucros: Dividendos propostos	Ações em tesouraria	Prejuízo do exercício	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2023		991.644	(4.095)	-	73.218	180.162	-	(3.398)	-	1.237.531
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-		(28.044)	(28.044)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	-	(28.044)	-		28.044	-
Em 31 de dezembro de 2023		991.644	(4.095)	-	73.218	152.118	-	(3.398)	-	1.209.487
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(1.162)	(1.162)
Dividendos complementares propostos	17.e	-	-	-	-	(19.607)	19.607	-	-	-
Ações em tesouraria adquiridas	17.d	-	-	-	-	-	-	(9.949)	-	(9.949)
Plano de concessão de ações	17.f	-	-	10.088	-	-	-	-	-	10.088
Absorção do prejuízo do exercício	17.c	-	-	-	-	(1.162)	-	-	1.162	-
Em 31 de dezembro de 2024		991.644	(4.095)	10.088	73.218	131.349	19.607	(13.347)	-	1.208.464

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações gerais: 1 Contexto operacional: A Ser Educacional S.A. ("Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") têm como atividades principais o desenvolvimento e administração de atividades nas áreas de ensino superior, de graduação presencial e digital, pós-graduação, educação profissional e outras áreas associadas à educação e à participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades empresariais no Brasil. O Grupo possui 33 empresas constituídas, sendo 24 sob a forma de sociedades empresariais de responsabilidade limitada e 9 sob a forma de sociedades anônimas. No setor de educação, possui 59 campi em operação, distribuídos em 51 credenciamentos em atividades, sendo 2 universidades, 26 centros universitários e 23 faculdades, além de 814 polos de ensino à distância em operação, constituindo um dos maiores grupos privados de educação do Brasil e com a presença mais relevante nas regiões Nordeste e Norte em número de alunos matriculados. O Grupo está presente em todos os 26 estados da federação e no Distrito Federal, com uma base consolidada de aproximadamente 330,3 mil alunos (não auditada), operando sob as marcas UNINASSAU – Centro Universitário Maurício de Nassau, UNINABUCO – Centro Universitário Nabuco, UNG – Universidade Guarulhos, UNAMA – Universidade da Amazônia, UNIVERITAS – Centro Universitário Universus Veritas, UNINORTE - Centro Universitário do Norte, Centro Universitário de Ciências Biomédicas de Cacoal – UNIFACIMED, UNIJUAZEIRO - Centro Universitário de Juazeiro do Norte, Sociedade Educacional de Rondônia – UNESC, Centro Universitário São Francisco de Barreiras – UNIFASB, Centro Universitário FAEL, CDMV – Centro de Desenvolvimento da Medicina Veterinária, Faculdades UNINASSAU, Faculdades UNINABUCO, Escolas Técnicas Joaquim Nabuco e Maurício de Nassau e Centro Universitário 7 de Setembro – UNI7, por meio das quais oferece 2.068 cursos (não auditado), através dos campi e dos polos de ensino à distância. Ainda no setor de ensino, o Grupo possui as marcas GOKURSOS, BEDUKA, DELÍNEA, PROVA FÁCIL e Peixe 30, representadas por edtechs, que atuam com marketplace de cursos, apoio online a alunos que desejam entrar no ensino superior, produção de conteúdo, gestão de provas e rede profissional que facilita o networking com profissionais e recrutadores, respectivamente. O Grupo opera ainda, no setor de medicina humana e veterinária, através de clínicas e de hospitais veterinários, envolvendo as marcas CDO, CDM, DOK e PLANTÃO VETERINÁRIO, e no setor financeiro através da fintech b.Uni, oferecendo contas digitais e produtos e serviços financeiros a correntistas. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Recife, Estado de Pernambuco. É listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código SEER3, onde negocia suas ações ordinárias. Em dezembro de 2024, a *Fitch Ratings* emitiu parecer do *rating* de longo prazo em escala nacional da Companhia mantendo em "AA(bra)", com perspectiva estável. **Novos cursos de medicina**: A Companhia obteve aprovação de novas vagas para o curso de medicina junto ao Ministério da Educação (MEC), conforme previsto na Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Apesar de enfrentar dificuldades no andamento do processo de autorização destas vagas por parte do MEC, a Companhia adotou medidas judiciais e obteve liminares favoráveis, que permitiram a abertura dessas novas vagas de maneira provisória. Além disso, o procedimento de aprovação das novas vagas foi objeto de análise no âmbito da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 81 (ADC 81), julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Essa ação discutiu a constitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 12.871/2013, que regula o processo de autorização para o funcionamento de cursos de medicina, especialmente no contexto do Programa Mais Médicos. O julgamento da referida ação foi concluído em 4 de junho de 2024 e prevalecido o entendimento resumido abaixo: 1. O art. 3º da Lei do Mais Médicos (Lei nº 12.871/2013) é constitucional e, portanto, a forma exclusiva de abertura de novos cursos de medicina, e que a autorização de novas vagas em cursos já existentes é através de chamamento público, concretizado nos editais publicados pelo Ministério da Educação (MEC); 2. Manutenção dos novos cursos de medicina já instalados, contemplados por Portaria de Autorização do MEC, por força de decisões judiciais; e 3. Continuidade ao processamento dos procedimentos administrativos instaurados por força de decisão judicial de credenciamento de novos cursos de medicina, desde que já tenham superado a fase inicial de análise documental. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 13 processos administrativos de credenciamentos de novos cursos de medicina em fase final de análise pelo MEC, sendo que 12 já receberam visita de comissão de avaliação, dos quais, 10 com conceito 5 e 2 com conceito 4 (sendo o conceito máximo de 5), com potencial de se tornarem autorizações para novos cursos. Ressalta-se que a quantidade de vagas e efetividade da autorização dependem da análise das propostas efetuadas pelo MEC, que recentemente publicou a portaria MEC nº 531/2023, estabelecendo um novo padrão decisório para o processamento desses pedidos de autorização de novos cursos de Medicina e de aumento de vagas em cursos de Medicina já existentes, instaurados por força de decisão judicial. Desde a conclusão do julgamento da ADC 81, os credenciamentos de medicina da Companhia tiveram os seguintes desdobramentos: • Em 18 de junho de 2024, a Companhia recebeu decisão judicial do tribunal regional federal (ainda não transitado em julgado) para realização de vestibular para os cursos superiores de medicina nas cidades de Salvador (BA) e Santarém (PA) para 60 vagas anuais em cada curso, totalizando 120 vagas anuais; • Em 12 de julho de 2024, o MEC publicou a Portaria 331/24 indeferindo o pedido de credenciamento do curso superior de medicina de Salvador (BA) e o processo está agora em fase de recursos administrativos e judiciais visando manter a decisão judicial; • Em 14 de novembro de 2024, o MEC Publicou a Portaria 632/24, autorizando o curso superior de medicina em Santarém (PA) para 60 vagas anuais. • Em 5 de julho de 2024, foi publicada a Portaria MEC 302/24, autorizando o início do curso superior de medicina em Teresina (PI) para 60 vagas anuais; • Em 12 de julho de 2024, a Companhia abriu vestibular nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG) para 60 vagas anuais em cada curso, totalizando 120 vagas anuais, seguindo decisão judicial expedida pela vara federal cível;

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250328

SER EDUCACIONAL S.A. - CNPJ nº 04.986.320/0001-13

o Em 16 de agosto de 2024, o MEC publicou as Portarias 411/24 e 412/24 indeferindo os pedidos de credenciamento dos cursos superiores de medicina de Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ); o Em 10 de setembro de 2024, a 3ª Vara Federal de Brasília publicou nova decisão autorizando a reabertura do vestibular e reinício das aulas para os mesmos cursos de medicina de Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ) enquanto não tiver decisão definitiva do recurso administrativo junto ao Conselho Nacional de Educação. (A decisão ainda não transitada em julgado). • Também em 12 de julho de 2024, foram publicadas as Portarias MEC 325/24 e 327/24, autorizando o início do curso superior de medicina em Caruaru (PE) e Campina Grande (PB) para 60 vagas anuais em cada curso, totalizando 120 vagas anuais; • Em 2 de agosto de 2024, o MEC publicou a Portaria 360/24 indeferindo o pedido de credenciamento do curso superior de medicina de Aracaju (SE) e o processo está em fase de recursos administrativos e judiciais; • Em 30 de agosto de 2024, o MEC publicou as portarias 436/24 e 437/24, ambas indeferindo o mesmo pedido de credenciamento do curso superior de medicina de Porto Velho (RO) e o processo está em fase de recursos administrativos e judiciais; • Em 12 de setembro de 2024, foi publicada a Portaria MEC 468/24, autorizando o início do curso superior de medicina em São Luís (MA) para 60 vagas anuais; • Em 18 de outubro de 2024, foi publicada a Portaria MEC 573/24, indeferindo o pedido de credenciamento do curso superior de medicina de Petrolina (PE) e o processo está em fase de recursos administrativos e judiciais. A administração não ofertou os cursos relacionados aos credenciamentos nas cidades de Salvador, Aracaju, Porto Velho e Petrolina, cujos processos encontram-se na fase de recursos administrativos e judiciais após o indeferimento do MEC. Até 31 de dezembro de 2024, considerando as 420 (não auditado) vagas dos novos credenciamentos autorizados pelo MEC ou pela justiça, o Grupo possui 941 (não auditado) vagas anuais de Medicina com 3.590 (não auditado) alunos matriculados. **1.1 Base de preparação e declaração de conformidade:** Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as práticas utilizadas pela Administração na sua gestão. Base de elaboração: As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sumariadas na Nota 28. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos de combinação de negócios mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na Nota 3. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Administração avaliou a capacidade do Grupo em continuar operando normalmente e está convencida de que dispõe de recursos suficientes para dar continuidade às suas operações no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo emitidas após sua aprovação pelo Conselho de Administração e revisão pelo Conselho Fiscal, em 27 de março de 2025. **1.2 Administração de recursos financeiros:** O Grupo administra a necessidade de recursos em caixa único controlado pela Central de Serviços Compartilhados (CSC) em Recife, alocando a necessidade de capital entre a controladora e as controladas. **1.3 Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, serão regulados por Leis Complementares ("LC"). O principal projeto, o PLP 68/2024, que institui a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), foi sancionado em janeiro de 2025. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. **1.4 Fatores de riscos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas:** A Administração avaliou potenciais efeitos das mudanças climáticas, conflitos (Ucrânia e Israel), reforma tributária e custos de transição para uma economia de baixo carbono e não identificou impactos potenciais negativos. **1.5 Reapresentação das cifras comparativas:** Em 2024, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados às aberturas e classificações entre linhas na Demonstração do Valor Adicionado – DVA, os quais estão sendo reclassificados. As referidas aberturas e reclassificações afetaram, principalmente, a linha inicialmente denominada "Pessoal e encargos" dentro do grupo de "Distribuição do valor adicionado" e as linhas "Remuneração Direta", "Benefícios", "FGTS." e "Tributos Federais". A linha "Pessoal e encargos" anteriormente existente foi excluída. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Importante destacar que essas reclassificações não resultaram em impactos adicionais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mantendo a integridade e a consistência dos saldos contábeis apresentados. Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

	Controladora		
	31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Demonstração do valor adicionado			
Pessoal e encargos sociais	(298.809)	56.846	(241.963)
Tributos federais	(2.090)	(56.846)	(58.936)
Juros	(206.897)	28.381	(178.516)
Outros (Remuneração de capitais de terceiros)	-	(28.381)	(28.381)

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Demonstração do valor adicionado			
Pessoal e encargos sociais	(710.122)	116.700	(593.422)
Tributos federais	(12.264)	(116.700)	(128.964)
Juros	(296.821)	69.091	(227.730)
Outros (Remuneração de capitais de terceiros)	-	(69.091)	(69.091)

2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** De acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas, mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2024. Não ouve impacto de divulgação, para o Grupo, decorrente da referida alteração. **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos:** A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Essa alteração não teve impacto material para o Grupo. **Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** A alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements – SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. A referida alteração tem vigência a partir de 01 de janeiro de 2024, mas não teve impacto material para o Grupo. **2.1 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor**: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações: (a) Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) Esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"); (c) Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 01 de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: • Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado; • Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial; • O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1; • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **Seção A – Riscos: 3. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis críticas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **(a) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**: Anualmente, no final do exercício, ou antes disso se houver indicativos, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio e nas licenças de cursos que são intangíveis de vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 28.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, elaboradas por especialistas internos e revisadas pela Administração, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (que incluem, dentre outros um período explícito de 5 anos mais perpetuidade, e levam em consideração estimativa de taxa de desconto e de crescimento de receitas) conforme detalhamento na Nota 11 (e). As licenças referem-se aos certificados obtidos junto aos órgãos reguladores para que as atividades de ensino possam ser exercidas e elas são emitidas em caráter definitivo, sendo por isso tratadas como vida útil indefinida. Se uma possível e razoável mudança em uma premissa-chave sobre a qual a administração tenha baseado sua determinação de valor recuperável puder resultar em valor contábil superior ao seu valor recuperável: (i) o montante pelo qual o valor recuperável da unidade excede seu valor contábil; (ii) o valor sobre o qual está assentada a premissa-chave; e (iii) o novo valor sobre o qual deve estar assentada a premissa-chave, após a incorporação de quaisquer efeitos derivados dessa mudança em outras variáveis utilizadas para mensurar o valor recuperável, a fim de que o valor recuperável da unidade fique igual ao seu valor contábil. **(b) Provisão para contingências**: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões para contingências (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 24). **(c) Mensuração de valor justo nas combinações de negócios**: O Grupo efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos da CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de negócios e identifica os itens de ativos e passivos a serem registrados. Nesse contexto, utiliza-se de julgamentos para identificar os ativos intangíveis adquiridos, bem como passivos assumidos. Estimativas são utilizadas para determinação do valor justo dos ativos e passivos da combinação de negócios. **(d) Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:** O Grupo efetua análises para fazer face a perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber. Esta avaliação requer julgamentos consideráveis por parte da diretoria da Companhia. Esse processo abrange diversas premissas e fatores, como a renegociação de dívidas, histórico de inadimplência e a análise do ambiente macroeconômico e setorial. Considerando os riscos envolvidos, a Administração, ao identificar evidência objetiva de perda, registra provisão para perda, conforme diretrizes do CPC 48/IFRS 9 (Nota 9(f)). **(e) Intangíveis de vida útil definida**: O Grupo possui intangíveis identificados oriundos de combinações de negócios ou adquiridos, sendo eles licenças, carteira de clientes e marcas, que possuem vida útil definida. No caso das marcas e carteira de clientes entende-se que, sua vida útil é aproximada ao ciclo de entrada e saída dos alunos, ou seja, de 4 a 5 anos. A estimativa de vida útil para determinados ativos intangíveis é feita pela Administração com base no seu histórico e experiência no setor com relação ao uso desses intangíveis. Anualmente, ou antes disso se houver indicativos, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) nos intangíveis identificados que possuem vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 28.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. **(f) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos:** Para determinados ativos e passivos financeiros que fazem parte das operações do Grupo, são avaliados e reconhecidos no registro inicial os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor da moeda no tempo e as incertezas a eles associadas. **(g) Taxa Incremental dos arrendamentos**: A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **(h) Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros.** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos estes não negociados em mercados ativos. **3.2 Julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis: (a) Prazos de arrendamentos:** Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de prédios e salas os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). • Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. • Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. **4. Gestão de risco: 4.1 Fatores de risco financeiro**: As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros), risco de crédito, risco de liquidez e risco regulatório. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, tendo como prática a utilização de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a riscos cambiais. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, que identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração aprova e revisa a efetividade da política de gestão de risco, bem como monitora os controles junto às áreas específicas.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações financeiras futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimo de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis
Risco regulatório	Licenças de cursos, PROUNI FIES	Análise das políticas educacionais	Acompanhamentos regulatórios e disponibilidade de vagas nos programas.

(a) Risco de mercado: Taxa de juros: O risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto e longo prazo, debêntures, passivos de arrendamento e aplicações financeiras substancialmente atreladas a taxas pós fixadas ao certificado de depósitos interbancários (CDI). O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica, avaliando cenários e levando em consideração refinanciamento e renovação de posições existentes. Com base nessa avaliação, o Grupo monitora o risco de variação significativa na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado (Nota 4.3). Câmbio: O Grupo utiliza operações de swap para se proteger contra a exposição ao risco cambial. A Administração estabeleceu uma política para gerência do risco cambial em relação à sua moeda funcional. As operações expostas ao risco cambial são protegidas por suas posições via operações de *hedge*. O risco cambial ocorre quando operações financeiras futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A política de gestão de risco financeiro do Grupo é a de proteger 100% dos seus ativos financeiros pelo prazo do contrato ou no mínimo pelos 12 meses subsequentes de acordo com a classe do ativo, através de operações cambiais com taxas pré-fixadas para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Em sua política, os termos essenciais dos contratos e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado de forma centralizada, que decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e créditos mantidos em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A política de vendas do Grupo está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação da carteira de recebíveis e a seletividade dos alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber. Na modalidade presencial, o Grupo tem parte dos créditos garantidos pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES, que vem diminuindo a cada semestre em função da redução na oferta de bolsas pelo Governo Federal e formatura dos alunos antigos. O Grupo mantém registrada provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES. Essa análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos alunos levando em consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a instituição e análise de crédito (SPC e Serasa). A Administração monitora os riscos de crédito específicos e não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado, conforme Nota 9(f), que demonstra também a movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos no exercício. Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, o Grupo concentra os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários com instituições financeiras e fundos de investimentos com *rating* institucional mínimo de brBBB, pela *Standard & Poors*, BBB(br), pela *Fitch Ratings*, e Baa1.br, pela *Moody's*. **(c) Risco de liquidez:** É o risco de não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores correspondem aos fluxos de caixa não descontados e projetados conforme taxas contratuais.

	Controladora			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	17.871	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	198.049	93.244	30.672	-
Debêntures	193.301	225.122	491.552	-
Obrigações de arrendamento	74.423	75.288	212.942	287.821
Parcelamento de tributos	479	213	213	-
	484.123	393.867	735.379	287.821
31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	15.197	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	254.772	201.405	124.399	-
Debêntures	83.709	154.971	320.183	-
Obrigações de arrendamento	72.701	72.026	205.846	329.292
Parcelamento de tributos	611	512	426	-
	426.990	428.914	650.854	329.292

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	41.799	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	198.049	93.244	30.672	-
Debêntures	193.301	225.122	491.552	-
Obrigações de arrendamento	142.987	145.765	401.041	512.812
Parcelamento de tributos	850	430	468	5
Compromissos a pagar	99.239	33.963	55.838	-
	676.225	498.524	979.571	512.817
31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	40.674	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	254.772	201.405	124.399	-
Debêntures	83.709	154.971	320.183	-
Obrigações de arrendamento	148.239	148.378	417.489	614.996
Parcelamento de tributos	16.971	883	843	60
Compromissos a pagar	80.327	90.076	74.609	-
	624.692	595.713	937.523	615.056

(d) Risco regulatório: A análise dos aspectos regulatórios no setor educacional pelo Grupo serve de instrumento para a tomada de decisão da gestão administrativa e financeira da instituição, visando melhorar seu desempenho pela identificação de oportunidades de ganhos e impactos de perdas. O Grupo realiza análise periódica de riscos regulatórios com o objetivo de mitigar ou minimizar seus impactos, principalmente no que diz respeito à disponibilização das vagas relativas ao PROUNI e ao FIES, à aplicação das regras desses programas, e ao monitoramento e acompanhamento das mantenças, ou seja, da renovação de autorização para a continuidade dos cursos oferecidos. Em maio de 2024, o Ministério da Educação (MEC) homologou as novas diretrizes curriculares nacionais para cursos de formação de professores (licenciaturas), delimitando a carga horária de disciplinas à distância em até 50% do total. Adicionalmente, em junho de 2024, o MEC publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 158/2024, que suspendeu a criação de novos cursos de graduação a distância, novas vagas e polos de ensino EAD até 10 de março de 2025. Após uma análise aprofundada do Grupo, verificou-se que os fatos acima citados não alteram significativamente suas operações e resultados operacionais. Os programas ofertados pelo EAD na categoria híbrida já contemplam o limite de carga horária presencial exigido na nova diretriz, e o portfólio de cursos ofertados já inclui todos os cursos de mercado, garantindo a regularidade nas mantenças. **4.2 Gestão de capital**: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), compromissos a pagar e obrigações de arrendamento, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito. A dívida líquida para fins de definição dos *covenants* financeiros dos contratos de empréstimos e financiamentos não considera os saldos de obrigações de arrendamentos na composição do endividamento.

Os índices de alavancagem financeira são apresentados conforme a seguir:

		Consolidado	
	Nota Explicativa	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Empréstimos, financiamentos e derivativos	15	288.393	493.475
Debêntures a pagar	15.1	684.182	413.645
Compromissos a pagar	14	189.040	245.012
Obrigações de arrendamento	12.2	784.507	845.801
Caixa e equivalentes de caixa	8	(370.728)	(215.267)
Títulos e valores mobiliários	8	(763)	(79.053)
Caixa restrito por compromissos a pagar	8.a	(71.578)	(65.343)
Dívida líquida		1.503.053	1.638.270
Patrimônio líquido		1.208.464	1.209.487
Patrimônio líquido mais dívida líquida - Capital total		2.711.517	2.847.757
Índice de alavancagem financeira		55,4%	57,5%

4.3 Análise de sensibilidade adicional: Taxas de juros e inflação: Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores aos quais o Grupo estava exposto em 31 de dezembro de 2024, foram definidos cenários diferentes, utilizando as taxas de juros acumuladas nos últimos doze meses (Cenário Base) e, a partir desta, foram calculadas variações de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II), sensibilizando a elevação e queda dos indexadores. Para cada cenário foi calculada a posição líquida (receitas financeiras menos as despesas financeiras), não levando em consideração o efeito tributário. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando um ano e verificando a sensibilidade dos indexadores CDI e IPCA em cada cenário.

		Cenários dos Indexadores 2024				
			Elevação		Queda	
Operações	**Saldos**	**Base**	**(I)**	**(II)**	**(I)**	**(II)**
Risco CDI - % anual		11,13%	13,91%	16,70%	8,35%	5,57%
Ativo						
Aplicações financeiras	358.539	39.905	49.873	59.876	29.938	19.971
Títulos e valores mobiliários	763	85	106	127	64	42
Passivo						
Debêntures	(684.182)	(76.148)	(95.170)	(114.256)	(57.130)	(38.108)
Financiamentos - Capital de Giro	(135.116)	(15.038)	(18.795)	(22.564)	(11.282)	(7.526)
SWAP de empréstimo em moeda estrangeira	(153.113)	(17.041)	(21.298)	(25.570)	(12.785)	(8.528)
Compromissos a pagar	(6.657)	(741)	(926)	(1.112)	(556)	(371)
Risco IPCA - % anual		5,65%	7,06%	8,48%	4,24%	2,83%
Passivo						
Compromissos a pagar	(110.805)	(6.260)	(7.823)	(9.396)	(4.698)	(3.136)
Posição líquida		(75.240)	(94.033)	(112.897)	(56.450)	(37.656)

Considerando as projeções econômicas divulgadas pelo Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 24 de março de 2025 validadas por economistas do mercado financeiro, estima-se que a taxa de inflação medida pelo IPCA seja mais próxima do cenário base e as taxas de juros medidas pelo CDI sejam mais próximas do Cenário I de elevação dos indexadores. Cambial: Em 31 de dezembro de 2024, se o real tivesse variado cerca de 5% em relação ao euro, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro líquido do exercício teria variado, para mais ou para menos, conforme tabela abaixo, principalmente em decorrência de ganhos/perdas cambiais sobre a conversão de empréstimo em moeda estrangeira mantidas em euros, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e ganhos/perdas cambiais sobre a conversão de empréstimos em euros.

		Reais		
			Impacto no Resultado	
Operações	**Saldo**	**Base**	**2024**	**2023**
Risco cambial - Moeda euro		Alta		
Empréstimos em moeda estrangeira	144.870	5% (Em 2023 4%)	7.244	6.779

		Cenários dos Indexadores 2024				
			Elevação		Queda	
Operações	**Saldos**	**Base**	**(I)**	**(II)**	**(I)**	**(II)**
Risco cambial - Moeda euro		5,00%	6,25%	7,50%	3,75%	2,50%
Empréstimos em moeda estrangeira	144.870	7.244	9.054	10.865	5.433	3.622

Seção B – Informações por segmento: 5. Avaliação das informações por segmento: O Grupo SER Educacional concentra a maior parte de suas operações na prestação de serviços de ensino superior. As atividades são organizadas e gerenciadas como uma única unidade de negócios, abrangendo tanto o ensino presencial quanto o ensino a distância, oferecidos por canais distintos. Os cursos atendem diferentes perfis de estudantes, e a Administração não realiza uma segmentação gerencial ou contábil por modalidade de ensino ou área de atuação. As decisões sobre alocação de recursos e a avaliação do desempenho operacional são feitas de forma integrada, considerando toda a operação como um único segmento para fins de análise e reportes financeiros. Essa forma de gestão reflete a visão integrada da Administração, que adota uma abordagem consolidada para avaliar o desempenho, sem a necessidade de dividir controles ou decisões entre as diferentes modalidades de ensino. **Seção C – Estrutura do Grupo: 6. Controladas:** O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Controladora, e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, sendo que para as contas do resultado, os valores apenas são consolidados a partir da data em que o controle foi adquirido pelo Grupo. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 incluem as operações do Grupo e de sociedades controladas:

	Diretas %		Indiretas %	
Educação	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda	99,99	99,99	-	-
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda	99,99	99,99	-	-
Centro de Educação Profissional BJ Ltda	99,99	99,99	-	-
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda	99,99	99,99	-	-
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda	99,99	99,99	-	-
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda	-	-	99,99	99,99
Colégio Cultural Módulo Ltda	-	-	99,99	99,99
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda	-	-	99,99	99,99
Beduka Serviços de Tecnologia em Educação Ltda	-	-	99,99	99,99
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda	-	-	99,99	99,99
UNI7 - Centro Universitário Sete de Setembro	-	-	99,99	99,99
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda	99,99	99,99	-	-
SESPS - Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda	99,99	99,99	-	-
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda	99,99	99,99	-	-
3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A.	99,99	99,99	-	-
Gokursos Inovações Educacionais S.A.	-	-	99,99	99,99
Starline Tecnologia S/A	-	-	99,99	99,99
Delinea Tecnologia Educacional Ltda	-	-	99,99	99,99
Sociedade Técnica Educacional da Lapa S/A (FAEL)	-	-	99,99	99,99
Peixe 30 Tecnologia e Soluções Digitais S/A	-	-	99,99	99,99
CRIA - Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais Ltda	-	-	99,99	99,99

	Diretas %		Indiretas %	
Outros negócios	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
SERMED - Medicina Humana e Veterinária Ltda	99,99	99,99	-	-
Clínica Veterinária CDMV Ltda (Hospital Veterinário DOK)	-	-	99,99	99,99
Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Medicina Humana e Veterinária Ltda	-	-	99,99	99,99
Plantão Veterinário Hospital Ltda	-	-	99,99	99,99
Pet Shop Kero Kolo Ltda	-	-	99,99	99,99
Policlínica Escola de Saude Uninassau Ltda.	-	-	99,99	99,99
EDUCRED - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda	99,99	99,99	-	-
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99	-	-
Overdrives Coworking Escritórios Virtuais Ltda	99,99	99,99	-	-
Ser Finanças - Serviços Financeiros S/A	99,99	99,99	-	-
Ser Finance Sociedade de Crédito Direto S.A.	99,99	99,99	-	-

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250328

Eufrázio

SER EDUCACIONAL S.A. - CNPJ nº 04.986.320/0001-13

(a) Investimentos: (i) Controladas Diretas:

	31 de dezembro de 2024				
		Investimentos			
Controladas Diretas	**Equivalência patrimonial**	**Patrimônio líquido**	**Goodwill**	**Intangíveis identificados**	**Total**
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	(393)	644.427	-	-	644.427
ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda.	25.599	331.051	-	-	331.051
3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A.	(16.800)	322.193	-	-	322.193
SESPS - Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda.	5.644	54.020	1.043	467	55.530
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	(8.970)	23.606	-	-	23.606
SERMED Medicina Humana e Veterinaria LTDA.	(23.048)	17.815	-	-	17.815
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	3.866	10.212	-	-	10.212
Ser Finance Sociedade de Crédito Direto S.A.	(4.201)	10.141	-	-	10.141
EDUCRED - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	967	8.902	-	-	8.902
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	(1.679)	6.297	-	-	6.297
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	(3.329)	6.042	-	-	6.042
Ser Finanças - Serviços Financeiros Ltda	(4.470)	6.036	-	-	6.036
Overdrives Coworking Escritórios Virtuais Ltda.	(355)	3.804	-	-	3.804
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	(5.341)	1.336	-	-	1.336
Uninassau Participações S.A.		475	-	-	475
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda.	(184)	373	-	-	373
Aquisição de Mantenças					
FADE - Faculdade Decisão	-	-	1.028	2.200	3.228
FACOCMA - Faculdades COC de Maceió	-	-	-	3.000	3.000
	(32.694)	1.446.730	2.071	5.667	1.454.468

	31 de dezembro de 2023				
		Investimentos			
Controladas Diretas	**Equivalência patrimonial**	**Patrimônio líquido**	**Goodwill**	**Intangíveis identificados**	**Total**
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	6.385	605.659	-	-	605.659
3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A.	(35.080)	328.186	-	-	328.186
ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda.	13.302	311.548	-	-	311.548
SESPS - Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda.	3.227	48.362	1.043	467	49.872
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	(8.621)	27.186	8.405	-	35.591
SERMED Medicina Humana e Veterinaria LTDA.	(16.394)	17.518	-	-	17.518
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	(7.276)	7.976	-	-	7.976
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	3.062	6.346	-	-	6.346
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	(1.796)	5.992	-	-	5.992
Overdrives Coworking Escritórios Virtuais Ltda.	(186)	4.110	-	-	4.110
EDUCRED - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	(1.686)	4.522	-	-	4.522
Ser Finance Sociedade de Crédito Direto S.A.	(916)	4.343	-	-	4.343
Ser Finanças - Serviços Financeiros Ltda	(7.694)	4.431	-	-	4.431
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	(6.056)	1.090			1.090
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda.	(53)	555	-	-	555
Uninassau Participações S.A.		475	-	-	475
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda.(*)	1.161	-	959	1.261	2.220
Aquisição de Mantenças					
FADE - Faculdade Decisão	-	-	1.028	2.200	3.228
FACOCMA - Faculdades COC de Maceió	-	-	-	3.000	3.000
	(58.621)	1.378.299	11.435	6.928	1.396.662

(*) Incorporada pela controlada ICES – Instituto Campinense de Ensino Superior em 7 de julho de 2023.

(iii) Controladas Indiretas

	31 de dezembro de 2024				
		Investimentos			
Controladas Indiretas	**Equivalência patrimonial**	**Patrimônio líquido**	**Goodwill**	**Intangíveis identificados**	**Total**
Sociedade Técnica Educacional da Lapa S/A	1.738	27.405	133.176	108.276	268.857
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda.	13.282	38.953	131.563	24.289	194.805
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda.	33.426	62.272	68.522	61.220	192.014
Starline Tecnologia S.A.	(1.463)	3.151	18.604	6.548	28.303
Delínea Tecnologia Educacional	(1.306)	5.736	6.124	9.412	21.272
Colégio Cultural Módulo Ltda.	51	15.180	3.191	2.842	21.213
Gokursos	5.995	16.437	-	-	16.437
SOPEP - Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.	(19.759)	(851)	-	11.697	10.846
Clinica Veterinária CDMV Ltda	(3.939)	3.392	2.276	2.353	8.021
Sete de Setembro Ensino Superior Ltda.	(10.380)	(676)		5.834	5.158
Plantão Veterinário	255	1.376		1.941	3.317
Beduka Serviços de Tecnologia em Educação Ltda.	(145)	(165)	3.009	-	2.844
Sociedade Universitária Mileto Ltda.	(697)	1.454	-	-	1.454
Kero Kolo	(292)	25	-	958	983
Centro de Desenv.da Medicina Veterinária, Cursos e Treinam. Ltda. - CDMV	(208)	956	-	-	956
Policlinica Escola de Saude Uninassau Ltda.	(1.661)	461	-	-	461
Cria - Incubadora Digital	1	10	-	-	10
PEIXE 30	(2.410)	(135)	-	-	(135)
Aquisição de Mantenças					
Sociedade Metodista Bennet	-	-	-	10.000	10.000
	12.488	174.981	366.465	245.370	786.816

	31 de dezembro de 2023				
		Investimentos			
Controladas Indiretas	**Equivalência patrimonial**	**Patrimônio líquido**	**Goodwill**	**Intangíveis identificados**	**Total**
Sociedade Tecnica Educacional da Lapa S/A	(9.448)	25.667	133.176	125.259	284.102
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda.	14.604	25.675	131.563	25.674	182.912
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda.	40.181	48.703	68.522	64.818	182.043
Starline Tecnologia S.A.	(1.022)	2.892	18.604	7.557	29.053
Delínea Tecnologia Educacional	(625)	6.400	6.124	11.019	23.543
Colégio Cultural Módulo Ltda.	1.133	15.141	3.191	3.069	21.401
Gokursos	(1.752)	10.433	-	-	10.433
SOPEP - Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.	(22.662)	10.433	-	12.277	22.710
Clinica Veterinária CDMV Ltda	(2.978)	3.454	2.276	2.492	8.222
Centro de Desenv.da Medicina Veterinária, Cursos e Treinam. Ltda. - CDMV	137	1.190	5.567	-	6.757
Beduka Serviços de Tecnologia em Educação Ltda.	(578)	(208)	3.009	-	2.801
Plantão Veterinário	(48)	450	-	1.994	2.444
Sociedade Universitária Mileto Ltda.	(974)	1.871	-	-	1.871

	31 de dezembro de 2023				
		Investimentos			
Controladas Indiretas	**Equivalência patrimonial**	**Patrimônio líquido**	**Goodwill**	**Intangíveis identificados**	**Total**
Kero Kolo	(402)	(114)		970	856
Sete de Setembro Ensino Superior Ltda.	(16.456)	313	266	10.894	11.473
Cria - Incubadora Digital	(1)	9	-	-	9
NOUS LTDA.	(25)	-	-	-	-
Policlinica Escola de Saude Uninassau Ltda.	(342)	(22)	-	-	(22)
PEIXE 30	(2.697)	(171)	-	-	(171)
Aquisição de Mantenças					
Sociedade Metodista Bennet	-	-	-	10.000	10.000
	(3.955)	152.116	372.298	276.023	800.437

(iii) Sociedades Incorporadas

		31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023
		Investimentos			
Sociedades incorporadas diretas	**Data de incorporação**	**Goodwill**	**Intangíveis identificados**	**Total**	**Total**
CESPI - Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.	13/01/2023	8.662	4.404	13.066	13.066
SESPI - Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	13/01/2023	5.360	5.996	11.356	11.356
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda.	07/01/2022	3.521	2.700	6.221	6.221
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	30/04/2018	5.125	-	5.125	5.125
SECARGO - Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	07/07/2023	4.362	-	4.362	4.362
Total Controladas Diretas		27.030	13.100	40.130	40.130

		31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023
		Investimentos			
Sociedades incorporadas indiretas	**Data de incorporação**	**Goodwill**	**Intangíveis identificados**	**Total**	**Total**
Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras Ltda	30/06/2021	60.006	84.287	144.293	146.493
União de Ensino Superior do Pará - UNAMA	31/12/2017	87.136	53.566	140.702	141.106
SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda.	31/07/2020	43.882	57.759	101.641	103.033
Instituto Santareno de Educação Superior - FIT	31/12/2017	5.320	7.600	12.920	12.920
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda.	07/07/2023	-	-	-	2.220
Total Controladas Indiretas		196.344	203.212	399.556	405.772

(b) Movimentação do saldo de investimento em empresas controladas: A movimentação do saldo de investimento em empresas controladas foi a seguinte:

	Controladora	
	2024	**2023**
Em 1º de janeiro	1.394.442	1.495.963
Adiantamento para futuro aumento de capital	113.822	127.900
Participação nos resultados de controladas	(32.694)	(57.622)
Lucros recebidos de subsidiárias	(12.697)	(48.600)
Baixa por incorporação	-	(123.199)
Baixa por impairment (Nota 11(e))	(8.405)	-
Em 31 de dezembro	1.454.468	1.394.442

Seção D – Notas explicativas relevantes selecionadas: 7 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
Ativos financeiros registrados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	3.118	967	12.189	6.091
Aplicações financeiras	175.835	115.725	358.539	209.176
Caixa restrito	-	-	71.578	65.343
Contas a receber de clientes	248.418	221.068	505.069	456.588
Contas a receber Educred, Pravaler e outros	30.377	28.786	63.552	64.952
Partes relacionadas	18.786	2.114	163	2.114
Depósitos e bloqueios judiciais	16.411	16.063	21.720	27.230
Fundo garantidor FIES	32.978	42.038	68.494	87.423
Outros créditos	13.256	16.426	25.295	39.113
	539.179	443.187	1.126.599	958.030
Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	50	63.570	763	77.585
	539.229	506.757	1.127.362	1.035.615
Passivos financeiros registrados ao custo amortizado				
Fornecedores	17.871	15.197	41.799	40.674
Empréstimos e financiamentos	280.151	440.769	280.151	440.911
Debêntures	684.182	413.645	684.182	413.645
Partes relacionadas	407	359	-	-
Compromissos a pagar	-	-	117.462	179.669
Obrigações de arrendamento	427.698	435.157	784.507	845.801
Parcelamento de tributos	479	611	878	17.002
	1.410.788	1.305.738	1.908.979	1.937.702
Passivos financeiros registrado ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos - *swap*	8.242	52.564	8.242	52.564
	8.242	52.564	8.242	52.564
	1.419.030	1.358.302	1.917.221	1.990.266

Estimativa do valor justo: O valor justo dos instrumentos financeiros é próximo ao seu valor contábil, utilizando-se juros de mercado em 31 de dezembro de 2024. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se o custo de capital do Grupo, que se assemelha a taxa dos contratos efetuados. Pressupõe-se que os saldos do contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A classificação dos ativos e passivos contabilizados ao valor justo é realizada com base em diferentes níveis de avaliação. A seguir, são apresentadas as definições e características de cada um desses níveis: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam, quando aplicável, as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação, bem como alterações devido ao risco ESG; • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados e dos instrumentos em que o risco ESG dá origem a um ajuste não observável significativo. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem: • O valor justo dos swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com base em curvas de rendimento observáveis. As informações relacionadas aos instrumentos financeiros de derivativos – *swap*, em 31 de dezembro de 2024, registrados a valor justo com efeito no resultado são:

		Principal contratado		Taxa contratada					Saldos em 31 de dezembro de 2024		Resultado em 31 de dezembro de 2024
Data de início	**Data de vencimento**	**Em Euro**	**Em Reais**	**Original**	**Swap**	**Ponta ativa**	**Ponta passiva**	**Exposição líquida**	**Marcação a Mercado (MtM)**	**Valor justo (acumulado)**	**Valor justo**
07/01/2022	07/01/2027	31.182	200.000	Euro + 2,1647 a.a.	CDI + 2,70% a.a.	144.871	152.145	(7.274)	(8.242)	(968)	6.639

O Grupo não alterou quaisquer técnicas de avaliação na determinação dos valores justos de Nível 1 ao Nível 3. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos de Nível 2 do Grupo mensurados ao valor justo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
Ativo				
Títulos e valores mobiliários (Nota 8 (ii))	50	63.570	763	79.053
Total do ativo	50	63.570	763	79.053
Passivo				
Derivativos usados para hedge (MTM e SWAP)	8.242	52.564	8.242	52.564
Total do passivo	8.242	52.564	8.242	52.564

8. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
Circulante				
Numerários em caixa	118	123	278	262
Bancos - conta corrente	3.000	844	11.911	5.829
Aplicações financeiras	175.835	115.725	358.539	209.176
Caixa e equivalentes de caixa	178.953	116.692	370.728	215.267
Títulos e valores mobiliários	-	63.520	-	77.585
Não Circulante				
Títulos e valores mobiliários	50	50	763	1.468
	179.003	180.262	371.491	294.320

O caixa e equivalentes de caixa consiste em numerário disponível no Grupo, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez diária de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor (mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo). Esses recursos foram classificados como equivalentes de caixa por atenderem aos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R3) / IAS 7. Os recursos aplicados destinam-se à preservação de caixa mínimo e ao financiamento da expansão de seu negócio, por meio de: (i) aquisições; e (ii) investimentos em seu crescimento orgânico, que engloba a expansão e infraestrutura de polos da rede de ensino à distância e investimentos para a instalação de novas unidades presenciais. Já as aplicações financeiras são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários – CDB –, por compromissadas e fundos de investimentos de renda fixa, com papéis indexados ao DI e com carteiras majoritariamente aplicadas em títulos públicos com liquidez imediata e baixo risco para o Grupo estão demonstradas abaixo:

		Controladora		Consolidado	
Tipo	**Remuneração média**	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
Circulante					
CDB	101,4% do CDI (101,9% do CDI em 2023)	44.725	115.725	216.871	209.176
Compromissadas (i) (ii)	93,5% do CDI (82,0% do CDI em 2023)	84.584	14.440	85.149	23.970
Fundos de Investimentos (ii)	101,0% do CDI (102,8% do CDI em 2023)	6.452	49.062	6.465	49.076
Letra Financeira do Tesouro (ii)	106,0% do CDI (100,2% do CDI em 2023)	18	18	9.999	4.539
Letra Financeira	101,0% do CDI (106,0% do CDI em 2023)	40.056	-	40.055	-
	Aplicações financeiras	175.835	179.245	358.539	286.761
Aplicações financeiras		175.835	115.725	358.539	209.176
Títulos e valores mobiliários (ii)		-	63.520	-	77.585
Não circulante		50	50	763	1.468
Conta Capital	**Títulos e valores mobiliários**	50	50	763	1.468

(i) As aplicações em compromissadas não têm a incidência do IOF e são realizadas pelo montante em caixa, principalmente referente a recebimentos realizados no final do último dia do mês, que será utilizado nos primeiros dias do mês subsequente; e (ii) Reclassificado de Títulos e valores mobiliários para Aplicações financeiras em março de 2024 em função da característica do portfólio dos fundos.

(a) Caixa restrito: Refere-se ao contrato que a Companhia assinou para o fechamento da operação de aquisição da Sociedade Técnica Educacional da Lapa S.A. – FAEL em 14 de janeiro de 2022, com o pagamento de R$ 289.834, dos quais R$ 70.000 foram retidos em conta vinculada (*escrow account)* junto ao Banco Santander S.A., que estão sendo liberados ao longo de 5 anos de acordo com cronograma definido em contrato, a partir de 14 de janeiro de 2023. A movimentação e saldo atual do caixa restrito é apresentado conforme segue:

	2024	**2023**
Em 1º de janeiro	65.343	69.931
Juros incorridos	6.809	8.086
Liberações	(574)	(12.674)
Em 31 de dezembro	71.578	65.343
(-) Circulante	(7.615)	(7.943)
Não circulante	63.963	57.400

9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
Mensalidades de alunos (a)	271.182	233.693	542.496	494.882
FIES a receber (b)	32.667	43.259	67.951	94.571
Acordos a receber (c)	38.105	42.314	81.373	96.716
Créditos educativos a receber (d)	35.188	33.590	70.440	75.693
Outros (e)	6.079	2.694	30.165	19.627
Total	383.221	355.550	792.425	781.489
(-) Provisão para perdas esperadas com créditos (f)	(97.728)	(100.892)	(213.645)	(249.208)
(-) Ajuste a valor presente	(6.698)	(4.804)	(10.159)	(10.741)
	278.795	249.854	568.621	521.540
Fundo garantidor do FIES - FG FIES (g)	32.978	42.038	68.494	87.423
	311.773	291.892	637.115	608.963
(-) Circulante	(263.500)	(248.846)	(545.054)	(520.047)
Não circulante				
Contas a receber (i)	15.295	1.008	23.567	1.493
Fundo garantidor do FIES - FG FIES (g)	32.978	42.038	68.494	87.423
	48.273	43.046	92.061	88.916

(i) Os recebíveis de longo prazo referem-se aos créditos educativos a receber com vencimentos superiores a 365 dias. Em março de 2024, foram reclassificados para o grupo do não circulante os valores da Controladora (R$ 9.994) e do Consolidado (R$ 18.315) referentes ao crédito educativo Pravaler.

(a) ***Mensalidades de alunos:*** A composição dos vencimentos dos saldos de mensalidades de alunos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
A Vencer	46.557	19.636	87.431	39.363
Vencidas até 90 dias	73.321	70.193	140.053	142.377
Vencidas de 91 a 180 dias	29.645	27.322	57.042	55.380
Vencidas de 181 a 360 dias	47.587	47.626	99.760	103.079
Vencidas de 361 a 540 dias	38.167	31.844	79.405	74.662
Vencidas de 541 a 720 dias	35.905	37.072	78.805	80.021
	271.182	233.693	542.496	494.882

Os valores a vencer referem-se as parcelas vencíveis em até 12 meses após a conclusão do curso no ensino a distância, conforme o plano de pagamento escolhido pelo aluno; e às parcelas do Ser Solidário, programa iniciado no 2º semestre de 2024 com o objetivo de facilitar o ingresso de novos alunos aos cursos de graduação presencial. Através do Programa, o aluno paga valor reduzido de uma ou até três parcelas do semestre de ingresso. O valor remanescente (valor da parcela subtraída do valor pago) será então parcelado ao longo do prazo de conclusão do curso contratado. Abaixo os principais reflexos do Ser Solidário:

	Controladora	**Consolidado**
Receita bruta	8.498	14.913
(-) Ajuste a valor presente	(2.116)	(3.681)
Receita líquida	6.382	11.232
(-) Provisão para perdas esperadas com créditos	(2.441)	(4.296)
Resultado operacional	3.941	6.936
Contas a receber	3.635	6.374

As parcelas mensais vencidas no mês são substancialmente recebidas dentro do ciclo semestral. O Grupo está atuando ativamente visando mitigar a inadimplência do ensino presencial por meio da introdução de metodologias mais assertivas de renegociação de mensalidades em atraso, incluindo novas formas de pagamento para reestabelecer as condições adequadas para o recebimento das mensalidades mais antigas. **(b) Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES a receber:** Em 31 de dezembro de 2024, os saldos referentes às parcelas dos alunos em processo de rematrícula no FIES e de parte das mensalidades do período, pendentes de repasse pelo Governo Federal, era de R$ 32.667 (R$ 43.259 em dezembro de 2023) na controladora, e R$ 67.951 (R$ 94.571 em dezembro de 2023) no consolidado. O repasse pelo Governo Federal costuma ocorrer em até 60 dias da inscrição no programa e faturamento pela instituição de ensino. **(c) Acordos a receber:** A composição dos vencimentos dos saldos de acordos a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
A vencer	7.802	245	15.666	17.276
Vencidas até 90 dias	9.941	12.923	19.983	22.720
Vencidas de 91 a 180 dias	4.554	6.392	9.401	11.214
Vencidas de 181 a 360 dias	6.121	8.791	13.740	16.531
Vencidas de 361 a 540 dias	5.082	7.619	11.796	15.088
Vencidas de 541 a 720 dias	4.605	6.344	10.787	13.887
	38.105	42.314	81.373	96.716

(d) Créditos educativos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
Educred	13.607	21.151	32.353	49.147
Pravaler (i)	21.578	12.439	36.111	23.615
Outros	3	-	1.976	2.931
	35.188	33.590	70.440	75.693
(-) Ajuste a valor presente	(4.811)	(4.804)	(6.888)	(10.741)
	30.377	28.786	63.552	64.952
(-) Circulante	(15.082)	(27.778)	(39.985)	(63.459)
Não circulante	15.295	1.008	23.567	1.493

(i) Refere-se à parcela dos contratos de financiamento estudantil relacionados ao produto que compartilha os riscos de eventual inadimplência com as instituições do Grupo. A Controladora assinou instrumento de promessa de cessão e aquisição de direitos creditórios sem coobrigação e outras avenças com a Pravaler S.A., que prevê a cessão de parte dos recebíveis sem direito de regresso, oriundos de financiamentos estudantis de cursos de graduação superior. O resumo da operação e o valor baixado do contas a receber é demonstrado a seguir:

Controladora

Operação de cessão da carteira de recebíveis		**Baixa do contas a receber**	
Valor bruto da carteira	12.357	Valor bruto da carteira	12.357
Taxa de desconto ao ano	17,6%	Ajuste a valor presente	(1.699)
Duração média da carteira	19 meses	Provisão para crédito de liquidação	-
Inadimplência projetada	15,9%	duvidosa	(1.730)
Valor líquido recebido	7.496		8.928

Consolidado

Operação de cessão da carteira de recebíveis		**Baixa do contas a receber**	
Valor bruto da carteira	26.340	Valor bruto da carteira	26.340
Taxa de desconto ao ano	17,6%	Ajuste a valor presente	(3.622)
Duração média da carteira	19 meses	Provisão para crédito de liquidação	-
Inadimplência projetada	15,9%	duvidosa	(3.688)
Valor líquido recebido	16.199		19.030

A composição dos vencimentos dos saldos de crédito educativo a receber, líquida do ajuste a valor presente, é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
A vencer	20.357	16.893	39.085	36.128
Vencidas até 90 dias	1.456	1.612	3.669	3.826
Vencidas de 91 a 180 dias	1.139	1.909	2.876	4.562
Vencidas de 181 a 360 dias	2.348	3.731	5.819	8.738
Vencidas de 361 a 540 dias	2.362	2.640	5.635	6.696
Vencidas de 541 a 720 dias	2.715	2.001	6.468	5.002
	30.377	28.786	63.552	64.952

(e) Outros: Refere-se basicamente a cartão de crédito e contas a receber de outros negócios da Companhia que se encontram em fase de expansão. **(f) Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD):** O Grupo em 2023 adotou uma nova estimativa de provisão para a PECLD, que passou a ser calculada considerando a inadimplência histórica sobre o faturamento da filial de origem dos títulos, no período de 720 dias, aplicada prospectivamente sobre a receita líquida atual, em virtude da mudança na dinâmica do contas a receber após a venda de parte da carteira do EDUCRED em 2023, o aumento da participação do ensino digital e cenário econômico do período pós-pandemia. Adicionalmente, o Grupo estabelece acordos para recuperar créditos vencidos como forma de otimizar a recuperação desses valores. A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de clientes do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro 2024 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo em 1º de janeiro	(100.892)	(83.714)	(249.208)	(259.599)
Baixa de créditos incobráveis (i)	68.863	70.360	161.126	157.589
Baixa por venda de recebíveis (ii)	1.730	5.885	3.688	13.288
Provisão para perdas esperadas com créditos oriunda de cisões/incorporações (Nota 6(a))	1.019	(20.528)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Ex FG-Fies)	(89.248)	(63.361)	(173.012)	(150.943)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa FG-Fies	(12.178)	(9.534)	(24.734)	(9.543)
Saldo em 31 de dezembro	(130.706)	(100.892)	(282.140)	(249.208)
Circulante	(97.728)	(100.892)	(213.645)	(249.208)
Não circulante (iii)	(32.978)	-	(68.495)	-

(i) O Grupo efetua trimestralmente a baixa definitiva (*write-off*) dos créditos considerados incobráveis que correspondem aos títulos vencidos há mais de 720 dias; (ii) Refere-se à venda de recebíveis oriundos de créditos educativos; e (iii) Refere-se à PECLD do FG-FIES.

(g) Fundo Garantidor do FIES (FG-FIES): No âmbito do novo FIES, é feita a retenção de 13% a 27,5% do valor pago às instituições para aplicação no Fundo Garantidor do FIES (FG-FIES), que será usado para cobrir eventuais perdas do programa de forma individualizada por instituição de ensino. Os valores aportados no fundo não podem ser resgatados ou utilizados para outros fins sem liberação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. A Administração passou a reconhecer provisão para perdas esperadas equivalente a 50% das retenções a serem reconhecidas pelo fundo com base no faturamento dos alunos FIES, considerando o fato de que o programa ainda não possui um ciclo completo desde o seu início (em 30 de setembro de 2024 - 37%). A Administração mantém diligências junto à Caixa Econômica Federal para conciliar os valores dos extratos disponibilizados com as informações internas, assim como obter informações sobre a cobrança dos alunos inadimplentes, e avaliará esta estimativa de forma prospectiva a medida em que o primeiro ciclo do programa seja encerrado e as eventuais inadimplências possam ser efetivamente incorridas. Abaixo a movimentação dos aportes e a composição do saldo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo em 1º de janeiro	42.038	15.704	87.423	52.028
Aportes reconhecidos pela instituição bancária e pelo FNDE	23.919	26.334	49.566	35.395
Total do saldo aportado em 31 de dezembro	65.957	42.038	136.989	87.423
Provisão para perdas e créditos de liquidação duvidosa (i)	(24.405)	-	(50.686)	-
Provisão para perdas e créditos de liquidação duvidosa complementar (ii)	(8.574)	-	(17.809)	-
Saldo em 31 de dezembro	32.978	42.038	68.494	87.423

(i) Em junho de 2024, o Grupo reclassificou os saldos de PCLD referentes ao FG – Fies da Controladora (R$ 20.805) e do Consolidado (R$ 43.760) do contas a receber do ativo circulante para o FG – FIES, no ativo não circulante. (ii) Em dezembro de 2024, o Grupo reconheceu uma provisão complementar referente a estimativa de inadimplência do fundo, baseada na movimentação contida nos extratos recebidos, que estão em fase de análise junto à Caixa Econômica Federal.

10. Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
Tributos a recuperar				
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	25.520	11.063	39.013	22.033
Imposto sobre serviço - ISS	-	-	775	1.444
Outros	1.323	1.321	2.265	2.560
	26.843	12.384	42.053	26.037
Não Circulante				
Imposto sobre serviços - ISS (i)	-	-	5.482	6.392
	26.843	12.384	47.535	32.429

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
Tributos a recolher				
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social	-	-	1.820	3.237
Imposto de renda retido na fonte	3.922	3.857	10.487	10.710
Imposto sobre serviço - ISS	3.221	3.600	10.202	10.766
Parcelamento de tributos (ii)	479	611	878	17.002
PIS e COFINS	308	241	835	788
Outros	242	125	440	275
	8.172	8.434	24.662	42.778
Não Circulante				
Parcelamento de tributos	426	938	1.049	2.124
	426	938	1.049	2.124
	8.598	9.372	25.711	44.902

(i) Refere-se, principalmente, ao parcelamento de ISS da UNINORTE (SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda). (ii) Em dezembro de 2023, o valor corresponde ao parcelamento de ISS da UNAMA realizado com o governo Municipal de Belém/PA. Até maio de 2024, o saldo parcelado foi totalmente pago no montante de R$ 14.500. Esses valores foram reembolsados pelos vendedores da UNAMA, através de abatimento nos aluguéis dos prédios de propriedade dos mesmos.

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250328

SER EDUCACIONAL S.A. - CNPJ nº 04.986.320/0001-13

11 Intangível: (a) Controladora: Composição de saldo:

	Taxas anuais de amortização	31 de dezembro de 2024 Custo	Amortização	Saldo	31 de dezembro de 2023 Saldo
Licenças e implantações de software	20%	109.592	(68.227)	41.365	23.344
Licenças de operação	33%	17.636	(16.835)	801	784
Convênios (i)	25%	21.860	(15.054)	6.806	6.408
Conteúdo digital	20%	59.806	(40.032)	19.774	27.180
Fundo de comércio	20%	5.297	(5.268)	29	36
Goodwill (Notas 6(a) (iii) e 11(c))		27.030	-	27.030	27.989
Intangíveis identificados em aquisições (Nota 11(d))	13%	14.700	(1.600)	13.100	14.361
		255.921	(147.016)	108.905	100.102

Movimentação

	31 de dezembro de 2023	Adições	Baixas	Amortização	31 de dezembro de 2024
Licenças e implantações de software	23.344	31.340		(13.319)	41.365
Licenças de operação	784	619		(602)	801
Convênios (i)	6.408	2.484		(2.086)	6.806
Conteúdo digital	27.180	74		(7.480)	19.774
Fundo de comércio	36	-		(7)	29
Goodwill (Notas 6(a) (iii) e 11(c))	27.989	-	(959)	-	27.030
Intangíveis identificados em aquisições (Nota 11(d))	14.361	-	(1.261)	-	13.100
	100.102	34.517	(2.220)	(23.494)	108.905

	31 de dezembro de 2022	Adições	Amortização	Incorporações (Nota 5(a)(iii))	31 de dezembro de 2023
Licenças e implantações de software	24.311	9.824	(10.832)	41	23.344
Licenças de operação	1.104	294	(669)	55	784
Convênios (i)	4.989	2.177	(1.968)	1.210	6.408
Conteúdo digital	21.999	13.226	(8.045)	-	27.180
Fundo de comércio	72		(36)	-	36
Goodwill (Notas 6(a) (iii) e 11(c))	8.646		-	19.343	27.989
Intangíveis identificados em aquisições (Nota 11(d))	2.700		-	11.661	14.361
	63.821	25.521	(21.550)	32.310	100.102

(b) Consolidado: Composição de saldo:

	Taxas anuais de Amortização	31 de dezembro de 2024 Custo	Amortização	Saldo	31 de dezembro de 2023 Saldo
Licenças e implantações de software	20%	150.872	(99.115)	51.757	35.052
Licenças de operação	33%	31.400	(27.950)	3.450	3.514
Convênios (i)	25%	38.252	(18.417)	19.835	13.695
Conteúdo digital	20%	70.142	(45.877)	24.265	29.045
Fundo de comércio	20%	5.480	(5.451)	29	114
Goodwill (Notas 6(a) (iii) e 11(c))		591.910	-	591.910	607.107
Intangíveis identificados em aquisições (Nota 11(d))	13%	615.883	(148.534)	467.349	503.259
		1.503.939	(345.344)	1.158.595	1.191.786

Movimentação

	31 de dezembro de 2023	Adições	Baixas	Amortização	31 de dezembro de 2024
Licenças e implantações de software	35.052	33.748	-	(17.043)	51.757
Licenças de operação	3.514	1.126	-	(1.190)	3.450
Convênios (i)	13.695	8.850	-	(2.710)	19.835
Conteúdo digital	29.045	3.610	-	(8.390)	24.265
Fundo de comércio	114	-	-	(85)	29
Goodwill (Notas 6(a) (iii) e 11(c))	607.107		(15.197)	-	591.910
Intangíveis identificados em aquisições (Nota 11(d))	503.259	-	(5.365)	(30.545)	467.349
	1.191.786	47.334	(20.562)	(59.963)	1.158.595

	31 de dezembro de 2022	Adições	Baixa	Amortização	Combinação de negócios (ii) Adições	Combinação de negócios (ii) Amortização	31 de dezembro de 2023
Licenças e implantações de software	35.920	17.148	(1.424)	(16.728)	726	(590)	35.052
Licenças de operação	4.374	566	-	(1.426)	-	-	3.514
Convênios (i)	6.750	9.836	(3)	(2.888)	-	-	13.695
Conteúdo Digital	24.868	13.227	-	(9.050)	-	-	29.045
Fundo de Comércio	238			(124)	-	-	114
Goodwill (Notas 6(a) (iii) e 11(c))	606.841			-	266	-	607.107
Intangíveis identificados em aquisições (Nota 11(d))	524.983			(33.497)	11.773	-	503.259
	1.203.974	40.777	(1.427)	(63.713)	12.765	(590)	1.191.786

(i) Referem-se aos acordos com hospitais, clínicas e policlínicas para realização de aulas práticas e preceptoria aos alunos do Grupo; e (ii) As adições e amortizações oriundas da combinação de negócio são decorrentes da aquisição da Uni7.

(c) Goodwill: O *goodwill* apurado nas combinações de negócios possui vida útil indefinida, sujeitando-se ao teste de recuperabilidade efetuado no último trimestre do ano ou quando existe indicativo durante o ano de mudança Nota 11(e).

	Consolidado 2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	607.107	606.841
Goodwill na aquisição	-	266
Aquisição da UNI7	-	266
Provisão para *impairment*	(15.197)	-
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	(8.405)	-
Centro de Desenv.da Medicina Veterinária, Cursos e Treinam. Ltda. - CDMV	(5.567)	-
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda.	(959)	-
Sete de Setembro Ensino Superior Ltda.	(266)	-
Saldo em 31 de dezembro	591.910	607.107

(d) Intangíveis identificados em aquisições: (i) Intangíveis com vida útil definida:

31 de dezembro de 2024	Licenças de cursos	Marcas	Carteira de Clientes	Propriedade intelectual	Outros	Total
Sociedade Técnica Educacional da Lapa S/A	-	24.900	31.900	36.100	-	92.900
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda - FACIMED	-	-	16.792	-	-	16.792
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda - UNESC	-	7.300	4.400	-	-	11.700
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.	-	17.400	5.600	-	-	23.000
Delínea Tecnologia Educacional	-	8.360	-	-	5.945	14.305
UNI7 - Centro Universitário Sete de Setembro	-	5.441	2.226	-	-	7.667
Colégio Cultural Módulo Ltda - UNIJUAZEIRO	7.897	3.501	248	-	-	11.646
Starline Tecnologia S/A	-	7.135	-	-	4.131	11.266
Clinica Veterinária CDMV Ltda	-	-	795	-	-	795
Faculdade Decisão - FADE	-	100	-	-	-	100
Plantão Veterinário Hospital Ltda	-	1.834	-	-	266	2.100
Pet Shop Kero Kolo Ltda	-	935	-	-	58	993
Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Medicina Humana e Veterinária Ltda	-	2.794	-	-	-	2.794
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	-	-	200		-	200
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	-	100	-	-	-	100
Total	7.897	79.800	62.161	36.100	10.400	196.358
Amortização acumulada	(7.897)	(16.064)	(44.216)	(24.819)	(7.414)	(100.410)
	-	63.736	17.945	11.281	2.986	95.948

31 de dezembro de 2024	Marcas	Carteira de Clientes	Propriedade intelectual	Outros	Total
Sociedades incorporadas					
Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras Ltda - UNIFASB	12.725	9.969		-	22.694
SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda	22.500	-		-	22.500
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA	12.100	800		-	12.900
Instituto Santareno de Educação Superior – ISES	700	-		-	700
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	692	-		-	692
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	508	-		-	508
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda.	400	-		-	400
Total	49.625	10.769	-	-	60.394
Amortização acumulada	(13.706)	(8.418)		-	(22.124)
	35.919	2.351	-	-	38.270
Taxas médias anuais de Amortização	7%	27%	25%	25%	
	99.655	20.296	11.281	2.986	134.218

31 de dezembro de 2023	Licenças de cursos	Marcas	Carteira de Clientes	Propriedade intelectual	Outros	Total
Sociedade Técnica Educacional da Lapa S/A		24.900	31.900	36.100	-	92.900
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda - FACIMED		-	16.792		-	16.792
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda - UNESC		7.300	4.400		-	11.700
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.		17.400	5.600		-	23.000
Delínea Tecnologia Educacional		8.360	-		5.945	14.305
UNI7 - Centro Universitário Sete de Setembro		5.441	2.226		-	7.667
Colégio Cultural Módulo Ltda - UNIJUAZEIRO	7.897	3.501	248		-	11.646
Starline Tecnologia S/A		7.135	-		4.131	11.266
Clinica Veterinária CDMV Ltda		-	795		-	795
Faculdade Decisão - FADE		100	-		-	100
Plantão Veterinário Hospital Ltda		1.834	-		266	2.100
Pet Shop Kero Kolo Ltda		935	-		58	993
Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Medicina Humana e Veterinária Ltda		2.795	-		-	2.795
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS		-	200		-	200
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.		100	-		-	100
Total	7.897	79.801	62.161	36.100	10.400	196.359
Amortização acumulada	(7.897)	(12.011)	(32.651)	(15.794)	(5.510)	(73.863)
		67.790	29.510	20.306	4.890	122.496

31 de dezembro de 2023	Licenças de cursos	Marcas	Carteira de Clientes	Propriedade intelectual	Outros	Total
Sociedades incorporadas						
Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras Ltda - UNIFASB	-	12.725	9.969	-	-	22.694
SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda	-	22.500	-	-	26.000	48.500
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA	-	12.100	800	-	-	12.900
Instituto Santareno de Educação Superior – ISES	-	700	-	-	-	700
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	-	692	-	-	-	692
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	-	508	-	-	-	508
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda.	-	400	-	-	-	400
Total	-	49.625	10.769	-	26.000	86.394
Amortização acumulada	-	(11.911)	(6.218)	-	(26.000)	(44.129)
	-	37.714	4.551	-	-	42.265
Taxas medias anuais de Amortização	-	7%	27%	25%	25%	-
	-	105.504	34.061	20.306	4.890	164.761

(ii) Intangíveis de vida útil indefinida – licenças de cursos

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Sociedade Técnica Educacional da Lapa S/A	62.800	62.800
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda - FACIMED	58.821	58.821
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda - UNESC	17.900	17.900
UNI7 - Centro Universitário Sete de Setembro	-	4.104
Sociedade Metodista Bennett	10.000	10.000
Faculdades COC de Maceió - FACOCMA	3.000	3.000
Faculdade Decisão - FADE	2.200	2.200
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	467	467
Total	155.188	159.292
Sociedades incorporadas		
Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras Ltda - UNIFASB	69.293	69.293
SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda	42.450	42.450
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA	45.500	45.500
Instituto Santareno de Educação Superior – ISES	7.600	7.600
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	5.996	5.996
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	4.404	4.404
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	-	1.261
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda.	2.700	2.700
Total	177.943	179.204
	333.131	338.496

(e) Perda (*impairment*) do *goodwill* e intangíveis com vida útil indefinida: O *goodwill* e intangíveis identificados com vida útil indefinida são alocados às unidades geradoras de caixa (UGC), identificadas de acordo com as respectivas unidades que se beneficiam da transação e que não geram benefícios econômicos para o Grupo. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social, baseados em premissas financeiras aprovadas pela Administração durante o período de cinco anos ("período explícito"). Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram projetados com base nas taxas de crescimento estimadas, não excedendo a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua. A Administração da Companhia realiza testes anuais de *impairment* e monitora a performance de cada UGC trimestralmente para avaliar a necessidade de antecipar a realização de testes de *impairment*, visando o eventual reconhecimento de perdas. As premissas adotadas foram as seguintes: Ensino: (i) Taxa de Desconto – WACC de 14,0% a.a. (2023: 15,1%), (ii) Margem Bruta de 64,5% (2023: 61,5%). Outros negócios: (i) Taxa de Desconto – WACC de 14,0% a.a. (2023: 13,0%). (ii) Margem Bruta de 48,1% (2023: 45,5%). Consolidado: (i) Fluxo nominal, (ii) Período explícito de 5 anos, e (iii) Taxa de crescimento na perpetuidade de 5,6% a.a. No exercício de 2024, o Grupo identificou algumas UGCs ("Unidades Geradoras de Caixa" ou "ativo") que apresentaram valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis com base no seu valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, resultando na constituição de provisões para *impairment* de ativos provenientes da combinação de negócios, conforme quadro a seguir:

Controladora

Ativo ou UGC	31 de dezembro de 2024 - Perda por desvalorização: Goodwill	Licenças de Cursos	Total
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda.	959	1.261	2.220
	959	1.261	2.220

Consolidado

Ativo ou UGC	31 de dezembro de 2024 - Perda por desvalorização: Goodwill	Licenças de Cursos	Total
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	8.405		8.405
Centro de Desenv.da Medicina Veterinária, Cursos e Treinam. Ltda. - CDMV	5.567		5.567
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda.	959	1.261	2.220
Sete de Setembro Ensino Superior LTDA.	266	4.104	4.370
	15.197	5.365	20.562

12 Arrendamentos: 12.1 Direito de Uso: (a) Controladora: Composição de saldo:

	Taxas médias anuais de Amortização	31 de dezembro de 2024 Custo	Amortização	Saldo líquido	31 de dezembro de 2023
Direito de Uso de Imóveis	5% a 10%	543.882	(198.508)	345.374	376.100
Total		543.882	(198.508)	345.374	376.100

Movimentação

	31 de dezembro de 2023	Adições Novos	Remensurações	Transferências	Baixas por entregas de imóveis	Amortização	31 de dezembro de 2024
Direito de Uso de Imóveis	376.100	33.566	3.605	81	(23.923)	(44.055)	345.374
Total	376.100	33.566	3.605	81	(23.923)	(44.055)	345.374

	31 de dezembro de 2022	Adições Novos	Remensurações (i)	Baixas por entregas de imóveis	Amortização	incorporação	Incorporações (Nota 6(a) (iii))	31 de dezembro de 2023
Direito de Uso de Imóveis	253.532	20.603	91.716	(329)	(35.106)	-	45.684	376.100
Total	253.532	20.603	91.716	(329)	(35.106)	-	45.684	376.100

(b) Consolidado: Composição de saldo:

	Taxas médias anuais de Amortização	31 de dezembro de 2024 Custo	Amortização	Saldo líquido	31 de dezembro de 2023
Direito de Uso de Imóveis	5% a 10%	1.045.937	(411.390)	634.547	735.278
Total		1.045.937	(411.390)	634.547	735.278

Movimentação

	31 de dezembro de 2023	Adições Novos	Remensurações	Transferências	Baixas por entregas de imóveis	Amortização	31 de dezembro de 2024
Direito de Uso de Imóveis	735.278	33.878	3.652	(7.072)	(39.956)	(91.233)	634.547
Total	735.278	33.878	3.652	(7.072)	(39.956)	(91.233)	634.547

	31 de dezembro de 2022	Adições Novos	Remensurações (i)	Baixas por entregas de imóveis	Amortização	31 de dezembro de 2023
Direito de Uso de Imóveis	593.228	29.237	238.435	(40.584)	(85.038)	735.278
Total	593.228	29.237	238.435	(40.584)	(85.038)	735.278

(i) Em 2023 foram realizadas renovações contratuais previstas por mais cinco ou dez anos, conforme contrato; no consolidado houve a renovação dos contratos de aluguéis da UNINORTE por mais cinco anos.

Saldos reconhecidos na demonstração de resultado: A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

		Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
IFRS16(53)(a)	Encargo de amortização dos ativos de direito de uso (incluído em custos - encargo total de amortização - Nota 19)	-	-	-	-
	Edificações	(44.055)	(35.106)	(91.233)	(85.038)
IFRS16(53)(b)	Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras - Nota 21)	(41.451)	(36.733)	(79.399)	(76.790)
FRS16(53)(e)	Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não incluídos em passivos de arrendamentos (incluídas em custos - Nota 19)	(391)	(189)	(2.104)	(1.600)

(c) Interpretações **e impactos na avaliação do IFRS 16 – *Leases* / CPC 06 (R2) Operações de arrendamentos:** O Grupo atua como arrendatário em um número significativo de contratos de arrendamento concentrados em imóveis onde estão localizadas as suas operações, sendo constituídas por universidades, centros universitários, polos de ensino, faculdades e escritórios. Na adoção inicial do CPC 06 (R2) em 2019, o Grupo adotou premissas para calcular a taxa incremental, sendo que parte de seus contratos já estavam classificados como ativos de arrendamento desde 2013. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos médios dos contratos:

Prazos contratos	Taxa % a.a
12 Anos (i)	3,09% à 16,67%
18 Anos (ii)	8,43% à 15,39%

(i) Contratos contabilizados como arrendamento após a adoção da CPC 06 (R2) / IFRS 16; e (ii) Contratos contabilizados como arrendamento desde 2013.

O Grupo apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024. Por força do incentivo do PROUNI, o Grupo não utiliza os créditos de PIS e COFINS a recuperar sobre os aluguéis pagos e por este motivo não demonstra o crédito potencial.

Maturidade dos contratos

Vencimento das Prestações	R$
2025	142.987
Entre 2026 e 2030	671.916
Entre 2031 e 2035	346.697
Acima de 2035	41.005
Valores não descontados	1.202.605
Juros embutidos	(418.098)
Saldo passivo de arrendamento	784.507

Diferença provocada pela plena aplicação do CPC 06 (R2): Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/ N°02/2019, o Grupo adotou como política contábil os requisitos da CPC 06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso e passivo de arrendamento, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos da CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal). **Impacto em ativos e passivos:**

	Com Inflação	Sem Inflação	Diferença Ofício CVM
Direito de uso	742.541	634.547	107.994
Obrigações de arrendamento	909.696	784.507	125.189

Impacto no resultado:

	Com Inflação: Juros	Amortização	Pagto. Mínimo	Impacto no Resultado	Sem Inflação: Juros	Amortização	Pagto. Mínimo	Impacto no Resultado	Diferença Ofício CVM
2025	88.481	99.033	(146.485)	41.029	76.476	86.687	(142.987)	20.176	20.853
Entre 2026 e 2030	333.943	417.986	(759.325)	(7.396)	270.714	360.559	(671.916)	(40.643)	33.247
Entre 2031 e 2035	92.319	195.805	(456.327)	(168.203)	66.662	163.887	(346.697)	(116.148)	(52.055)
Acima de 2035	7.433	29.717	(69.735)	(32.585)	4.246	23.414	(41.005)	(13.344)	(19.241)
Total	522.176	742.541	(1.431.872)	(167.155)	418.098	634.547	(1.202.605)	(149.959)	(17.196)

12.2 Obrigações de arrendamento: (a) Vencimento: O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Controladora

Vencimentos	31 de dezembro de 2024 Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	31 de dezembro de 2023 Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante:				
Até um ano	74.423	(40.421)	34.002	32.332
Não circulante				
Entre um e dois anos	75.288	(37.230)	38.058	34.581
Entre três e cinco anos	212.942	(87.094)	125.848	114.838
Acima de cinco anos	287.821	(58.031)	229.790	253.406
	576.051	(182.355)	393.696	402.825
	650.474	(222.776)	427.698	435.157

Consolidado

Vencimentos	31 de dezembro de 2024 Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	31 de dezembro de 2023 Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante:				
Até um ano	142.987	(76.476)	66.511	68.519
Não circulante				
Entre um e dois anos	145.765	(70.063)	75.702	73.700
Entre três e cinco anos	401.041	(161.732)	239.309	238.851
Acima de cinco anos	512.812	(109.827)	402.985	464.731
	1.059.618	(341.622)	717.996	777.282
	1.202.605	(418.098)	784.507	845.801

(b) Movimentação: A movimentação das obrigações de arrendamento é conforme segue:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Saldo em 1º de janeiro	435.157	298.782	845.801	705.730
Novos contratos	33.566	20.603	33.878	29.237
Remensuração	3.605	91.716	3.652	238.435
Transferências	(242)		(7.072)	
Incorporações (Nota 6(a)(iii))	-	52.451	-	-
Baixas	(15.930)	(687)	(31.867)	(56.684)
Juros (Nota 21)	41.451	36.733	79.399	76.790
Pagamentos mínimos	(69.909)	(64.441)	(139.284)	(147.707)
Saldo em 31 de dezembro	427.698	435.157	784.507	845.801

13. Imobilizado: (a) Controladora: Composição de saldo:

	Taxas médias anuais de depreciação	31 de dezembro de 2024 Custo	Depreciação	Saldo líquido	31 de dezembro de 2023
Terrenos		25.257	-	25.257	25.257
Edificações e benfeitorias	6% a 10%	305.019	(143.988)	161.031	170.905
Veículos	20%	2.379	(2.287)	92	164
Equipamentos e instalações	10%	116.448	(72.183)	44.265	41.638
Móveis e utensílios	10%	40.392	(28.060)	12.332	10.003
Computadores	20%	53.685	(43.589)	10.096	9.742
Livros	10%	62.070	(47.362)	14.708	16.694
Total em operação		605.250	(337.469)	267.781	274.403
Obras em andamento		4.690	-	4.690	4.411
Total imobilizado		609.940	(337.469)	272.471	278.814

Movimentação

	31 de dezembro de 2023	Adições	Baixas	Depreciação	31 de dezembro de 2024
Terrenos	25.257	-	-	-	25.257
Edificações e benfeitorias	170.905	18.612	(6.308)	(22.178)	161.031
Veículos	164	5		(77)	92
Equipamentos e instalações	41.638	11.901	(517)	(8.757)	44.265
Móveis e utensílios	10.003	4.738	(18)	(2.391)	12.332
Computadores	9.742	3.980	(5)	(3.621)	10.096
Livros	16.694	1.770	-	(3.756)	14.708
Total em operação	274.403	41.006	(6.848)	(40.780)	267.781
Obras em andamento	4.411	279	-	-	4.690
Total imobilizado	278.814	41.285	(6.848)	(40.780)	272.471

	31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Depreciação	Incorporações (Nota 6(a))	31 de dezembro de 2023
Terrenos	25.257	-	-	-	-	25.257
Edificações e benfeitorias	160.242	24.285	(1.709)	(20.257)	8.344	170.905
Veículos	257	-	-	(148)	55	164
Equipamentos e instalações	37.532	5.512	(5)	(8.560)	7.159	41.638
Móveis e utensílios	9.863	1.279	-	(2.540)	1.401	10.003
Computadores	11.889	1.307	-	(3.800)	346	9.742
Livros	16.906	1.872	-	(4.981)	2.897	16.694
Total em Operações	261.946	34.255	(1.714)	(40.286)	20.202	274.403
Obras em andamento	1.165	3.246	-	-	-	4.411
Total Imobilizado	263.111	37.501	(1.714)	(40.286)	20.202	278.814

(b) Consolidado: Composição de saldo:

	Taxas médias anuais de depreciação	31 de dezembro de 2024 Custo	Depreciação	Saldo líquido	31 de dezembro de 2023
Terrenos		25.257	-	25.257	25.257
Edificações e benfeitorias	6% a 10%	534.866	(263.199)	271.667	277.732
Veículos	20%	4.288	(4.101)	187	328
Equipamentos e instalações	10%	282.658	(192.673)	89.985	86.033
Móveis e utensílios	10%	95.873	(73.887)	21.986	19.308
Computadores	20%	108.840	(95.695)	13.145	13.099
Livros	10%	141.228	(112.234)	28.994	33.102
Total em operação		1.193.010	(741.789)	451.221	454.859
Obras em andamento		4.754	-	4.754	4.474
Total imobilizado		1.197.764	(741.789)	455.975	459.333

Movimentação

	31 de dezembro de 2023	Adições (i)	Baixas	Depreciação	31 de dezembro de 2024
Terrenos	25.257	-	-	-	25.257
Edificações e benfeitorias	277.732	36.668	(8.212)	(34.521)	271.667
Veículos	328	5	-	(146)	187
Equipamentos e instalações	86.033	23.826	(737)	(19.137)	89.985
Móveis e utensílios	19.308	7.511	(18)	(4.815)	21.986
Computadores	13.099	5.216	(11)	(5.159)	13.145
Livros	33.102	3.353	(1)	(7.460)	28.994
Total em operação	454.859	76.579	(8.979)	(71.238)	451.221
Obras em andamento	4.474	280	-	-	4.754
Total imobilizado	459.333	76.859	(8.979)	(71.238)	455.975

	31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Depreciação	Combinação de negócios (ii) Adições	Combinação de negócios (ii) Depreciação	31 de dezembro de 2023
Terrenos	25.257	-	-	-	-	-	25.257
Edificações e benfeitorias	285.468	31.801	(3.061)	(36.476)	-	-	277.732
Veículos	622	3	(9)	(288)	-	-	328
Equipamentos e instalações	96.246	9.301	(13)	(19.618)	1.360	(1.243)	86.033
Móveis e utensílios	22.558	2.518	(1)	(5.879)	1.179	(1.067)	19.308
Computadores	16.896	1.845	-	(5.765)	3.159	(3.036)	13.099
Livros	39.323	2.390	-	(9.086)	1.311	(836)	33.102
Total em Operações	486.370	47.858	(3.084)	(77.112)	7.009	(6.182)	454.859
Obras em andamento	1.270	3.241	(37)	-	-	-	4.474
Total Imobilizado	487.640	51.099	(3.121)	(77.112)	7.009	(6.182)	459.333

(i) Referem-se principalmente às benfeitorias em unidades nas cidades de Marabá/PA, Manaus/AM, Palmas/TO, Recife/PE, Belém/PA, Boa Vista/RR, Olinda/PE, Imperatriz/MA, Brasília/DF, Teresina/PI e Cacoal/RO, bem como a compra de móveis, aparelhos de laboratório, equipamentos de informática e aparelhos de ar-condicionado para as unidades e centro administrativo; e (ii) As adições e depreciações oriundas da combinação de negócio são decorrentes da aquisição da Uni7. **(c) Garantia de bens:** O Grupo possui contrato de empréstimo (Finame) de aeronave, o qual aliena fiduciariamente o bem adquirido (Nota 23(a)). Adicionalmente, há prédios, máquinas e equipamentos de informática dados em garantia de processos judiciais no montante de R$ 7.303 na Controladora (R$ 4.683 em dezembro de 2023) e R$ 7.709 no Consolidado (R$ 7.879 em dezembro de 2023). **14. Compromissos a pagar:** Os compromissos a pagar decorrem das seguintes aquisições de investimentos:

	Consolidado 31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Sociedade Técnica Educacional da Lapa S.A. ("FAEL") (i)	73.798	82.603
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda. ("UNESC") (ii)	48.841	62.448
Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras. ("UNIFASB")	36.778	50.881
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda. ("FACIMED")	16.237	30.278
Colégio Cultural Módulo Ltda. ("UNIJUAZEIRO")	3.623	5.579
Sete de Setembro Ensino Superior Ltda. ("UNI7")	4.968	5.633
Delinea Tecnologia Educacional Ltda	1.689	1.905
Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Medicina Humana e Veterinária Ltda. ("CDMV") e Clínica Veterinária CDMV Ltda. ("Hospital Veterinário DOK")	1.683	2.344
Plantão Veterinário Hospital Ltda ("Hospital") e Pet Shop Kero Kolo Ltda. ("Pet Shop")	1.423	2.251
Starline Tecnologia S/A	-	1.090
	189.040	245.012
(-) Circulante	(99.239)	(80.327)
Não circulante	89.801	164.685

(i) Refere-se aos valores das contas vinculadas (*escrow account*) que estão refletidas no ativo como "Caixa restrito" (Nota 8(a)) e *earn out* previsto em contrato; e (ii) Inclui R$ 33.000 referente a *earn out* baseado na aprovação de vagas adicionais de curso de medicina em 2022 que se encontram em discussão administrativa no âmbito do MEC. As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado 31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Entre um e dois anos	33.963	90.076
Entre dois e três anos	41.865	29.335
Entre três e quatro anos	13.973	36.443
Acima de quatro anos	-	8.831
	89.801	164.685

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250328

SER EDUCACIONAL S.A. - CNPJ nº 04.986.320/0001-13

A movimentação de compromissos a pagar é apresentada conforme segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	245.012	289.495
Aquisição da UNI7	-	10.131
Baixas (i)	(2.167)	-
Ajustes de preço	-	(1.594)
Pagamentos de principal	(59.010)	(52.070)
Pagamento pelo caixa restrito (Nota 8(a))	(574)	(12.674)
Ajuste a valor presente	3.839	2.560
Juros pagos	(9.263)	(6.297)
Juros incorridos	11.203	15.461
Saldo em 31 de dezembro	189.040	245.012

(i) Refere-se ao não pagamento do *earn out* das aquisições das empresas Plantão Veterinário Hospital Ltda, Pet Shop Kero Kolo Ltda e Starline Tecnologia S/A por não atingimento de metas.

15. Empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos – *Swap* e debêntures: (a) Composição do saldo

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Capital de Giro	CDI + 1,69% a 2,3% a.a	135.116	269.177	135.116	269.177
Empréstimo em moeda estrangeira (i)	EUR + 2,16% a.a	144.871	169.467	144.871	169.467
Finame	6% a.a.	164	2.125	164	2.126
Outros		-	-	-	141
		280.151	440.769	280.151	440.911
(-) Circulante		(170.134)	(197.348)	(170.134)	(197.440)
Não circulante		110.017	243.421	110.017	243.471

(i) Em 7 de janeiro de 2022, o Grupo realizou a contratação de empréstimo em moeda estrangeira, conforme previsão na Lei 4.131/62, junto ao Itaú BBA *International* PLC, no valor de EUR 31.182 mil, equivalente a R$ 200.000, com incidência de juros de 2,16% ao ano e prazo de 5 anos, tendo vencimento final em 7 de janeiro de 2027, com carência de 18 meses, amortização em 7 parcelas semestrais a partir do 24º mês e pagamento de juros semestrais, inclusive durante o período de carência, e garantia de aval corporativo. O recurso foi obtido para reforçar a posição de caixa visando ao pagamento da aquisição da FAEL. Adicionalmente, com o objetivo de mitigar os riscos cambiais dessa operação, foi realizado swap integral junto ao Itaú Unibanco S.A., em valor equivalente a R$ 200.000. O referido instrumento financeiro derivativo terá incidência de encargos baseados na variação do CDI acrescidos de juros de 2,70% a.a, cujos saldos estão apresentados conforme abaixo:

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Instrumento financeiro derivativo *swap*	CDI + 2,70% a.a.	8.242	52.564	8.242	52.564
		8.242	52.564	8.242	52.564
(-) Circulante		(6.850)	(14.801)	(6.850)	(14.801)
Não circulante		1.392	37.763	1.392	37.763

(a) Movimentação: A movimentação da dívida, na Controladora e no Consolidado, e do contrato de derivativo swap, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	493.333	595.221	493.475	595.566
Juros incorridos	17.789	53.344	17.789	53.344
Ajuste de marcação ao mercado	6.639	7.606	6.639	7.606
Variação cambial passiva	46.864	44.117	46.864	44.117
Variação cambial ativa	(28.928)	(16.871)	(28.928)	(16.871)
Juros pagos	(62.769)	(89.751)	(62.769)	(89.751)
Amortização de principal	(184.535)	(100.333)	(184.677)	(100.536)
Saldo em 31 de dezembro	288.393	493.333	288.393	493.475

(b) Garantias: Os valores do Finame referem-se ao financiamento da aeronave e estão garantidos por alienação fiduciária do bem (Nota 23 (a)). Para o empréstimo de capital de giro obtido junto à Caixa Econômica Federal, o Grupo ofereceu garantias de aplicações financeiras e cessão fiduciária de créditos, representando 30% e 5% do saldo, respectivamente, além de aval corporativo de controladas. **(c) Classificação por ano de vencimento:** As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Entre um e dois anos	82.837	167.391	82.837	167.441
Entre dois e três anos	28.572	84.129	28.572	84.129
Entre três e quatro anos	-	29.664	-	29.664
	111.409	281.184	111.409	281.234

A redução deve-se aos pagamentos efetuados, cujos recursos foram oriundos da emissão de debêntures (Nota 15.1). **(d) *Covenants* (cláusulas restritivas):** Os empréstimos para capital de giro requerem a manutenção dos seguintes *covenants*:

	Itaú (i)	Caixa	Santander (i)	Lei 4.131 e Swap (ii)
Dívida líquida/EBITDA Ajustado	≤ 2,5	≤ 2,5	≤ 2,5	≤ 2,5
EBITDA Ajustado/Despesa financeira	≥ 2	≥ 2,0	n/a	n/a
Liquidez corrente	n/a	n/a	≥ 1,2	n/a
Período de apuração	Trimestral	Semestral	Anual	Anual

O EBITDA (*"Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization"*) ajustado considera o lucro operacional acrescido do custo e/ou da despesa com depreciação e/ou amortização, acrescido ou deduzido do resultado não recorrente e/ou não operacional líquidos e deduzido dos pagamentos mínimos das obrigações de arrendamento. (i) O valor do *covenant* da razão entre dívida financeira líquida e o EBITDA ajustado poderá ser 0,5 maior por 4 trimestres consecutivos, no caso de aquisição societária com objeto social semelhante; e (ii) O *covenant* da Lei 4.131/Swap considera o EBITDA contábil somente acrescido ou deduzido do resultado não operacional. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, os *covenants* relativos aos contratos de empréstimos e financiamentos foram observados e estão dentro das condições estabelecidas nas cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

15.1 Debêntures:

		Controladora e Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
3ª emissão de Debêntures	CDI + 2,00% a.a.	178.938	204.095
4ª emissão de Debêntures	CDI + 2,00% a.a.	204.701	209.550
5ª emissão de Debêntures	CDI + 1,80% a.a.	151.275	-
6ª emissão 1° série de Debêntures	CDI + 1,40% a.a.	89.560	-
6ª emissão 2° série de Debêntures	CDI + 1,60% a.a.	59.708	-
		684.182	413.645
(-) Circulante		(122.349)	(43.724)
Não circulante		561.833	369.921

Nos exercícios de 2022, 2023 e 2024, a Companhia realizou emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nos termos da instrução da CVM n° 160 (em 2022, instrução da CVM n° 476), conforme segue:

	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	6ª Emissão 1° Série	6ª Emissão 2° Série
Data de emissão	15/08/2022	19/10/2023	24/05/2024	26/12/2024	26/12/2024
Quantidade	200.000	200.000	150.000	90.000	60.000
Valor nominal - R$	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Valor total	200.000	200.000	150.000	90.000	60.000
Custo incorrido	1.240	1.131	1.061	578	385
Encargos	CDI + 2,0%	CDI + 2,0%	CDI + 1,8%	CDI + 1,4%	CDI + 1,6%
Prazo	5 anos	5 anos	5 anos	3 anos	5 anos
Data de vencimento	15/08/2027	19/10/2028	24/05/2029	15/12/2027	17/12/2029
Carência	18 meses	24 meses	30 meses	18 meses	42 meses
Amortização - Principal + Juros	Semestral	Semestral	Anual	Anual	Anual
Uso	Reforço de caixa	Alongamento de dívidas	Reforço de caixa	Reforço de caixa	Reforço de caixa

A movimentação da dívida na Controladora e no Consolidado é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	413.645	210.319
Captação de debêntures	300.000	200.000
Custos de captação	(2.025)	(1.131)
Custos de captação apropriados	124	286
Juros incorridos	61.298	34.686
Juros pagos	(60.289)	(30.515)
Amortização	(28.571)	-
Saldo em 31 de dezembro	684.182	413.645
(-) Circulante	(122.349)	(43.724)
Não circulante	561.833	369.921

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Circulante		
Até um ano	122.349	43.724
Não circulante		
Entre um e dois anos	151.187	106.669
Entre dois e três anos	201.290	106.669
Entre três e quatro anos	129.522	106.772
Acima de quatro anos	79.834	49.811
	561.833	369.921
	684.182	413.645

As debêntures requerem a manutenção de *covenants* financeiros, apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas que são: (i) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado que não deve ser superior a 2,5x, e (ii) a razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida deve ser maior ou igual a 2x. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os *covenants* relativos aos contratos de debêntures foram observados e estão dentro das condições estabelecidas nas cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

16. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Salários a pagar	14.275	14.446	27.668	28.976
Encargos sociais	18.224	10.627	32.270	21.699
Provisão para férias e encargos	32.785	30.433	58.083	54.055
Plano de concessão de ações (i)	-	2.551	-	2.551
Participação nos resultados	9.063	8.934	11.033	10.101
Outros	2.334	2.349	3.650	4.189
	76.681	69.340	132.704	121.571

(i) Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de julho de 2023, e pela natureza da concessão, foi reclassificado para o patrimônio em dezembro de 2024 (nota 17(f)). A Companhia reconheceu o montante de R$ 7.537 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

17. Capital social e reservas: (a) Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 está representado por 128.721.560 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando no exercício R$ 991.644. Os gastos incorridos pelo Grupo para a emissão de ações realizadas em novembro de 2017, totalizaram R$ 4.095 e estão registrados em conta redutora do capital social, aguardando capitalização pelo Conselho de Administração do Grupo. O capital social autorizado da Companhia é de R$ 1.500.000. **(b) Reserva legal:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía R$ 73.218 em reserva legal. A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, até o limite de 20% do capital social e tem por fim assegurar a integridade do capital social somente podendo ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(c) Retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía R$ 150.956 de retenção de lucros. A retenção de lucros representa a parcela do lucro, destinada para conta de reserva de retenção de lucros para futuro investimento de capital, que é objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. **(d) Ações em tesouraria:** O objetivo da Companhia na execução do Programa de Recompra é a aplicação de recursos disponíveis na aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia em bolsa de valores, a preços de mercado, sem redução do capital social da Companhia para permanência em tesouraria, posterior cancelamento ou ainda, eventual realocação das ações para serem destinadas a quaisquer outros planos aprovados pela Assembleia Geral da Companhia. A Companha entende que o Programa de Recompra permite incrementar a geração de valor para os seus acionistas, por meio de uma adequada administração da estrutura de capital da Companhia. Em 6 de junho de 2024, a Companhia implementou novo programa de recompra de ações, em que poderá adquirir, a seu critério, até 4.360.000 ações ordinárias, correspondente a 3,3872% do total de ações ou 8,34% das ações em circulação, com duração de 12 meses, vencendo em 6 de junho de 2025.

Até 31 de dezembro de 2024, foi adquirido o total de 1.714.100 ações a um custo médio R$5,80, totalizando R$ 9.949. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia havia recomprado um total de 2.100.900 ações ordinárias de sua emissão, adquiridas em Bolsa de Valores a preço de mercado, as quais estão sendo mantidas em tesouraria pelo valor nominal de R$ 13.347 e preço médio de R$ 6,35 por ação. **(e) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme os termos da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia tem como política de dividendos distribuir semestralmente 30% do lucro líquido do exercício, sempre mediante a aprovação do Conselho de Administração. A administração elaborou a proposta de distribuição de dividendos da seguinte forma: Apesar do prejuízo do exercício, a Companhia propôs dividendos complementares atribuídos a lucros retidos, no valor de R$ 19.607 (R$ 0,1541 por ação) que serão submetidos à operação da Assembleia Geral Ordinária e em 31 de dezembro de 2024 estão registrados em reserva de lucros no Patrimônio líquido. **(f) Plano de Concessão de Ações:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de julho de 2023, foi aprovado o Plano de Concessões de Ações que estabelece termos e condições contratuais para a outorga, pela Companhia, de até 2.252.627 ações de sua emissão (equivalente a 1,75% do capital social total na data), aos seus principais gestores da alta administração. Até 31 de dezembro de 2024 foram concedidas 2.099.514 ações, através de 34 contratos. A opção de vesting dos planos está condicionada à permanência do executivo no cargo por um período pré-determinado e valorização da ação de pelo menos 5%, comparada ao valor de outorga, por igual período. Apesar de ser facultada à Companhia a decisão de liquidação em caixa ou concessão de ações, as 833.764 ações, cujo vesting foi concluído em 2024, serão liquidadas através de transferência das ações em tesouraria para os beneficiários pelo valor líquido do imposto de renda pessoa física. A quantidade de ações, data de outorga, período de vesting, e seus correspondentes valores justos estão apresentados a seguir:

Datas		Prazo (em meses)		Total de ações do programa (em milhares)	Valor Justo das Ações (CPC10 (RI) / IFRS 2) (em RS)	Pro rata das açoes exercíveis	Valor total em 31/12/2024
Outorga	*Vesting*	*Vesting*	*A vencer*				
	16/08/2024	12	0	833,8	6,11	833,8	5.095
16/08/2023	16/08/2025	24	8	537,2	6,46	375,4	2.425
	16/02/2026	30	14	672,5	6,58	375,9	2.473
20/05/2024	20/11/2026	30	23	56,0	**6,71**	14,0	94
				2.100	-	1.599	10.088

Em acordo com o CPC 10 (R1) / IFRS 2, o valor justo das ações do plano foi avaliado pelo modelo *"Black-Scholes-Merton"* de precificação e, em virtude da reavaliação da característica do modelo de concessão dessas ações, sendo decisão da Companhia a liquidação em caixa ou concessão de ações, foi classificado o valor de R$ 10.088 para o Patrimonio Líquido em 2024 (2023 – R$ 2.551, classificados como Salários e encargos sociais, nota 16).

18. Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Receita bruta da prestação de serviços				
Mensalidade de graduação presencial (i)	2.078.815	1.707.624	3.892.015	3.422.475
Mensalidade de pós graduação presencial	12	104	13.978	15.512
Mensalidade de ensino a distância - EAD (ii)	252.695	234.515	454.124	466.008
Outras receitas	3.886	2.891	71.922	67.353
	2.335.408	1.945.134	4.432.039	3.971.348
Deduções da receita bruta				
Descontos e bolsas (iii)	(1.106.734)	(877.010)	(2.043.782)	(1.722.710)
PROUNI	(169.121)	(167.786)	(330.181)	(348.910)
FGEDUC e encargos FIES	(1.360)	(1.346)	(2.570)	(2.825)
Impostos incidentes sobre serviços	(35.751)	(28.422)	(74.152)	(65.969)
	(1.312.966)	(1.074.564)	(2.450.685)	(2.140.414)
	1.022.442	870.570	1.981.354	1.830.934

(i) Aumento da receita bruta de graduação pelo repasse da inflação, pelo incremento da base de alunos do ensino presencial, pela aprovação dos novos cursos de medicina e pelo lançamento do Programa Ser Solidário; (ii) Na Controladora o aumento refere-se ao repasse da inflação e ao incremento da base de alunos e no consolidado, reflete, principalmente, a redução da base de alunos de ensino à distância; e (iii) Aumento nos descontos refere-se, principalmente, ao crescimento da base de alunos adimplentes, usufruindo dos descontos de pontualidade previstos em contrato, e, em menor impacto, das campanhas para captação de alunos novatos.

19. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Pessoal e encargos sociais (i)	(212.599)	(194.802)	(474.211)	(472.197)
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	(39.667)	(34.965)	(113.158)	(114.200)
Energia elétrica, água e telefone	(25.025)	(18.075)	(51.765)	(43.157)
Depreciação e amortização (ii)	(92.074)	(82.890)	(201.696)	(205.362)
Aluguéis	(9.863)	(9.701)	(21.144)	(21.158)
Outros	(14.164)	(12.687)	(25.153)	(25.487)
	(393.392)	(353.120)	(887.127)	(881.561)

(i) Na controladora o aumento refere-se, basicamente, à incorporação de empresas. No consolidado, a otimização na operação em diversas unidades do Grupo, que considerou a entrega de prédios, redução de turmas e incremento da metodologia do Ubiqua para as turmas dos últimos períodos, foi parcialmente compensada pelo impacto do dissídio; (ii) Na controladora, o aumento refere-se ao efeito da incorporação de controlada ocorrida em 2023, aos novos contratos de aluguéis classificados como direito de uso e ao aumento de intangíveis ao longo de 2023 que impactou o próprio exercício de 2024. No consolidado a queda refere-se ao término da amortização de licenças e softwares realizadas em 2023 e aos intangíveis identificados amortizados totalmente.

20. Despesas operacionais: (a) Despesas comerciais, gerais e administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Pessoal e encargos sociais (i)	(133.615)	(104.007)	(254.457)	(237.925)
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	(35.869)	(29.626)	(78.317)	(71.440)
Comercial, publicidade e propaganda	(69.805)	(59.943)	(151.262)	(138.566)
Provisão e perda efetiva para crédito de contas a receber (ii)	(101.426)	(72.895)	(197.746)	(160.486)
Depreciação e amortização	(16.255)	(14.052)	(20.738)	(20.501)
Materiais de expediente	(9.167)	(7.476)	(18.425)	(16.515)
Outros	(21.931)	(22.266)	(70.776)	(70.523)
	(388.068)	(310.265)	(791.721)	(715.956)

(i) O aumento na Controladora deve-se principalmente à provisão para pagamento de bônus e do plano de concessão de ações, que só contemplou o período de 5 meses de provisão em 2023, e ao impacto do dissídio. No Consolidado, o aumento menor do que o da Controladora é resultado do incremento de pessoal para dar suporte aos outros negócios do Grupo que se encontram em fase de expansão e à redução do quadro de funcionários, oriunda do processo de reestruturação de unidades; e (ii) O aumento decorre da alteração no cálculo, com o objetivo de atualizar a estimativa à nova realidade da PECLD aos negócios da companhia (Nota 9(f)) e do complemento da perda atuarial do FG-Fies de R$ 17.809 (Nota 9(g)), com base nas informações obtidas junto à Caixa Econômica Federal relativas à inadimplência de periodos anteriores à 2023. **(b) Outras receitas e despesas operacionais, líquidas:**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Baixa de Imobilizado/Direito de Uso (i)	(13.584)	(1.182)	(15.840)	(8.262)
Custas judiciais (ii)	(11.415)	(7.175)	(21.952)	(19.151)
Baixa de passivos (iii)	-	-	2.167	-
Provisão para contingências (iv)	(7.038)	(1.238)	(7.916)	(2.380)
Perda no valor de recuperação de ativos (Nota 11(e))	(10.624)	-	(20.561)	-
Outros	(2.813)	(676)	525	3.657
	(45.474)	(10.271)	(63.577)	(26.136)

(i) Refere-se basicamente a baixa de imobilizado e de direitos de uso, líquidos das obrigações de arrendamento, relativas aos imóveis formalmente devolvidos no período; (ii) Refere-se a processos trabalhistas relacionados ao curso normal da operação; (iii) Durante o primeiro semestre, a Companhia realizou a baixa de valores a pagar, registrados como *earn out*, no montante de R$ 2.167, referente às aquisições das empresas Starline Tecnologia S.A. (R$ 1.090) e Plantão Veterinário Hospital Ltda e Pet Shop Kero Kolo Ltda (R$ 1.077), realizadas em 2021 e 2022, respectivamente. Esta baixa foi efetuada em decorrência do não atingimento de metas estabelecidas no contrato de aquisição; e (iv) O aumento refere-se, principalmente, ao valor estimado de R$ 6.941 para perda em discussão administrativa sobre auto de infração de ISS lavrado contra filial da Companhia. **21. Resultado financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Juros sobre mensalidades e acordos	8.047	9.019	19.565	24.076
Rendimentos de aplicações financeiras	10.323	14.384	24.600	26.011
Descontos obtidos	230	438	617	558
Ajuste de marcação ao mercado (i)	19.007	-	19.007	-
Variação cambial ativa - Swap (i)	28.928	16.871	28.928	16.871
(-) Pis e COFINS s/ receita financeira	(914)	(1.120)	(2.253)	(2.372)
Outros	503	321	1.717	736
	66.124	39.913	92.181	65.880

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(91.562)	(87.487)	(91.562)	(87.487)
Juros de arrendamentos	(41.451)	(36.733)	(79.399)	(76.790)
Descontos concedidos (ii)	(26.946)	(24.400)	(61.438)	(57.815)
Atualização monetária de compromissos a pagar	-	-	(4.684)	(7.141)
Ajuste de marcação ao mercado (i)	(12.368)	(7.606)	(12.368)	(7.606)
Variação cambial passiva - Swap (i)	(46.864)	(44.117)	(46.864)	(44.117)
Outros (iii)	(10.223)	(6.554)	(21.164)	(15.865)
	(229.414)	(206.897)	(317.479)	(296.821)
Resultado Financeiro Líquido	(163.290)	(166.984)	(225.298)	(230.941)

(i) Trata-se da variação cambial e resultado do swap realizado para proteção cambial. No final de 2023, a Companhia passou a registrar a marcação a mercado de derivativos financeiros, conforme define o CPC 46; (ii) Refere-se aos descontos concedidos nas negociações e recuperações de mensalidades acima de 360 dias, em função do esforço da Companhia em recuperar esses créditos; e (iii) Refere-se, principalmente, ao pagamento do ajuste de preço da venda da carteira do Educred, no valor de R$ 3.124, e à perda na venda da carteira do Pravaler S.A., no valor de R$ 2.832 (Nota 9(d)).

22. Imposto de renda e contribuição social: (a) Empresas no regime do lucro real:

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(476)	9.666
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	162	(3.286)
Ajustes dos impostos referente:		
Participação nos lucros de controladas	(11.116)	(6.870)
Contrato		
Perdas de Investimentos	(3.613)	(6.991)
Outras adiçoes e exclusões, líquidas (i)	(1.351)	(3.421)
Total Ajustado	**(15.918)**	**(20.568)**
Incentivos fiscais corrente	24.615	50.377
Impacto dos incentivos sobre os impostos diferidos	(9.382)	(46.337)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(685)**	**(16.528)**
Alíquota de IR e CSLL efetivas	144%	N/A
IR Corrente	(2.228)	(15.576)
IR Diferido	1.542	(951)
Incentivos de Períodos Anteriores	-	3.055

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(27.692)	(25.572)
Prejuízo fiscal de empresas controladas	-	37.666
	(27.692)	12.094
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(9.415)	4.112
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Ajustes da Lei 11.638/2007		
Participação nos lucros de controladas	19.571	-
Ajuste a valor presente do contas a receber	(3.979)	(3.279)
Arrendamentos	4.954	15.112
Constituição de provisão para perdas esperadas com créditos	(1.969)	(3.548)
Outras adições e exclusões, líquidas (i)	13.954	12.772
Reversão de contigências	442	933
Compensação de prejuízo fiscal	(13.929)	(4.634)
Lucro Real	9.629	21.468
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	(13.061)	(15.587)
PAT e Incentivos Diversos	(499)	(35)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(3.931)	5.846

(i) Referem-se basicamente ao efeito do SWAP e da marcação a mercado dos derivativos financeiros, da amortização do ágio na combinação de negócios, e em 2024, também do registro das perdas na recuperação de ativos (impairment).

O aumento no imposto corrente refere-se, principalmente, ao efeito tributário das perdas por impairment de investimentos, que são adicionadas ao cálculo na apuração do lucro real, todavia, não são adicionadas na apuração do lucro da exploração, gerando uma distorção entre ambas as bases, impactando no valor líquido do imposto corrente. Em 2024, esse impacto foi de R$ 6.991. **(b) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social oriundos de prejuízo fiscal:**

	Controladora	Consolidado
2025	365	737
2026	796	1.542
2027	1.267	2.202
2028	849	2.258
2029	-	1.286
2030 +	-	3.349

(c) Empresas no regime do lucro presumido

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Receita bruta de Serviços	5.909	4.056
Presunção 32%	1.891	1.298
Outras receitas	1.994	614
Base tributável do lucro presumido	3.885	1.912
Imposto de renda e contribuição social - 34%	1.321	650

Parte das operações de apoio ao ensino superior, as operações de ensino profissionalizante e novos negócios apuram imposto de renda e contribuição social com base no regime de lucro presumido. As empresas que utilizam essa metodologia fazem parte das investidas do Grupo. **(d) Demonstração da alíquota efetiva**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social				
Empresas optantes pelo regime de lucro presumido	-	-	3.965	1.912
Empresas optantes pelo regime de lucro real	(476)	(27.692)	9.666	12.094
	(476)	(27.692)	13.631	14.006
Imposto de renda e contribuição social				
Empresas optantes pelo regime de lucro presumido	-	-	1.321	650
Empresas optantes pelo regime de lucro real	2.228	-	12.521	5.847
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.228	-	13.842	6.497
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.542)	-	951	-
Total IR e CS correntes e diferidos	686	-	14.793	6.497
Alíquota efetiva	N/A	N/A	108,53%	46,39%

(e) Tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
Ativo	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ajuste a valor presente do contas a receber	106	45	255	94
Marcação a Mercado de Derivativos	329		329	
Provisão para contingências	388	210	587	388
Constituição de provisão para perdas esperadas com créditos	1.380	688	3.599	2.684
Bônus a pagar	483	226	529	254
Direito de uso, líquido da amortização e de obrigações de arrendamento	2.067	1.482	4.196	3.243
Intangíveis de vida útil definida identificados em combinação de negócios	45	45	1.050	929
Fornecedores - Provisões	85	40	228	127
Ágio Fiscal	-	-	608	1.151
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	3.277	3.883	11.374	14.836
Total dos ativos fiscais diferidos líquidos	8.160	6.619	22.755	23.706

A redução do imposto de renda diferido refere-se à baixa do saldo do ativo relativo às controladas que tiveram impairment de seus ágios nos últimos anos e apresentaram prazo longo para recuperação desse ativo tributário.

	Controladora		Consolidado	
Resultado	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ajuste a valor presente do contas a receber	61	(314)	161	(725)
Marcação a mercado de derivativos	329	-	329	-
Provisão para contingências	178	39	199	60
Constituição de provisão para perdas esperadas com créditos	692	200	915	(355)
Bônus a pagar	257	225	275	254
Direito de uso, líquido da depreciação e de obrigações de arrendamento	585	346	953	271
Intangíveis de vida útil definida identificados em combinação de negócios	-	-	121	183
Fornecedores - Provisões	45	40	101	127
Ágio fiscal	-	-	(543)	(523)
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	(605)	(351)	(3.462)	2.821
Outros	-	(537)	-	-
Total da variação dos ativos fiscais diferidos liquidos	1.542	(352)	(951)	2.113

Para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 2024 o Grupo utilizou a alíquota efetiva de 2,51% (2023 – 2,51%).

23. Partes relacionadas: As transações efetuadas entre partes relacionadas são negociadas a valor e condições normais de mercado. **(a) Contas correntes:**

	Controladora		Consolidado	
Ativo	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda	7.835	-	-	-
Sociedade Técnica Educacional da Lapa S/A (FAEL)	5.122	-	-	-
ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior	2.481	-	-	-
UNI7 - Centro Universitário Sete de Setembro	1.524	-	-	-
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe - SESPS	391	-	-	-
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda	347	-	-	-
Colégio Cultural Módulo Ltda	325	-	-	-
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda	283	-	-	-
Clínica Veterinária CDMV Ltda (Hospital Veterinário DOK)	229	-	-	-
Outras controladas	86	-	-	-
Ocktus Participações Ltda (i)	163	2.114	163	2.114
	18.786	2.114	163	2.114
(-) Circulante	(18.786)	(1.951)	(163)	(1.951)
Não circulante	-	163	-	163
Passivo Circulante				
SESPS - Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda.	407	359	-	-
	407	359	-	-

SER EDUCACIONAL S.A. - CNPJ nº 04.986.320/0001-13

Os saldos referem-se às movimentações de recursos entre as empresas do Grupo, incluindo os valores do compartilhamento de despesas do Centro de Serviços Compartilhados – CSC localizado em Recife. O Grupo tem como prática capitalizar e/ou distribuir lucros entre a Companhia e suas controladas nos meses de junho e dezembro. Extraordinariamente, os saldos de dezembro de 2024 serão capitalizados no 1º trimestre de 2025. (i) Em 25 de junho de 2019, o Grupo celebrou contrato de Promessa de Compra e Venda de Aeronave, com a empresa Ocktus Participações Ltda., pertencente ao acionista José Janguiê Bezerra Diniz, que estabeleceu a transferência da posse da aeronave Phenom 300 pelo valor de cerca de R$ 24.902. A Ocktus pagou ao Grupo R$ 14.001 à vista e o valor remanescente desta operação, no montante de R$ 10.901, seria liquidada em 67 parcelas mensais, em condições idênticas às do financiamento originalmente assumido pelo Grupo, através de Finame (Nota 14), com alienação fiduciária da aeronave, restando 1 parcela em 2025, quando a Companhia providenciará a transferência de propriedade. **b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores estatutários do Grupo. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Salários pagos	11.734	11.171
Bônus pagos - incentivo de curto prazo	4.164	1.973
	15.898	13.144

O Grupo não concede ao pessoal-chave da Administração, nem aos seus empregados, benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Conforme mencionado na nota 17 (f) (Plano de concessão de ações) em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de julho de 2023, foi aprovado o Plano de Concessões de Ações que estabelece termos e condições contratuais para a concessão, pela Companhia, de até 2.252.627 ações de sua emissão (equivalente a 1,75% do capital social total na data), aos seus principais gestores da alta administração. No exercício de 2024, não foram realizados pagamentos a título de vesting das ações do referido plano. **(c) Aluguel de imóveis:** O Grupo firmou Contratos de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa Ocktus Participações Ltda, pertencente ao acionista José Janguiê Bezerra Diniz, pelo prazo de dez anos, podendo ser renovados por igual período. Os valores relativos aos imóveis alugados à Ockuts estão registrados conforme abaixo:

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Resultado	Desembolso	Saldo	Resultado	Desembolso	Saldo
Direito de Uso	-	-	194.463	-	-	233.196
Despesa de Depreciação	(23.907)	-	-	(25.743)		
Obrigações de Arrendamento	-	-	266.923	-	-	295.414
Despesa de Juros	(30.131)	-	-	(29.985)	-	-
Aluguéis Mínimos	-	(42.354)	-	-	(42.463)	-
	(54.038)	(42.354)	461.386	(55.728)	(42.463)	528.610

24. Provisão para contingências:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Provável (a)				
Cível	1.087	1.276	4.434	3.797
Trabalhista	7.372	7.086	11.987	11.664
Tributárias	6.941	-	8.932	1.991
	15.400	8.362	25.353	17.452
Contingências oriunda da combinação de negócios (c)	-	-	9.318	10.318
	15.400	8.362	34.671	27.770

(a) Prováveis: A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais prováveis com essas ações em curso, conforme composição acima. Cíveis - possuem natureza de indenização por danos morais e materiais e questionamentos de alunos sobre a existência de débitos perante as instituições do Grupo. Trabalhistas – as principais alegações são objetos das causas: horas extras, férias não gozadas, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de professores. Tributárias - são riscos ou disputas administrativas ou judiciais sobre autos de infração lavrados, registrados pelo valor estimado de acordo com a expectativa de perda da administração. Em 2024 refere-se a auto de infração lavrado pelas autoridades fiscais municipais para uma das unidades do Grupo. **(b) Possíveis:** O Grupo também efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, trabalhista e tributária classificadas com risco de perda possível para os quais não há provisão constituída, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Cível	35.298	30.708	81.593	69.609
Trabalhista	37.688	17.676	71.541	44.595
Tributárias	2.174	2.158	2.337	2.306
	75.160	50.542	155.471	116.510

O aumento refere-se principalmente a novos processos judiciais. **(c) Contingências oriundas de combinação de negócios:** Além das ações provisionadas, com ativos de indenização reconhecidos pelo Grupo, tem-se ainda contingência que tramita em âmbito administrativo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, órgão vinculado ao atual Ministério da Economia, referente aos autos de infração lavrados em dezembro de 2016 e abril de 2018 para cobrança de contribuições previdenciárias e contribuições para entidades e fundos, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2014, no valor original R$ 173.029, da Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa (SOPEP), atual mantenedora da UNG. A Receita Federal entendeu que as atividades exercidas pela Associação Paulista de Educação e Cultura (APEC), antiga mantenedora da UNG, não se enquadravam na categoria de não lucrativa e, apesar da transferência da mantença da UNG ter ocorrido somente em janeiro de 2015, autuou a SOPEP de forma subsidiária pela ausência de pagamento das referidas contribuições. Por se tratar de contingência anterior a aquisição, o contrato prevê que eventuais prejuízos estão garantidos pela retenção ou descontos em aluguéis futuros das unidades e hipoteca de imóvel em favor do Grupo, no valor original de R$ 362.505. Os advogados que patrocinam esse processo foram contratados pelos acionistas vendedores e são acompanhados pelos advogados do Grupo, classificando os respectivos riscos de perda como possíveis. **25. Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:** O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais ou opções com efeitos diluidores.

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(1.162)	(28.044)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	127.490	128.335
Média ponderada ajustada de ações em circulação	127.490	128.335
Lucro (prejuízo) por ação - diluído (em R$)	(0,01)	(0,22)

26. Atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa: Em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas transações relevantes que não envolveram movimentação de caixa ou equivalentes de caixa, conforme descrito a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Adições IFRS 16 - Direito de uso e Obrigações de arrendamentos (Nota 12)				
Novos contratos	33.566	20.603	33.878	29.237
Remensuração de contratos	3.605	91.716	3652	238.435
Total	37.171	112.319	37 530	267 672

27. Eventos subsequentes: Programa Mais Médicos 3: Em 31 de janeiro de 2025, o MEC divulgou o resultado preliminar do programa Mais Médicos 3, que visa conceder novas vagas de cursos de medicina a serem distribuídas conforme as regras do Edital de Chamamento Público nº 01/2023. Nessa 1ª fase, o Grupo obteve 21 propostas aprovadas para participar da segunda fase do processo, cuja divulgação do resultado preliminar está prevista para 28 de março de 2025, com a previsão de uma etapa de interposição de recursos e finalização prevista para ocorrer até 30 de maio de 2025. **Novos cursos de medicina:** Em 4 de fevereiro de 2025, o Tribunal Regional Federal suspendeu a liminar que permitia a realização de vestibulares de cursos de medicina em Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ) a partir dessa data até a conclusão dos recursos em andamento. Os alunos já matriculados para os períodos de 2024.2 e 2025.1 em processos seletivos continuarão em seus cursos de forma regular com todos os seus direitos garantidos. A Companhia seguirá com os recursos administrativos ou judiciais até que todas as etapas sejam concluídas. Em 14 de março de 2025, foi publicada a Portaria MEC 168/25, autorizando o início do curso superior de medicina em Maracanaú (CE) para 60 vagas anuais. **Novo marco regulatório do EAD (Nota 4.1 (d)):** Em 10 de março de 2025, o MEC publicou no DOU a Portaria n° 195/2025 que prorrogou para 10 de abril de 2025, ou até a publicação do Novo Marco Regulatório da modalidade, os termos da Portaria n° 158/2024, que suspendeu a criação de novos cursos de graduação a distância, novas vagas e polos EAD. **Seção E - Políticas contábeis: 28. Resumo das políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **28.1 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis materiais são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas**: Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e passivos contingentes de aquisição para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **28.7.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **28.3 Ativos e passivos financeiros: 28.3.1 Reconhecimento inicial e mensuração de ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. O Grupo não possui ativos financeiros classificados nas categorias de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida) e ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). **28.3.2 Ativos financeiros ao custo amortizado**: O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos e bloqueios judiciais. **28.3.3 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros do Grupo classificados valor justo por meio do resultado incluem títulos e valores mobiliários. **28.3.4 Desreconhecimento de ativo financeiro (baixa):** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; o Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **28.3.5 Reconhecimento inicial e mensuração de passivos financeiros:** Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, compromissos a pagar, obrigações de arrendamento e parcelamentos tributários. Os passivos financeiros do Grupo mensurados a valor justo por meio do resultado incluem os contratos de swap para proteção cambial de empréstimo em moeda estrangeira. Mensuração subsequente: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **28.3.6 Desreconhecimento de passivo financeiro (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **28.4 Contas a receber**: As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços arrecadados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente no passivo e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("impairment"). **28.5 Redução do valor recuperável de ativos financeiros (inclui a provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa):** As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado. Para as contas a receber de clientes, dada a natureza de curto prazo dos recebíveis do Grupo e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, o Grupo não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras, além dos níveis de provisão com perdas esperadas de crédito já reconhecidas até o momento. Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, pois de acordo com a avaliação do Grupo, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **28.6 Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras individuais):** Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações financeiras da controladora, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial. A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill é apresentado como parte do investimento. Os mesmos ajustes feitos nas demonstrações financeiras consolidadas são feitos nas demonstrações financeiras individuais para se chegar aos mesmos valores de patrimônio líquido e resultado. **28.7 Combinação de negócios:** Em uma combinação de negócios, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. **28.8 Ativos intangíveis: (a) Ágio:** O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" no consolidado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. **(b) Carteira de alunos:** As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado da relação com o aluno. **(c) Licenças e implantações de *softwares*:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **(d) Credenciamento e licenças de operação**: Os credenciamentos e as licenças de operação são capitalizados com base nos gastos incorridos junto ao Ministério de Educação referentes à autorização e ao reconhecimento dos cursos oferecidos, assim como recredenciamento das Unidades. Os credenciamentos e as licenças têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de vigência das licenças obtidas junto ao Ministério da Educação. **(e) Conteúdo digital:** O Conteúdo digital é capitalizado com base nos custos incorridos para adquirir direitos de uso de conteúdos digitais a serem utilizados na prestação de serviço do Grupo. Esses custos são amortizados durante o prazo do contrato. **(f) Convênios:** Os convênios são capitalizados com base nos custos incorridos para firmar contratos, junto a empresas parceiras, que confiram aos alunos do Grupo o direito de exercer as atividades de graduação complementares, necessárias para sua formação acadêmica. Esses custos são amortizados durante o prazo dos referidos contrato. **(g) Fundo de comércio**: São ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundo de comércio). São amortizados linearmente de acordo com o prazo do contrato de aluguel dos imóveis alugados. **(h) Intangíveis identificados em aquisições - Licenças de cursos**: As licenças de cursos identificadas em aquisições referem-se basicamente aos valores de licenças e credenciamentos de cursos perante o MEC e são registradas inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios. Esses ativos identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade. Podendo existir vida útil definida para ativos com vencimento do credenciamento perante o MEC, avaliados antes da obtenção do credenciamento como centro universitário. **(i) Intangíveis identificados em aquisições - Marcas registradas**: As marcas identificadas em aquisições são registradas inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios. Esses ativos identificados em aquisições possuem vida útil definida e estão sujeitos a amortização calculada pelo método linear para alocar o custo durante sua vida útil estimada. **28.9. Direito de uso**: O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que é o valor de mensuração inicial do passivo de arrendamento, e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos ou pela vida útil do ativo de arrendamento, dos dois o menor. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. **28.10 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perda para *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil. O imobilizado em andamento refere-se à construção de novos prédios e adequação de prédios de terceiros à atividade do Grupo. Semestralmente os saldos deste grupo são revisados e transferidos para as suas devidas contas, se concluídos, para início da depreciação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. **28.11 Custos de empréstimo capitalizados:** O custo histórico do imobilizado, quando aplicável, inclui juros sobre empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Em 31 de dezembro de 2024, o grupo não possui saldo de custos de empréstimos capitalizados. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **28.12 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, "Unidades Geradoras de Caixa" (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **28.13 Fornecedores e compromissos a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **28.14 Arrendamentos:** O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se o Grupo de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão, neste caso, poderá ocorrer multa conforme contrato. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **28.15 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **28.16 Debêntures:** As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **28.17 Provisões:** As provisões para contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **28.18 Tributação: (a) Imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Para as unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", as atividades de ensino superior de graduação gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL". **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para: a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal; b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que o Grupo é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente. Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado. **(c) PIS e COFINS**: Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", incidem o Programa de Integração Social "PIS" e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS" nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. As atividades de graduação nas unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI" são isentas do Programa de Integração Social "PIS" e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS". **(d) PROUNI:** As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais: • Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988; • COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 29 de dezembro de 1991; e, • PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970. As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. **(e) ISS:** As receitas das atividades de ensino incidem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza "ISS", conforme regulamentado na lei complementar 116/2003, nas alíquotas de 3,00% a 5,00%, a depender do município. O tributo é reconhecido de acordo com o reconhecimento de receita do Grupo. **28.19 Lucro por ação**: A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme a CPC 41 (IAS 33). As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **28.20 Reconhecimento da receita, custos e despesas:** As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência. **(a) Receita de serviços:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço. As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. A receita bruta reflete o valor de tabela da mensalidade em cada curso e os descontos e bolsas refletem as campanhas promocionais de acordo com o esforço de captação dos alunos e alinhamento aos preços praticados no mercado. No contexto dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são formalizados semestralmente, enquanto nos cursos de pós-graduação, o contrato abrange a totalidade do programa. O Grupo registra como dedução os encargos educacionais decorrentes dos contratos de financiamento garantidos pelos alunos que aderiram ao FGEDUC de acordo com a Portaria Normativa Nº 21 de 21 de outubro de 2010, Portaria Normativa Nº 14 de 28 de junho de 2012 e Portaria Normativa Nº 3 de 3 de janeiro de 2014. Os encargos educacionais somam 7,63% da receita oriunda dos alunos que possuem adesão ao FGEDUC pela regra do FIES vigente até 2017. Tais encargos foram extintos para os alunos matriculados sob a norma do "NOVO FIES", vigente a partir de 2018. **(b) Custos e despesas:** Os custos e despesas são reconhecidos quando efetivamente representar esforço de geração de receita, quando no mesmo período possam ser confrontados a receita e o esforço necessário para gerá-la ou quando um ativo não produz benefícios econômicos futuros e quando um passivo é incorrido sem o correspondente reconhecimento de um ativo. **(c) Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos das aplicações financeiras e contratos de empréstimos, financiamentos e outros, usando o método da taxa efetiva de juros ou de indexadores de inflação. Descontos concedidos referem-se às reduções realizadas nos débitos dos alunos inadimplentes referentes aos semestres anteriores, sejam por repactuação de pagamento para manutenção dos alunos na instituição ou por recuperação de valores mais antigos, através de campanhas de descontos no valor de face da dívida. **28.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que estabelece 25% como mínimo obrigatório, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio que eventualmente tenham sido pagos a título de antecipação durante o exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O Grupo tem como política a distribuição de 30% do lucro do exercício, apurado em bases semestrais. Quando aplicável, o efeito fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Em 2024 não houve reconhecimento de juros sobre o capital próprio.

Jânyo Janguiê Bezerra Diniz - Diretor Presidente;
João Albérico Porto de Aguiar - Diretor;
Heverton Gustavo de Sales Silva - Contador - CRC PE-024234/O-5

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA

Atribuições e Atividades: O Comitê de Auditoria da Ser Educacional S.A é um órgão não estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, submetendo-se à legislação e regulamentações aplicáveis, em especial o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e o seu Regimento Interno. Conforme o artigo 22 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A, compete ao Comitê de Auditoria: I. opinar sobre a contratação ou destituição dos Auditores Independentes da Companhia; II. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; III. acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de Controles Internos da Companhia; IV. avaliar e monitorar as exposições de Riscos da Companhia; V. avaliar, monitorar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das Políticas Internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas; e VI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. O Comitê de Auditoria foi eleito e instalado em 29 de abril de 2021, com três membros, sendo um conselheiro de administração independente, na qualidade de Coordenador do Comitê, um conselheiro de administração adicional e um membro externo independente. Durante o Exercício Social de 2024, o Comitê de Auditoria e Riscos reuniu-se doze vezes para a execução de suas atividades, tendo sido facultado aos seus membros o livre acesso aos órgãos da Companhia, bem como aos seus executivos, além de contar, sempre que necessário, com a presença de representantes dos Auditores Independentes. **Conclusão do Relatório**: Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, regulatórias e regimentais, com as limitações naturais no alcance de sua atuação, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da administração e da proposta de destinação de resultados, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, recomendam, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

Recife, 27 de março de 2025

Flavio Cesar Maia Luz — Coordenador do Comitê de Auditoria
Francisco Muniz Barreto / **Marcelo Amaral Moraes** — Membros do Comitê de Auditoria

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Ser Educacional S.A. ("Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, examinaram o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das correspondentes notas explicativas, elaborados de acordo com a legislação vigente. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. sobre as referidas demonstrações financeiras, emitido sem ressalvas na data de hoje, concluíram, por unanimidade, que os mencionados documentos, juntamente com o relatório anual da administração, estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Recife, 27 de março de 2025.

Fernando Eduardo R. Santos — Conselheiro
Nazareno Habib O. Bichara — Conselheiro
José Écio Pereira da Costa Jr. — Conselheiro

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250328

SER EDUCACIONAL S.A. - CNPJ nº 04.986.320/0001-13

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria, Conselho de Administração e Acionistas
SER Educacional S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da SER Educacional S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita (Notas 28 e 28.20(a))	
A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas têm sua origem substancialmente nas mensalidades cobradas nos cursos de graduação e pós-graduação em formatos presencial e à distância. No contexto dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são formalizados semestralmente, enquanto nos cursos de pós-graduação, o contrato abrange a totalidade do programa. Essas receitas derivam de um elevado volume de transações, cada uma delas caracterizada por valores individualmente baixo, o que requer um ambiente de controles internos estruturado e que seja efetivo ao longo de todo exercício. Considerando a relevância da receita para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, em combinação com o grande esforço de auditoria sobre esse assunto dada a natureza das transações, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.	CComo resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto: • Efetuamos o entendimento e teste dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas, para a migração de dados e saldos entre as interfaces financeira, acadêmica e contábil. • Inspecionamos, por amostragem, contratos firmados com alunos, boletos de cobrança emitidos, relatórios de frequência para análise das condições contratuais e documentos cadastrais dos alunos vinculados, assim como verificamos o recebimento subsequente das mensalidades selecionadas na amostra. Tais testes incluíram transações envolvendo os programas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), verificando a efetiva elegibilidade e adesão por meio dos contratos dos alunos nos órgãos competentes. • Realizamos as reconciliações dos relatórios auxiliares de faturamento com os respectivos registros contábeis. • Avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; Como resultado dos nossos procedimentos, constatamos que as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (Notas 3.1 (d), 9(f) e 28.5)	
A determinação do montante destinado à provisão para perdas esperadas em créditos de contas a receber é uma tarefa que envolve um elevado grau de subjetividade e requer julgamentos consideráveis por parte da diretoria da Companhia. Esse processo abrange diversas premissas e fatores, como a renegociação de dívidas, histórico de inadimplência e a análise do ambiente macroeconômico e setorial. A diretoria da Companhia exerce julgamento sobre a probabilidade de receber as mensalidades futuras dos alunos matriculados em programas governamentais, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Além disso, devido ao ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre ou que não renovam suas matrículas representam um maior risco de perdas nas contas a receber. Nesse contexto, é necessário estabelecer acordos para recuperar créditos vencidos, exigindo julgamentos para determinar a provisão para perdas esperadas. Essa avaliação não se limita apenas aos alunos inadimplentes, abrangendo também aqueles que concordaram com acordos para quitar parcelas vencidas, os quais podem não ser integralmente cumpridos. Consideramos esse tema como área de foco para a auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na determinação da provisão para perdas esperadas em créditos de contas a receber pode resultar em variações substanciais entre essa estimativa e as perdas reais.	Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto: • Efetuamos o entendimento do ambiente de controles internos relevantes ao processo de mensuração da provisão para créditos de contas a receber de clientes; • Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos e estimativas críticas adotadas no modelo utilizado pela diretoria para a determinação da provisão registrada; • Efetuamos, também, testes da integridade da base histórica de recebíveis utilizada para determinação do histórico real de perdas, bem como avaliamos a razoabilidade das taxas de perdas esperadas estimadas pela diretoria, por meio do reprocessamento dos dados por ela utilizados, incluindo a comparação com o efetivamente verificado em períodos anteriores; • Confrontamos, por meio de amostragem, as datas de vencimento dos recebíveis informadas na posição dos recebíveis em aberto com a correspondente documentação suporte; Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Teste de recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida (Notas 3.1(a), 11 (c), 11 (d) 11 (e) e 28.12)	
A Companhia e suas controladas possuem registrado em seu ativo intangível, ágios fundamentados em expectativas de rentabilidade futuras e intangíveis de vida útil indefinida decorrentes de aquisição de negócios, no valor de R$ 591.910 mil e R$ 333.131 mil, respectivamente. A diretoria testa a redução ao valor recuperável do ágio pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil do ágio possa estar deteriorado. A diretoriatambém avalia indicadores de impairment para outros ativos não financeiros de longa duração, como intangíveis e imobilizado. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC"), determinado pelo seu valor justo menos os custos de venda, é superior ao seu valor contábil. O valor justo é geralmente estimado pela diretoria usando modelos de fluxo de caixa descontado. As projeções de fluxo de caixa da diretoriautilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos ou UGCs incluíram julgamentos e premissas significativas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade de cada UGC, com consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Isso levou a um alto grau de julgamento, subjetividade e esforço do auditor na execução de procedimentos e avaliação das projeções de fluxo de caixa e premissas significativas da diretoria Além disso, o esforço de auditoria envolveu o uso de especialistas com habilidades e conhecimentos especializados.	Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto: • Entendemos os controles internos relevantes relacionados com a preparação dos fluxos de caixa descontados da unidade geradora de caixa à qual os ágios e os intangíveis de vida útil indefinida foram alocados; • Em conjunto com especialistas com habilidades e conhecimentos especializados, analisamos a razoabilidade e consistência do modelo de cálculo utilizado pela diretoria para preparar as projeções, bem como os dados e premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento e estimativas de rentabilidade, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e taxas de desconto, considerando na nossa avaliação o custo de capital para a Companhia e organizações comparáveis; • Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa; • Efetuamos análise de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis; • Avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria..

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração dos contratos de arrendamento (Notas 3.2 (a), 12 e 28.9)	
A Companhia e suas controladas possuem contratos de locação de imóveis onde estão localizadas as suas unidades compostas por universidades, centros universitários, polos de ensino, faculdades e escritórios. Estes contratos resultam no reconhecimento de passivo de arrendamento e do correspondente direito de uso dos ativos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 6 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - *Leases*). Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos valores registrados como ativos de direito de uso e dos respectivos passivos de arrendamento nas demonstrações financeiras, bem como por envolver um elevado grau de julgamento na definição e uso de premissas (taxa incremental, prazos de arrendamento, dentre outros aspectos) que impactam na determinação dos valores de passivo de arrendamento, de direito do uso e despesas de depreciação e de juros no resultado do exercício.	Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto: • A leitura e o entendimento dos contratos de arrendamento, por amostragem, visando confirmar que estes contêm elementos de arrendamento, assim como a avaliação da integridade da relação de contratos; • A avaliação dos critérios adotados pela diretoria para definição dos prazos contratuais; • A avaliação dos critérios adotados pela diretoriapara determinação das taxas de desconto (taxa incremental de financiamento) utilizada para a mensuração dos passivos de arrendamento; • Recálculo para verificar o valor do passivo de arrendamento e do direito de uso dos ativos reconhecidos; • Leitura e entendimento das divulgações e atendimento às normas da Comissão de Valores Mobiliários em notas explicativas. Os nossos procedimentos de auditoria realizados demonstraram que os critérios e as premissas divulgados nas demonstrações financeiras para reconhecimento dos contratos de arrendamento estão consistentes com as informações obtidas em nosso processo de auditoria.

Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 27 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-6
Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1



BC reduz a previsão do PIB para 1,9%

Projeção anterior do Banco Central para este ano era de 2,1%. Já a estimativa para a inflação subiu de 4,5% para 5,1%, acima da média

O Banco Central (BC) reduziu a estimativa de crescimento do país de 2,1% para 1,9% em 2025. O dado sobre a projeção do Produto Interno Bruto (PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no país) consta do relatório de política monetária do primeiro trimestre, divulgado, ontem, pela autoridade monetária. Segundo o BC, a projeção de inflação para este ano sobe de 4,5% para 5,1%, acima da meta.

"O PIB cresceu fortemente em 2024, 3,4%, mas desacelerou mais que o esperado no quarto trimestre, ao crescer 0,2%. A desaceleração foi mais nítida nos setores mais sensíveis ao ciclo econômico, no consumo das famílias e na formação bruta de capital fixo. Nesse contexto, a projeção para o crescimento do PIB em 2025 foi revisada para baixo, de 2,1% para 1,9%, com maior redução na expectativa dos componentes mais cíclicos", disse o relatório.

Na avaliação do BC, a economia aquecida favorece a alta da inflação, dificultando a convergência para a meta. A inflação acumulada em doze meses, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), aumentou de 4,87% em novembro para 5,06% em fevereiro.

3%

é a meta para a inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional

A meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, podendo variar 1,5% para mais ou para menos. O documento diz que as projeções de inflação se mantiveram acima da meta, tornando a "convergência para a meta desafiadora".

"Nas projeções do cenário de referência, a inflação continua acima do limite do intervalo de tolerância ao longo de 2025, começando a cair a partir do quarto trimestre. Nesse cenário, a inflação acumulada em quatro trimestres fica na faixa de 5,5%-5,6% nos três primeiros trimestres de 2025, cai para 5,1% no final do ano, 3,7% em 2026 e 3,1% no último período considerado, referente ao terceiro trimestre de 2027", afirmou o BC. (**Agência Brasil**)



MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

Segundo o banco, economia aquecida dificulta a meta



Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250328


RUAN PABLO/DP FOTO

Tradição em cada mordida

Dono da lanchonete mais antiga de Olinda, Eduardo Pinto resiste às tendências gourmet e oferece hambúrguer raiz para saciar a fome a qualquer hora do dia

ALLAN LOPES

Um disco de carne moída entre fatias de pão redondo caracteriza o hambúrguer, um dos lanches mais populares do mundo. A simplicidade da receita abre margem para variações que exploram novos sabores e texturas, como as versões gourmet, em que o refinamento da montagem ganha destaque. Apesar dessa tendência, estabelecimentos raiz, que apostam em ingredientes artesanais, continuam atraindo clientes. Exemplo disso é a Larica's, a hamburgueria mais antiga de Olinda, que desde 1991 mantém sua tradição como destino para quem precisa matar a fome, até mesmo quando o relógio já passa da meia-noite.

O proprietário Eduardo Pinto herdou do avô o amor pelo comércio e, desde cedo, compreendeu que a relação com os clientes é um dos pontos mais delicados do negócio. Para ele, ter superado este desafio foi decisivo para a Larica's alcançar mais de três décadas de sucesso. "É preciso ser paciente. Tem gente que vem mais para conversar do que para lanchar", atesta.

O diferencial do sanduíche está, em parte, na maionese, cuja receita tem raízes na sanduicheria Mania de Comer. Fernanda, esposa de Eduardo, era cliente do extinto local, onde aprendeu a preparar o molho com o dono. Depois, ensinou ao marido. "Acredito que o segredo esteja no fato de ser um sabor antigo e totalmente caseiro", aposta ele. Embora o preparo seja simples, com seis ingredientes tradicionais — limão, mostarda, cebola, ovo, vinagre, sal e óleo —, somente Eduardo é quem tem o toque final sobre a maionese.

Ele também cuida da carne, optando por um método simples e prático. Em vez de utilizar uma infinidade de temperos, o preparo segue com o básico: carne moída, creme de cebola, sal e farinha de trigo. O processo é rápido, levando menos de meia hora. Após misturar os ingredientes com as mãos, até atingir uma massa homogênea, os hambúrgueres são modelados, com peso variando entre 75 e 80 gramas, prontos para o fogo.

O cardápio também oferece outras alternativas — como carne de sol, picanha, charque, queijo coalho, coração de galinha, filé de peito e frango desfiado — e conquista uma clientela famosa, como os músicos Fábio Trummer, da Banda Eddie, e Chinaina, antigos frequentadores do local, que, mesmo morando fora, sempre aparecem por lá quando estão por Pernambuco.

Além do tradicional X-Bacon, de longe o mais pedido, outro carro-chefe da casa é o Laricão, que chama atenção pela sua generosidade. A combinação de carne, salsicha, bacon, ovo, presunto e milho resulta em uma explosão de sabores capaz de saciar até os mais esfomeados.

Mas, para Eduardo, a chave do hambúrguer perfeito está em um detalhe crucial, ainda mais importante que a carne ou a maionese. "Meu amigo, a preparação do pão é o mais importante", ressalta, com convicção. Para garantir a qualidade, ele compra pão fresquinho todos os dias na Panleila, uma panificadora que, assim como a Larica's, iniciou seus negócios em 1991. "O pão tem que ser sempre do dia, nada de usar pão do dia anterior", observa.

Na busca por tornar seus hambúrgueres ainda mais suculentos, Eduardo já pensa em mudanças no preparo da carne. "Eu tenho a ideia de começar a vender hambúrguer na brasa, que é bem mais saboroso, com aquele gosto marcante. E, além disso, é mais saudável, porque na brasa não tem o excesso de óleo que a chapa traz", explica.

Seja na brasa ou na chapa, com ou sem maionese, o que que nunca muda é que, quando bater aquela larica, o hambúrguer de Eduardo vai ser o abraço que seu estômago espera.





Os sanduíches da Larica's fazem sucesso desde 1991

Festival de curtas movimenta o Agreste de PE

Em sua sexta edição, Curta na Serra – Festival de Cinema ao Ar Livre se consolida como um dos principais eventos cinematográficos de Pernambuco

ANDRÉ GUERRA

Desde 2017, o circuito audiovisual independente do Agreste tem como um de seus mais consolidados representantes o Curta na Serra – Festival de Cinema ao Ar Livre. Nascido da necessidade de criar um espaço alternativo de exibição em Serra Negra, distrito do município de Bezerros, e promovendo o contato do público local e do turismo com obras que vão além das salas convencionais, o evento chega a sua 6ª edição neste fim de semana, de sexta a domingo, e tem como homenageado o diretor Cláudio Assis, grande ícone do cinema pernambucano.

Mais de 30 filmes estão nas mostras. *Panorama Nacional* destaca produções de sete diferentes estados. Já a *Panorama Pernambuco* traz curtas realizados apenas no estado. *Panorama Videoclipe*, por sua vez, amplia a experiência audiovisual com quatro obras no formato. E tem ainda a *Sessão Especial*, com obras de diferentes estéticas e narrativas do cinema nacional contemporâneo. A programação vai incluir ainda a exibição do curta *Soneto do Desmantelo Blue*, dirigido por Cláudio Assis em 1993.


TARCISO AUGUSTO/DIVULGAÇÃO

Além de exibições ao ar livre, a programação inclui oficinas e debates abertos ao público

O Curta na Serra começou com uma estrutura simples, mas, a partir de suas edições seguintes, expandiu sua programação e estrutura, investindo também no segmento formativo, com oficinas e debates que estimulam a produção e o pensar cinematográfico entre os realizadores e amantes da sétima arte da região.

Em conversa com o *Viver*, o documentarista e produtor Marlom Meirelles, que é o idealizador e diretor do projeto, revela que a primeira edição serviu como uma experiência piloto. "De lá para cá, evoluímos na estrutura e na proposta curatorial, buscando diversidade nas atividades oferecidas e fazendo o possível para ampliar nosso alcance", explica. "Este ano, focamos na expansão do impacto formativo, investindo ainda mais nos cursos e nas rodas de conversa que estimulem a valorização do cinema independente. A Serra Negra é um cenário naturalmente cinematográfico. Sua paisagem única cria um ambiente perfeito para uma experiência imersiva de cinema ao ar livre", vibra.

Palavras cruzadas

Responsável pela aplicação do exame escrito de concursos públicos
Além do (?): supérfluo
Perseguição e cerco à caça, impedindo sua fuga
Diz-se dos trabalhos dos restauradores
Metal básico da indústria pesada
Os selos mais valiosos de uma coleção
Praça da (?), ponto central de São Paulo
Dar boa acolhida a quem chega
Viagem de helicóptero
Desvio de direção de um projétil ao atingir um obstáculo
Imperador à época do incêndio em Roma
Assume expressão de alegria
Mãe da mãe (pop.)
Irritar; enfurecer
Grupos formados para compra de bens
Coar
(?) Padaratz, ídolo brasileiro do surfe
Aparelho que resfria o motor do carro
Ferimento superficial
Variedade de banana pequena
A tecla que se opõe a "home", no micro
Profissionais que enfeitam ambientes
Ehud Olmert, político israelense
Em (?) nuvens: sem ser notado (fig.)
Paulinho (?), ator de "A Praça É Nossa"
Nicolau Copérnico, astrônomo polonês
Dificuldade do ranzinza
Planta com flores purgativas
Estático
Artilheiro da Copa do Mundo de 2002 (fut.)
Mês do aniversário de Barack Obama
A mulher de idade avançada
Interjeição de espanto (MG)
Moradia
Fenômeno essencial ao windsurfe
Fonte do etanol brasileiro
Leal
Sorteio comum em festas juninas
Manoel Carlos, em relação a novelas
(?) Jacobs, estilista dos EUA
(?) qual: da mesma maneira que
Personagem dos filmes de 007 (fem.)
Processo de obtenção da vodca

BANCO 4/acuo — teco. 5/espiã. 8/boi gordo. 10/destilação — fazer festa. 11/meticulosos.

41

■	■	■	■	N	■	■	M	■	■	R
■	F	A	Z	E	R	F	E	S	T	A
R	I	C	O	C	H	E	T	E	■	R
■	S	U	■	E	■	R	I	■	V	O
■	C	O	N	S	O	R	C	I	O	S
■	A	■	E	S	■	O	U	R	O	■
F/I	L	T	R	A	R	■	L	A	■	E
■	D	E/C	O	R	A	D	O	R	E	S
■	E	O	■	I	D	■	S	■	N	C
■	P	■	B	O	I	G	O	R	D	O
■	R	I	R	■	A	O/G	S	O/T	■	R
R	O	N	A	L	D	O	■	U	A	I
■	V	E	N	T	O	■	C	A	N	A
M	A	R	C	■	R	F/I	A	■	C	Ç
■	■	T	A	L	■	E	S	P	I	Ã
■	D	E	S	T	I	L	A	Ç	Ã	O



Astros

ÁRIES (21/03 a 20/04)
Influências dos astros devem significar mudança no seu humor e no seu ritmo hoje!

TOURO (21/04 a 20/05)
Você hoje deve se sentir mais leve e bem disposto, o que influenciará positivamente seus relacionamentos pessoais. Aproveite!

GÊMEOS (21/05 a 20/06)
Aspectos negativos podem significar um dia de pequenas frustrações e decepções. Se for possível seria melhor adiar reuniões, encontros e decisões importantes para outra data. Dê a si mesmo um tempo para analisar as coisas com calma.

CÂNCER (21/06 a 22/07)
De um modo geral, as condições parecem bastante promissoras para você hoje, e mesmo que ocorram eventos negativos, eles terão pouco efeito sobre essas influências harmônicas.

LEÃO (23/07 a 22/08)
Embora você possa não ter tanto controle quanto gostaria de ter sobre questões importantes relativas à sua carreira, aqueles que têm estarão agindo levando em consideração os seus interesses.

VIRGEM (23/08 a 22/09)
Seu trabalho pode exigir mais de você do que o normal. Tente não se preocupar demais e divirta-se!

LIBRA (23/09 a 22/10)
Na maioria das vezes é preciso antes desentupir o cano para a água fluir bem, e hoje pode ser um desses dias. Se pretende conseguir ou ganhar alguma coisa, primeiro terá que ultrapassar os obstáculos.

ESCORPIÃO (23/10 a 21/11)
Diferentemente de outras pessoas que costumam hesitar, situações de desafio costumam despertar a sua criatividade, e é justamente isso que deve acontecer hoje.

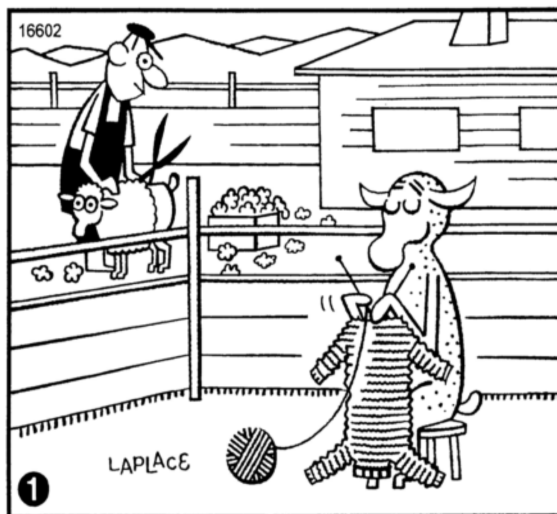
SAGITÁRIO (22/11 a 21/12)
Não lhe ajudará em nada hoje ficar pensando no que deveria fazer ao invés de arregaçar as mangas e entrar em ação.

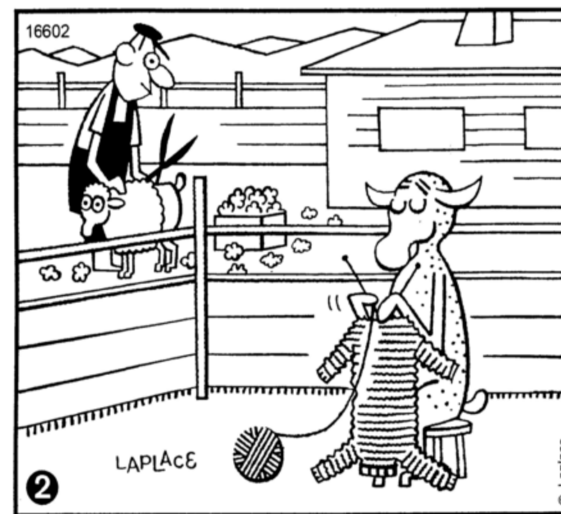
CAPRICÓRNIO (22/12 a 20/01)
Nesse momento você pode se sentir dividido entre direções opostas. Mas essa dualidade pode ser positiva para tomada de decisões.

AQUÁRIO (21/01 a 19/02)
Se não está satisfeito com o que está fazendo, não deixe de considerar fazer algo diferente. Os frutos dessa decisão podem surpreender.

PEIXES (20/02 a 20/03)
Você hoje pode esperar um dia mais positivo, e os problemas e tensões de ontem devem se resolver.

8 erros





Resolução: 1. Montanha perto da cabeça. 2. Madeira perto do nariz. 3. Orelha da ovelha. 4. Lã perto da madeira. 5. Lã na ponta da caixa. 6. Pescoço da ovelha. 7. Perna no banquinho. 8. Linha da bola de lã.

HELOÍSA BORTZ/DIVULGAÇÃO



Dercy insana

Sai Aline Dorel, consagrada personagem da *Terça Insana*, e entra Dercy Gonçalves. A saudosa comediante será homenageada pela gaúcha Grace Gianoukas no palco do Teatro de Santa Isabel, nos dias 10 e 11 de maio, com o monólogo *Nasci pra ser Dercy*.

Na montagem dirigida por Kiko Rieser, Grace é Vera, atriz que faz um teste para o papel de Dercy em um filme. À medida que vai dando suas falas, ela se revolta com o roteiro, que considera estereotipado, e dá sua própria visão sobre o legado da artista.

A montagem conta com o auxílio luxuoso de Miguel Falabella, cuja voz é ouvida em off.

ALEX COSTA/DIVULGAÇÃO



O embaixador de Chipre no Brasil, Vasilios Philippou, ganha uma xilogravura de J. Borges do reitor em exercício da Unicap, padre Delmar Cardoso

ACERVO PESSOAL



Sheila Wanderley marcando presença em encontro promovido pela Marie Mercié, no Shopping Recife

Quadrinhos

Fernando Freyre, presidente da Fundação Gilberto Freyre, anunciou que os 125 anos de nascimento do escritor e sociólogo, completados no último dia 15, serão comemorados até o ano que vem. Além de seminários, haverá o lançamento em quadrinhos de *Nordeste*, obra de 1937, considerada pelo próprio Freyre seu livro mais bem escrito.

Pesquisa

Hoje, a fisioterapeuta e coordenadora da clínica Fisio FPS, Marcela Moreira, apresentará pesquisa no congresso da American Society of Hand Therapists, em Washington, D.C., nos Estados Unidos. O tema é *O uso da interface cérebro-máquina para a reabilitação da função da mão de pacientes neurológicos*.

ACERVO PESSOAL



No Rio, Jacques Ribemboim, Robson Lispector, Paulo Gurgel Valente e Ilana Kaufmann aplaudem Beth Goulart na peça *Simplesmente Eu, Clarice Lispector*

Visita internacional

Em terras pernambucanas, a embaixadora da Dinamarca no Brasil, Eva Bisgaard Pedersen, e a cônsul honorária daquele país no Recife, Fabiana Nunes, fizeram visita à Oficina Francisco Brennand. Recebidas pelo diretor-presidente Marcos Baptista, elas conheceram todo o complexo artístico criado pelo saudoso artista pernambucano e também visitaram a exposição Cosmo/Chão, que segue em cartaz até setembro.

MATEUS ALVES/DIVULGAÇÃO



Carla Cardoso e Eduardo Cardoso, do Grupo Costa Dourada, presenteiam Priscila Krause com uma imagem de Nossa Senhora criada por artesãos do Cabo

Gambiarra em ação

Até domingo, o Coletivo Gambiarra junta forças com o Som na Rural e Helder Vasconcelos no projeto *Polifonia*, que está levando música, cinema, teatro e dança para Chão de Estrelas, Poço da Panela, Praça da Várzea e Praça do Arsenal. Entre os artistas convidados estão Maciel Salu, Isaar, Regente Joaquim, Orun Santana, além de projeção de espetáculos com Lívia Falcão, Fabiana Pirro, Cláudio Ferrario e Olga Ferrario.

ALE CATAN/DIVULGAÇÃO



A diva Vera Holtz volta ao palco do Teatro do Parque, de hoje a domingo, para encenar o elogiadíssimo espetáculo *Ficções*

THAYSE LEAL/DIVULGAÇÃO



Amanhã, no *Ponto de Vista* da TV Tribuna, Fernando Rêgo Barros recebe o neurocientista Victor Eustáquio para falar sobre o autismo, cujo dia mundial de conscientização é na próxima quarta-feira, dia 2

Leilão on-line

Nos dias 9 e 10 de abril, às 20h, a Galeria 17, em Casa Forte, promove seu primeiro leilão beneficente, em prol da AACD. Mais de 100 obras, de artistas como Eduarda Iglesias, João Câmara, Lula Cardoso Ayres, Reynaldo Fonseca, Tereza Costa Rêgo e Zé Cláudio, estarão disponíveis para lances. O leilão será on-line.

DIVULGAÇÃO



Tarcisinho Calado e Carol Tabosa, presidente do Sindicato dos Médicos de Pernambuco, no Sal & Brasa Jardins

Moda

A empresária Adriana Ribeiro recebe suas clientes, na próxima quarta, para lançamento da nova coleção da Loja Ophicina.

Encontro

Às vésperas do Abril Laranja, mês de conscientização da amputação, a Clínica Ortopedia Boa Viagem, na Ilha do Leite, realiza nesta sexta uma tarde de alongamentos e dança para 40 pacientes amputados, sob a supervisão dos educadores físicos Tito Cunha e Carina Limaverde.

Bate-papo

Também hoje, às 19h, a Livraria Jaqueira do Recife Antigo promove o bate-papo *Além da Linha de Chegada*, sobre protagonismo feminino, com as participações de Alice Pessoa, Carol Maia e Alice Pimentel. No comando da conversa, Swara Ferraz.

Masculina

O Boticário acaba de lançar a sua nova linha masculina, Clash. Criada pelo perfumista Dominique Ropion, inclui colônia, loção hidratante, creme pré e pós-barba e sabonete, unindo notas aquosas, lavanda e vetiver.

Em Sampa

A cirurgiã oncológica Márcia Lucena está em São Paulo para participar, hoje e amanhã, do 24º Curso de Dermatoscopia, no Milenium Centro de Convenções. Na programação, as atualizações sobre as neoplasias cutâneas, as mais incidentes entre homens e mulheres no Brasil.

Niver

Albérico Ribeiro, Carolina Dubeux, Fernando Amaral, Francisco Petribú, Fred Siqueira, Joaquim Rodrigues de Castro, Margarida Cantarelli, Pedro Motta, Poliana Rêgo, Raimundo Aragão, Suzana Aguiar, Valéria Moraes, Verônica Barros e Zélia Souza.

EVELYN CAROLINA LIMA/MAMAM



O artista plástico Marcos Porto é recebido por Diogum na visita guiada à exposição *Ferro Ifé: O Atlântico Negro de Diogum*, em cartaz no Mamam até 27 de abril

DIVULGAÇÃO



Os chefs Rapha Diniz e Marcelo Inojosa com a paella preparada a quatro mãos no Casa Morim, na Várzea

DIVULGAÇÃO



O ministro André de Paula, a rainha Lia de Itamaracá e a secretária de Cultura do estado, Cacau de Paula, durante a cerimônia de entrega do Prêmio Mulheres das Águas

Eufrázio

Operação de busca segue no Sertão do estado

As equipes da SDS continuam, sem parar, tentando encontrar a menina Ingrid Vitória, de 13 anos, sequestrada perto de Orobó na última terça-feira (25)



REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Adriana deu mais detalhes de como ocorreu o sequestro da filha por Jocelmo

As buscas por Ingrid Vitória, de 13 anos, sequestrada na última terça-feira (25) na zona rural de Santa Maria da Boa Vista, Sertão do estado, entram hoje no quarto dia. A menina foi raptada quando voltava de Curaçá, na Bahia, com o irmão de três anos e a mãe em uma carona com um conhecido da família, Jocelmo Caldas da Silva, apontado como o responsável pelo crime.

A operação para encontrar Ingrid conta com o apoio de equipes especializadas da Polícia Militar, incluindo o Batalhão Especializado de Policiamento do Interior (BEPI), além de bombeiros com cães farejadores, drones térmicos e aeronaves do Grupamento Tático Aéreo (GTA).

"As buscas seguem de forma ininterrupta, dia e noite. Equipes do BEPI e unidades de área da PM estão atuando em diversos locais. A Polícia Civil continua investigando o caso em busca de novas pistas, enquanto a Polícia Científica, o Corpo de Bombeiros Militar com os cães farejadores, e o GTA, não medem esforços para localizar uma adolescente desaparecida. Nosso compromisso é encontrar a menina o mais rápido possível", pontua o comandante do BEPI, tenente-coronel Alessandro Bezerra.

DETALHES

Em entrevista à TV Guararapes, a mãe de Ingrid, Adriana, deu mais detalhes do momento do sequestro. Com medo de perder a filha, ela conta que chegou a lutar com Jocelmo. "Eu rasguei a camisa dele ainda. Ele me amarrou nas mãos, mas não foi muito direito. Ele queria amarrar os pés, mas eu lutei com os pés. Ele jogou minha menina no porta-malas e meu menino estava lá dentro do carro ainda comigo. Ele tirou a arma, disse que se não levasse a menina (Ingrid), ia levar o menino para caatinga e ia matar", relatou.

O motorista desapareceu com Ingrid dentro da vegetação de caatinga, próximo à cidade de Orobó. A Polícia Civil de Pernambuco, responsável pela investigação do caso, solicita para que a população colabore com informações que possam auxiliar na localização da jovem pelo número 0800 081 5001.

PUBLICIDADELEGAL

Classilíder (81) 2122 7892

Da Fonte Automóveis Participações S/A | CNPJ nº 23.785.352/0001-03

RELATÓRIO DA DIRETORIA – Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2024. Permanecemos à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. Paulista(PE), 27 de março de 2025. **Hisbello Andrade Lima Neto** – Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO	2024	2023
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	-	1
Dividendos a receber	139	73
	139	74
NÃO CIRCULANTE		
Investimentos	884	672
	884	672
TOTAL DO ATIVO	1.023	746
PASSIVO	**2024**	**2023**
CIRCULANTE		
Fornecedores	-	1
	-	1
NÃO CIRCULANTE		
Partes relacionadas	82	74
	82	74
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	1.002	1.002
Prejuízos acumulados	(61)	(331)
	941	671
TOTAL PASSIVO E PATRIM. LÍQUIDO	1.023	746

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Despesas operacionais:	2024	2023
Despesas gerais e administrativas	(8)	(12)
Resultado da equivalência patrimonial	278	154
	270	142
Lucro líquido do exercício.	270	142

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 – (Em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos 31/dez./2022.	1.002	(416)	586
Ajustes de exercícios anteriores em coligada	-	(57)	(57)
Lucro do exercício	-	142	142
Saldos 31/dez./2023.	1.002	(331)	671
Lucro do exercício	-	270	270
Saldos 31/dez./2024.	1.002	(61)	941

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Atividades operacionais	2024	2023
Lucro antes do I. Renda e da Contribuição Social	270	142
Ajustes p/reconciliar o prejuízo d/exerc.ao caixa:		
Resultado da equivalência patrimonial	(278)	(154)
	(8)	(12)
Acréscimo de passivos:		
Fornecedores	-	1
Partes relacionadas	7	12
	7	13
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais.	(1)	1
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa.	(1)	1
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1	-
No final do exercício	-	1
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa.	(1)	1

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com os dispositivos contidos na Lei nº 6.404/76, e demais procedimentos estabelecidos na legislação em vigor. As notas explicativas da administração, a demonstração do resultado abrangente e o relatório dos Auditores Independentes, encontram-se à disposição na sede da companhia. Paulista/PE, 31 de dezembro de 2024. **Diretoria**: Hisbello Andrade Lima Neto e Mônica Maria Andrade Lima da Fonte Freire. **Contador**: Marcelo Gustavo Valença Correa de Araújo – CRC/PE 016955/O-9.

A HORA DO MUÇÃO
Seg. a sex. às 17h
Só AQUI! Clube 99.1 FM
RAPAI, DEIXE DE FULERAGI E VÁ OUVIR MEU PROGRAMA!

RFonte Indústrias e Participações S/A | CNPJ nº 23.783.273/0001-55

RELATÓRIO DA DIRETORIA – Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2024. Permanecemos à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. Paulista (PE), 27 de março de 2025. **Hisbello de Andrade Lima Neto** – Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 – (Em milhares de reais)

ATIVO	2024	2023
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	-	1
Dividendos a receber	8.732	8.414
	8.732	8.415
NÃO CIRCULANTE		
Investimentos	880.972	827.112
	880.972	827.112
TOTAL DO ATIVO	889.704	835.527
PASSIVO	**2024**	**2023**
CIRCULANTE		
Fornecedores	-	1
Dividendos propostos e a pagar	29.690	27.819
Outros passivos	382	382
	30.072	28.202
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	528.999	528.999
Reserva de capital	3.863	3.863
Reservas de lucros	326.770	274.463
Total do patrimônio líquido	859.632	807.325
TOTAL PASSIVO E PATRIM. LÍQUIDO	889.704	835.527

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(11)	(17)
Resultado da equivalência patrimonial	97.223	110.706
	97.212	110.689
Lucro Líquido do Exercício.	97.212	110.689

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Exercícios findos em 31/dezembro/2024 e 2023 – (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	2024	2023
Lucro antes do I.Renda e Contribuição Social	97.212	110.689
Ajustes p/reconciliar o lucro do exerc.ao caixa:		
Resultado da equivalência patrimonial	(97.223)	(110.706)
	(11)	(17)
Acréscimo (decréscimo) de passivos:		
Fornecedores	(1)	1
Caixa líquido aplicado nas atividades operac.	(12)	(16)
Atividades de investimento		
Dividendos recebidos	43.045	36.827
Aumento de capital em controlada	-	(1.292)
Cxa.líquido gerado p/atividades d/investimento	43.045	35.535
Atividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	(43.034)	(35.518)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento.	(43.034)	(35.518)
Acrésc.(Decrésc.) no cxa. e equival.d/caixa	(1)	1
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1	-
No final do exercício	-	1
Acrésc.(Decrésc.) no cxa. e equival.d/caixa	(1)	1

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com os dispositivos contidos na Lei nº 6.404/76, e demais procedimentos estabelecidos na legislação em vigor. As notas explicativas da administração, a demonstração do resultado abrangente e o Relatório dos Auditores Independentes, encontram-se à disposição na sede da Companhia. Paulista/PE, 31 de dezembro de 2024.

Diretoria: Hisbello de Andrade Lima Neto e Mônica Maria Andrade Lima da Fonte Freire. **Contador**: Marcelo Gustavo Valença Correa de Araújo - CRC/PE 016955/O-9.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)

		Reserva de Capital	Reservas de Lucros			
	Capital Social	Reserva de ágio nas transações de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022.	528.999	3.863	15.248	196.300	-	744.410
Dividendos distribuídos de lucros retidos	-	-	-	(16.796)	-	(16.796)
Ajustes d/exercício anterior em controlada	-	-	-	(4.689)	-	(4.689)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	110.689	110.689
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	-	5.534	-	(5.534)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(26.289)	(26.289)
Retenção de lucros	-	-	-	78.866	(78.866)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023.	528.999	3.863	20.782	253.681	-	807.325
Dividendos distribuídos de lucros retidos	-	-	-	(21.817)	-	(21.817)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	97.212	97.212
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	-	4.861	-	(4.861)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(23.088)	(23.088)
Retenção de lucros	-	-	-	69.263	(69.263)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024.	528.999	3.863	25.643	301.127	-	859.632



Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250328

PCR incentiva atualização do CadÚnico

A Prefeitura começou a enviar mensagens para os inscritos com o objetivo de lembrá-los da necessidade de atualizar as informações

A Prefeitura do Recife iniciou uma campanha para incentivar a atualização cadastral dos beneficiários do Bolsa Família por meio do WhatsApp. A iniciativa utiliza o Conecta Zap (81 99117-1407), conta oficial do município, para o envio automatizado de mensagens, garantindo que cerca de 150 mil famílias mantenham seus dados atualizados no Cadastro Único (CadÚnico) a cada dois anos e evitem a suspensão do benefício.

O sistema enviará lembretes aos beneficiários em três etapas: o primeiro aviso será enviado três meses antes do prazo final de atualização, o segundo com dois meses de antecedência e o último um mês antes da data limite. A medida busca tornar o processo mais acessível e eficiente, reduzindo filas e evitando o bloqueio indevido dos benefícios.

AGENDAMENTO

Os beneficiários podem agendar a atualização cadastral pelo aplicativo Conecta Recife, garantindo um atendimento mais ágil e organizado. Para aqueles que preferirem, podem comparecer a Central de Atendimento, localizada na Rua Dr. João Vieira de Menezes, em Santo Amaro, realiza o serviço sem necessidade de agendamento prévio.

É obrigatório apresentar documentos originais, como CPF de todos os membros da família, documento de identificação com foto do responsável, Título de Eleitor, comprovante de endereço atualizado e certidão de nascimento ou RG, além da declaração escolar para crianças e adolescentes.

A PCR ainda alerta que em nenhum momento serão solicitados dados financeiros ou bancários, nem qualquer tipo de pagamento.

PUBLICIDADE LEGAL — Classilíder (81) 2122 7892

Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte S/A

CNPJ/MF nº 11.507.415/0001-72 | **Empresa Beneficiária dos Incentivos Fiscais do Nordeste - FINOR**

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2024. Permanecemos à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. Paulista (PE), 27 de março de 2025. **Hisbello de Andrade Lima Neto** - Diretor Superintendente

Balanços Patrimoniais – 31 de dezembro de 2024 e 2023 – (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	69.370	110.583	79.828	114.352
Títulos e valores mobiliários	4.620	4.167	4.620	4.167
Contas a receber	199.360	210.661	225.551	230.709
Estoques	187.029	148.848	235.674	188.767
Tributos a recuperar	64.256	93.906	68.745	105.454
Dividendos a receber	10.443	11.595	-	-
Adiantamentos diversos	15.204	9.552	17.928	10.376
Contas a receber por alienação de investimentos	1.478	1.478	1.478	1.478
Outros créditos	1.836	2.049	2.726	3.320
	553.594	592.839	636.550	658.623
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários	11.128	24.308	26.729	37.258
Partes relacionadas	2.348	2.351	584	587
Tributos a recuperar	5.421	2.152	6.035	2.588
Adiantam. p/futuro aumento de capital	12.422	22.685	-	-
Depósitos judiciais	35.883	5.905	39.605	12.501
Contas a receber por alienação de investimentos	4.199	4.966	4.199	4.966
Outros créditos	2.668	2.000	2.728	2.173
Investimentos	90.566	69.262	-	-
Propriedade para investimento	5.834	6.080	1.788	2.034
Direito de uso	8.277	8.119	14.780	17.340
Imobilizado	503.879	393.636	536.161	425.161
Intangível	2.789	2.057	39.690	39.906
	685.414	543.521	672.299	544.514
Total do Ativo	1.239.008	1.136.360	1.308.849	1.203.137

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante				
Fornecedores	90.568	92.051	133.420	130.250
Empréstimos e financiamentos	17.617	27.912	17.898	33.606
Obrigações trabalh. e previdenciárias	21.636	34.709	26.510	38.903
Tributos a recolher	11.374	10.568	12.836	14.774
Parcelamento de tributos	-	427	2.006	4.111
Dividendos propostos e a pagar	8.787	8.445	10.437	10.030
Adiantamentos de clientes	-	3	-	1.767
Obrigações por arrendamentos	218	193	1.184	2.028
Contas a pagar p/aquisição de invests	5.356	-	5.356	-
Outras obrigações	4.224	3.788	7.639	4.174
	159.780	178.096	217.286	239.643
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	121.065	56.316	121.065	56.641
Parcelamento de tributos	-	3.441	2.917	7.875
Imp.de renda e contrib. social diferidos	18.445	18.445	18.445	18.444
Obrigações por arrendamentos	8.656	8.346	14.622	16.025
Contas a pagar p/aquisição de invest.	24.436	27.934	24.436	27.934
Provisões para contingências	15.191	2.179	16.280	2.918
Provisão para perdas em controladas	-	10.625	-	-
Outras obrigações	8.413	1.800	9.892	3.805
	196.206	129.086	207.657	133.642
Patrimônio líquido				
Capital social	198.394	198.394	198.394	198.394
Reservas de capital	4.521	4.521	4.521	4.521
Reservas de lucros	680.107	626.263	680.107	626.263
	883.022	829.178	883.022	829.178
Participação dos não controladores	-	-	884	674
Total do patrimônio líquido	883.022	829.178	883.906	829.852
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.239.008	1.136.360	1.308.849	1.203.137

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	1.173.176	1.135.328	1.628.730	1.564.477
Custo d/produtos e mercad. vendidas	(751.348)	(686.970)	(1.119.926)	(1.030.270)
Lucro bruto	421.828	448.358	508.804	534.207
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(203.822)	(198.867)	(252.489)	(257.802)
Despesas comerciais	(164.647)	(147.862)	(189.783)	(169.010)
Outras receitas operacionais, liquidas	12.769	4.588	17.631	11.357
Resultado da equivalência patrimonial	8.067	1.139	-	-
	(347.634)	(341.002)	(424.641)	(415.455)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	74.194	107.356	84.163	118.752
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(30.359)	(29.962)	(40.227)	(41.560)
Receitas financeiras	64.562	40.507	68.405	42.474
	34.203	10.545	28.178	914
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	108.397	117.901	112.341	119.666
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(11.029)	(5.207)	(14.696)	(6.816)
Diferido	-	(1.819)	-	(1.819)
	(11.029)	(7.026)	(14.696)	(8.635)
Lucro líquido do exercício	97.368	110.875	97.645	111.031
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores			97.368	110.875
Acionistas não controladores			277	156
Lucro líquido do exercício			97.645	111.031

Demonstrações dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro antes do imp. renda e da contribuição social	108.397	117.901	112.341	119.666
Ajustes p/reconciliar o lucro do exercício ao caixa:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	7.940	4.823	8.547	7.452
Juros sobre arrendamentos	509	204	1.033	801
Juros sobre contas a pagar p/aquisição de invest.	4.142	2.934	4.142	2.934
Juros créditos fiscais extemporâneos	(17.625)	-	(17.625)	-
Créditos fiscais extemporâneos	(14.449)	-	(14.449)	-
Rendimento de aplicações financeiras	(490)	(207)	(1.174)	(207)
Depreciação e amortização	26.751	30.969	30.032	34.568
Amortização da mais valia de ativos	2.421	1.962	2.421	1.962
Baixa de adiantamento de clientes sem expectativa de realização	-	-	-	(798)
Baixa por perdas com depósitos judiciais	-	-	-	2.101
Provisão p/perdas esperadas com créditos	-	-	571	(75)
Provisão para participação nos resultados	-	14.504	-	14.963
Resultado da equivalência patrimonial	(8.067)	(1.139)	-	-
(Reversão de) Provisão para contingências	13.012	(193)	13.362	284
Receita de subvenção governamental sobre ativo	(419)	(419)	(419)	(419)
Ganho por compra vantajosa	-	(5.731)	-	(5.731)
Valor residual na baixa d/ativo imobiliz.e intangível	2.361	2.316	4.145	5.635
	124.483	167.924	142.927	183.136
(Acréscimo) decréscimo de ativos:				
Contas a receber	11.301	(3.046)	13.290	1.167
Estoques	(38.181)	(10.467)	(46.907)	(19.809)
Tributos a recuperar	47.426	8.750	54.307	11.169
Adiantamentos diversos	(5.652)	5.994	(7.552)	5.980
Partes relacionadas	3	2.823	3	2.923
Depósitos judiciais	(29.978)	(2.641)	(27.104)	(4.368)
Outros ativos	(453)	(244)	2.210	(319)
Acréscimo (decréscimo) de passivos:				
Fornecedores	(1.025)	18.258	(5.533)	24.530
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(13.073)	(4.092)	(12.393)	(4.198)
Tributos a recolher	806	(3.909)	(1.938)	(3.146)
Parcelamento de tributos	(3.868)	3.523	(7.064)	(9.953)
Adiantamentos de clientes	(3)	(1.555)	(2.873)	(116)
Outros passivos	7.701	1.003	8.691	1.437
Caixa gerado pelas atividades operacionais	99.487	182.321	110.064	188.433
Pagamentos de juros d/emprést.e financiamentos	(7.033)	(5.114)	(7.640)	(8.687)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(5.207)	(3.667)	(6.816)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	92.454	172.000	98.757	172.930
Atividades de investimento				
Adições de imobilizado	(138.137)	(66.642)	(144.083)	(74.359)
Adições de intangível	(1.159)	(695)	(1.154)	(695)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-	-	285
Recebimento de contas a receber pela venda de investimentos	767	1.479	767	1.479
Caixa líquido gerado p/ aquisição de controlada	-	-	-	250
Pagamento da aquisição da controlada	(2.285)	(13.076)	(2.285)	(13.076)
Aumento de capital social em controlada	(4.000)	-	-	-
Adiantamento p/aumento de capital em controlada	(12.980)	(22.685)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	13.217	(987)	11.252	(1.147)
Dividendos recebidos	1.248	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investim.	(143.329)	(102.606)	(135.503)	(87.263)
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	81.463	31.247	81.463	32.247
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(27.916)	(13.453)	(33.654)	(26.112)
Pagamento de passivo de arrendamento	(703)	(495)	(2.405)	(3.005)
Dividendos pagos	(43.182)	(36.952)	(43.182)	(36.952)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	9.662	(19.653)	2.222	(33.822)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	(41.213)	49.741	(34.524)	51.845
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	110.583	60.842	114.352	62.507
No final do exercicio	69.370	110.583	79.828	114.352
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	(41.213)	49.741	(34.524)	51.845

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 – (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital: Incentivos Fiscais	Reservas de Capital: Reserva de ágio nas transações de capital	Reservas de Lucros: Incentivos Fiscais	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Subtotal	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	198.394	644	3.877	408.279	39.679	110.940	-	761.813	685	762.498
Dividendos distribuídos de lucros retidos	-	-	-	-	-	(31.335)	-	(31.335)	-	(31.335)
Ajustes de exerc. anteriores em controlada	-	-	-	-	-	(4.707)	-	(4.707)	-	(4.707)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	110.875	110.875	156	111.031
Destinação do lucro:										
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	81.004	-	-	(81.004)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(7.468)	(7.468)	-	(7.468)
Retenções de lucros	-	-	-	-	-	22.403	(22.403)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(167)	(167)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	198.394	644	3.877	489.283	39.679	97.301	-	829.178	674	829.852
Dividendos distribuídos de lucros retidos	-	-	-	-	-	(40.917)	-	(40.917)	-	(40.917)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	97.368	97.368	277	97.645
Destinação do lucro:										
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	86.939	-	-	(86.939)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(2.607)	(2.607)	-	(2.607)
Retenções de lucros	-	-	-	-	-	7.822	(7.822)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(67)	(67)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	198.394	644	3.877	576.222	39.679	64.206	-	883.022	884	883.906

Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com os dispositivos contidos na Lei nº 6.404/76, e demais procedimentos estabelecidos na legislação em vigor. As notas explicativas da administração, a demonstração do resultado abrangente e o relatório dos Auditores Independentes, encontram-se à disposição na sede da companhia.

Paulista/PE, 31 de dezembro de 2024.

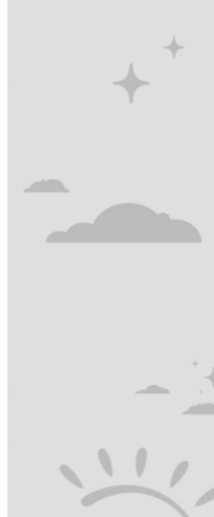
Diretoria:

Hisbello de Andrade Lima Neto
Diretor Superintendente

Osvaldo Scalzo Júnior
Diretor Executivo

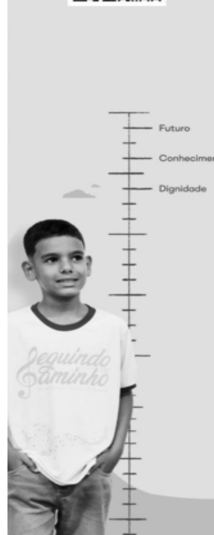
Contador:
Marcelo Gustavo Valença Correa de Araújo - CRC/PE 016955/O

VOCÊ APOIA, AS OPORTUNIDADES CRESCEM.



MOVIMENTO PRÓ CRIANÇA
ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE
30 ANOS







Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250328

Carteira de estudante vale até dia 31/3

Este ano, a Carteira de Identificação do Estudante será totalmente digital, com QR Code, e já pode ser solicitada também pela internet

Estudantes de escolas públicas e privadas da Região Metropolitana do Recife (RMR) devem ficar atentos ao vencimento da Carteira de Identificação Estudantil (CIE) 2024. Isso porque a validade do documento termina na próxima segunda-feira (31) e a nova carteira poderá demorar alguns dias. Para 2025, a novidade é que a CIE será 100% digital, visando reduzir o uso de plásticos e aumentar a segurança por meio da validação via QR Code. A nova versão da CIE está disponível por meio do aplicativo CIE PE, compatível com iOS e Android, além de poder ser gerada também em PDF, caso o estudante precise da versão física.

O Consórcio de Transporte Metropolitano (CTM) já disponibilizou o sistema para solicitação da CIE 2025. Para realizar o pedido, os alunos devem acessar o site https://estudante.ciepe.com.br ou www.granderecife.pe.gov.br, preencher os dados e aguardar a validação pela escola. Após validação, um boleto no valor de R$ 18,20 será gerado. Após o pagamento, o estudante poderá baixar sua nova CIE digital em até 72 horas.

O processo de solicitação é simples, mas exige que os dados estejam corretos e validados pela instituição de ensino. Caso haja qualquer erro ou inconsistencia nas informações, o aluno deve procurar a secretaria da escola para as devidas correções.

AGILIDADE

Uma das vantagens da versão digital é a agilidade no processo de entrega: enquanto antes o prazo médio para o recebimento da CIE era de até 40 dias, agora o estudante poderá ter acesso ao documento em até três dias úteis.

De acordo com o diretor-presidente do CTM, Matheus Freitas, a versão digital da CIE representa um avanço significativo, tanto na redução da burocracia quanto na segurança do documento. "Agora, os alunos terão acesso à CIE em até 72 horas e sem custos adicionais, como a taxa para 2ª via".

[PUBLICIDADELEGAL Classilíder (81) 2122 7892

PUBLIQUE O BALANÇO DA SUA EMPRESA NO DIARIO DE PERNAMBUCO.

VEICULAÇÃO LEGAL CERTIFICADA NO IMPRESSO E NO DIGITAL, COM MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO!

Solicite uma proposta comercial:

81 2122.7892

depto.comercial@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br

DIARIOdePERNAMBUCO



Raymundo da Fonte Administração S/A

CNPJ nº 24.125.510/0001-53

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2024. Permanecemos à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. Paulista (PE), 27 de março de 2025. **Hisbello de Andrade Lima Neto** - Diretor.

Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 – (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1	202	81.172	116.650
Títulos e valores mobiliários	-	-	4.620	4.167
Contas a receber	-	-	226.276	231.413
Estoques	-	-	236.016	189.094
Tributos a recuperar	5	5	69.052	105.758
Dividendos a receber	29.690	27.819	-	-
Adiantamentos diversos	-	-	17.928	10.376
Contas a receber por alienação de investimentos	-	-	1.478	1.478
Outros créditos	464	424	3.233	3.806
	30.160	28.451	639.775	662.743
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários	-	-	26.729	37.258
Partes relacionadas	81	74	-	-
Tributos a recuperar	-	-	6.035	2.588
Depósitos judiciais	-	-	39.644	12.557
Contas a receber por alienação de investimentos	-	-	4.199	4.966
Outros créditos	-	-	3.622	2.854
Investimentos	880.787	829.586	-	-
Propriedade para investimento	-	-	10.074	10.321
Direito de uso	-	-	5.906	8.801
Imobilizado	-	-	547.416	436.882
Intangível	-	-	39.690	39.906
	880.868	829.660	683.315	556.133
Total do Ativo	911.028	858.111	1.323.090	1.218.876

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Fornecedores	32	30	133.675	130.481
Empréstimos e financiamentos	-	-	17.898	33.606
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	103	117	26.727	39.106
Tributos a recolher	-	-	12.836	14.774
Parcelamento de tributos	-	-	2.006	4.111
Dividendos propostos e a pagar	26.998	25.313	28.564	27.109
Adiantamentos de clientes	-	-	368	2.145
Obrigações por arrendamentos	-	-	966	1.835
Contas a pagar pela aquisição de invest.	-	-	5.356	-
Outras obrigações	-	-	8.025	4.399
	27.133	25.460	236.420	257.566
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	121.193	56.769
Partes relacionadas	510	510	-	-
Parcelamento de tributos	-	-	2.917	7.875
Imp. de renda e contrib. social diferidos	-	-	18.445	18.445
Obrigações por arrendamentos	-	-	5.966	7.679
Contas a pagar p/aquisição de investim.	-	-	24.436	27.934
Provisão para contingências	-	-	16.280	2.918
Outras obrigações	-	-	9.893	3.804
	510	510	199.130	125.424
Patrimônio líquido				
Capital social	520.167	520.167	520.167	520.167
Reservas de capital	3.863	3.863	3.863	3.863
Reservas de lucros	359.355	308.111	359.355	308.111
	883.385	832.141	883.385	832.141
Participação dos não controladores	-	-	4.155	3.745
Total do patrimônio líquido	883.385	832.141	887.540	835.886
Total do Passivo e Patrim. Líquido	911.028	858.111	1.323.090	1.218.876

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	-	-	1.644.054	1.578.009
Custos dos produtos e mercadorias vendidas	-	-	(1.133.954)	(1.042.714)
Lucro bruto	-	-	510.100	535.295
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(4.009)	(3.487)	(259.896)	(263.946)
Despesas comerciais	-	-	(189.783)	(169.010)
Outras receitas operacionais líquidas	-	-	18.737	11.994
Resultado da equivalência patrimonial	96.105	110.067	-	-
	92.096	106.580	(430.942)	(420.962)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	92.096	106.580	79.158	114.333
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	-	-	(40.320)	(41.110)
Receitas financeiras	-	-	68.425	42.485
	-	-	28.105	1.375
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	92.096	106.580	107.263	115.708
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	(14.809)	(6.897)
Diferido	-	-	-	(1.819)
	-	-	(14.809)	(8.716)
Lucro líquido do exercício	92.096	106.580	92.454	106.992
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores			92.096	106.580
Acionistas não controladores			358	412
Lucro líquido do exercício			92.454	106.992

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 – (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Atividades operacionais	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	92.096	106.580	107.263	115.708
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa:				
Juros sobre emprést.e financiamentos	-	-	8.547	7.452
Juros sobre arrendamentos	-	-	524	801
Juros crédito extemporâneos	-	-	(17.625)	-
Juros sobre obrigação por aquisição	-	-	4.142	2.934
Depreciação e amortização	-	-	30.132	35.043
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	(1.174)	(207)
Provisão para perdas esperadas com créditos	-	-	571	(75)
Provisão para particip. nos resultados	-	-	-	14.963
Princ.d/créditos fiscais extemporâneos	-	-	(14.449)	-
Resultado da equivalência patrimonial	(96.105)	(110.067)	-	-
Adiantamentos de clientes sem expectativa de realização	-	-	-	(798)
Baixa por perdas c/depósitos judiciais	-	-	-	2.101
Provisão para contingências	-	-	13.362	284
Receita de subvenção governamental	-	-	(419)	(419)
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	(5.731)
Amortização da mais valia	-	-	2.421	1.962
Valor residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	4.145	5.635
	(4.009)	(3.487)	137.440	179.653
(Acréscimo) decréscimo de ativos:				
Contas a receber	-	-	4.566	9.822
Estoques	-	-	(46.922)	(19.928)
Tributos a recuperar	-	-	50.524	11.147
Adiantamentos diversos	-	-	(7.552)	5.984
Partes relacionadas	(7)	(13)	-	-
Depósitos judiciais	-	-	(27.087)	(4.368)
Outros ativos	(40)	42	(143)	1.501
Acréscimo (decréscimo) de passivos:				
Fornecedores	2	25	3.194	15.774
Obrigações trabalh.e previdenciárias	(13)	39	(12.379)	(4.143)
Tributos a recolher	-	-	1.729	(3.148)
Parcelamento de tributos	-	-	(7.063)	(9.954)
Adiantamentos de clientes	-	-	(1.777)	(1.228)
Outros passivos	(2)	(3)	9.867	(578)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(4.069)	(3.396)	104.397	180.534
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(7.640)	(8.687)
Imp. de renda e contrib.social pagos	-	-	(3.667)	(6.897)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(4.069)	(3.396)	93.090	164.950
Atividades de investimento				
Adições de imobilizado	-	-	(144.088)	(74.488)
Adições de intangível	-	-	(1.154)	(695)
Aquisição de propriedade p/investim.	-	-	-	285
Caixa recebido na venda de investim.	-	-	767	1.479
Caixa líquido gerado pela aquisição	-	-	-	250
Pagamento d/aquisição de controlada	-	-	(2.284)	(13.076)
Aplic. em títulos e valores mobiliários	-	-	-	(1.147)
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	-	11.250	-
Dividendos recebidos	43.035	35.518	-	-
Caixa líqu.gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	43.035	35.518	(135.509)	(87.392)
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	-	-	81.463	32.247
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(33.654)	(26.112)
Pagamento do passivo d/arrendamento	-	-	(1.701)	(3.004)
Dividendos pagos	(39.167)	(28.921)	(39.167)	(28.921)
Aumento de capital em controlada	-	(3.000)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(39.167)	(31.921)	6.941	(25.790)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	(201)	201	(35.478)	51.768
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	202	1	116.650	64.882
No final do exercício	1	202	81.172	116.650
Decréscimo no caixa e equivalentes de caixa	(201)	201	(35.478)	51.768

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total	Participação dos não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	520.167	3.863	15.915	226.565	-	766.510	3.503	770.013
Dividendos distribuídos de lucros retidos	-	-	-	(10.889)	-	(10.889)	-	(10.889)
Ajustes de exercs. anteriores em controlada	-	-	-	(4.747)	-	(4.747)	-	(4.747)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	106.580	106.580	412	106.992
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	-	5.329	-	(5.329)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(25.313)	(25.313)	-	(25.313)
Retenções de lucros	-	-	-	75.938	(75.938)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	(170)	(170)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	520.167	3.863	21.244	286.867	-	832.141	3.745	835.886
Dividendos distribuídos de lucros retidos	-	-	-	(18.979)	-	(18.979)	-	(18.979)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	92.096	92.096	358	92.454
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	-	4.605	-	(4.605)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(21.873)	(21.873)	-	(21.873)
Retenção de lucros	-	-	-	65.618	(65.618)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	52	52
Saldos em 31 de dezembro de 2024	520.167	3.863	25.849	333.506	-	883.385	4.155	887.540

Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com os dispositivos contidos na Lei nº 6.404/76, e demais procedimentos estabelecidos na legislação em vigor. As notas explicativas da administração, a demonstração do resultado abrangente e o relatório dos Auditores Independentes, encontram-se à disposição na sede da companhia.

Paulista/PE, 31 de dezembro de 2024.

Diretoria:
Hisbello de Andrade Lima Neto
Mônica Maria Andrade Lima da Fonte Freire
Contador:
Marcelo Gustavo Valença Correa de Araújo
CRC/PE 016955/O-9



Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250328

Presas 21 pessoas ligadas à briga entre as organizadas

Uma operação da Polícia Civil de Pernambuco levou à prisão alguns dos envolvidos no tumulto ocorrido antes do jogo Sport X Santa Cruz em fevereiro


DIVULGAÇÃO/ PCPE

Os 18 envolvidos maiores de idade foram para o Cotel

MARÍLIA PARENTE

Doze integrantes da Torcida Jovem do Leão, a principal organizada do Sport, e nove componentes da Explosão Inferno Coral, do Santa Cruz, foram presos pelos confrontos registrados entre as torcidas no dia 1º de fevereiro, antes do Clássico das Multidões. As prisões ocorreram no âmbito da Operação Contra Pista, deflagrada ontem, e foram efetuadas nas cidades de Jaboatão dos Guararapes, Vitória de Santo Antão, Olinda, Ipojuca, Paulista e Igarassu. Um dos envolvidos foi capturado em Fortaleza, capital do Ceará.

Ao todo, a operação, vinculada ao Comando de Operações e Recursos Especiais (Core) cumpriu 42 mandados de prisão, 24 mandados de busca e apreensão domiciliar, três de internação provisória de menores, além do sequestro de bens. As informações foram confirmadas pelo delegado Raul Junges, titular da Delegacia de Polícia de Repressão à Intolerância Esportiva (DPRIE), durante coletiva de imprensa realizada na sede da Secretaria de Defesa Social (SDS).

"As imagens enviadas pela população foram fundamentais no processo de investigação e a gente agradece a todos que estão nos ajudando. Quem tiver quaisquer informações que possam nos ajudar, pode entrar em contato conosco pelas redes sociais e pelos telefones da Polícia Civil. Até o momento, já foram 45 pessoas e quatro veículos identificados", destacou Junges.

FUGA

Segundo o delegado, a polícia trabalha com a informação de que alguns alvos da operação fugiram para outros estados do país, a exemplo do homem detido em Fortaleza. "Esse indivíduo que estava causando tumulto aqui também praticou atos de violência lá". De acordo com Junges, um dos três envolvidos no estupro do presidente da Torcida Jovem do Leão, João Victor Soares da Silva, já foi preso. "Um segundo homem já foi identificado e estamos trabalhando na identificação do terceiro", afirma.

Os indivíduos presos pela operação foram encaminhados ao Centro de Observação Criminológica e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel) e estão à disposição da Justiça. Já os três adolescentes apreendidos estão na Unidade de Atendimento Inicial (Uniai), subordinada à Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco (Funase).

[CURTA

PESQUISA

Governo tem rejeição de 54% do país

A pesquisa Pulso Brasil do Instituto de Pesquisas Sociais, Politicas e Econômicas (Ipespe) divulgada ontem mostra que 54% dos brasileiros desaprovam o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Enquanto isso, 41% aprovam o terceiro mandato do petista. Já 5% não sabiam ou não respondeu. A única região com aprovação superior a desaprovação é o nordeste, onde o PT não perde uma eleição desde 2002, com 50% de aprovação e 45% de reprovação. Já o pior desempenho é na região sul, com 62% de rejeição. **(Estadão Conteúdo)**

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MORENO**, comunica aos interessados a abertura do Processo Licitatório Nº 001/2025 – Pregão Eletrônico Nº 001/2025 – Objeto: Aquisição parcelada de combustíveis (Gasolina Comum e Diesel S-10) a fim de atender as necessidades dos Servidores/Parlamentares da Câmara de Vereadores do Moreno, nos deslocamentos a serviço desta casa Legislativa. No valor estimado de: R$ 328.991,68 (trezentos e vinte e oito mil novecentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos). Edital e Anexos: Podem ser obtidos a partir das 08h00 do dia 28 de março de 2025 no site www.bnc.org,br, e ou presencialmente no endereço: Av. Dr. Sofrônio Portela, 3665 – Centro Moreno-PE (Prédio Sede da Câmara). Data da sessão pública: 10 de abril de 2025 às 09h00 (horário de Brasília - DF). Demais informações podem ser obtidas presencialmente na CPL no endereço supracitado ou pelo e-mail: cpl@moreno.pe.leg.br, e através do telefone (81) 3535-2649, no horário das 08h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira.

Moreno-PE, 28 de março de 2025.
Alexandre Ferreira Garcia da Silva
Agente de contratação/Pregoeiro



AVISO DE LEILÃO

A EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO, inscrita no CNPJ 00.352.294/0160-33, situada na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 6211, Imbiribeira, Recife/PE, torna público que fará realizar licitação na modalidade de LEILÃO, tipo MAIOR LANCE, para venda de bens móveis inservíveis, a ser realizado exclusivamente na modalidade eletrônica ON-LINE, na rede mundial de computadores, pelo endereço eletrônico do site do Leiloeiro Oficial designado (http://www.serpaleiloes.com.br), com data do pregão dia 16 de abril de 2025 às 10:00 horas, tendo como leiloeiro oficial o **Sr. Magnun Luiz Serpa,** matrícula JUCESC AARC/356.

OBJETO: veículos, mobiliários, máquinas, equipamentos e bens de consumo inservíveis

Edital e informações no site www.serpaleiloes.com.br, telefone (47) 3426-1464 / 99645-9876.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAQUITINGA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2025 Processo Nº: 007/2025. SRP. Compra. Tipo menor preço. Licitação exclusiva para ME/EPP, Registro de preço com validade de 12 (doze) meses para a Contratação de empresa(s) para fornecimento de fórmulas nutricionais e especiais disponibilizadas pela secretaria de saúde do município de Itaquitinga- PE. Valor: R$ 69.120,00 (sessenta e nove mil, cento e vinte reais).Abertura da sessão pública: 9:00 horas do dia 11 de abril de 2025. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. No site www.comprasnet.gov.br. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: https://transparencia.itaquitinga.pe.gov.br/portal/v81/indexent/indexent.php?entidade=383&idoc=lic. www.gov.br/pncp, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis.

Itaquitinga, 27 de março de 2025
LÚCIO FERNANDO DE ARAUJO AGUIAR
Pregoeiro Oficial.(*)(**)

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2025 - OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de coordenação e suporte técnico direcionados à infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC), segundo especificações técnicas constantes dos estudos técnicos preliminares e termo de referência, para atendimento das demandas do Instituto de Previdência Social do Município do Paulista (PREVIPAULISTA). Critério de julgamento: Menor preço global, Valor estimado: R$ 140.427,00. Vigência: 12 (doze) meses. Data, hora e local da sessão: 15/04/2025 às 10h00 (horário local) no sítio eletrônico: https://bllcompras.com/Home/Login. Impugnações e esclarecimentos diretamente no sítio. Demais informações: (81) 98875-8610 das 08h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira, ou através do e-mail: licitacaoprevipaulista@gmail.com.

Paulista/PE, 26/03/2025
Vanessa Georgia de Oliveira - Apoio.

FUNDO MUNICIPAL DE SÁUDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 008/2025. Pregão Eletrônico nº 005/2025. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão da frota de veículos automotores do Fundo Municipal de Saúde de Jaqueira/PE, mediante operação de sistema informatizado via internet, por meio de rede de estabelecimentos previamente credenciados, situados em um raio de até 150 km (cento e cinquenta quilômetros) da sede do município, para a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, acessórios, lubrificantes, bem como a realização de serviços de mecânica, elétrica geral, funilaria, suspensão, pintura, arcondicionado, reboque, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, retífica, lavagem, borracharia, recapa de pneus, alinhamento, balanceamento e serviços de chaveiro, conforme detalhamentos e especificações definidas no Termo de Referência, com previsão de execução pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses. **Valor estimado:** R$ 1.280.407,20, sobre o qual incidirá a taxa de administração, limitada a 10%, resultando no valor global estimado de até **R$ 1.408.447,92** para os 36 meses. Data para cadastro da proposta: **a partir do dia 28/03/2025 até às 09h:30min do dia 10/04/2025.** Abertura da Sessão de lances: **10/04/2025 às 10h:00min** (horário de Brasília), site www.bnc.org.br. Edital no site www.bnc.org.br, no site https://www.jaqueira.pe.gov.br/, e no Portal Nacional de Contratações Públicas. Outras informações podem ser obtidas através do fone/fax (81) 3689-1583/1585, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira, ou, ainda, através do email cplsaudejaqueira@gmail.com.

Jaqueira (PE), 28 de março de 2025.
LUIZ FREIRE DE SANTANA NETO
Agente de Contratação | Pregoeiro.

A HORA DO MUÇÃO
Seg. a sex. às 17h
RAPAI DEIXE DE FULERAGI E VÁ OUVIR MEU PROGRAMA!
Só AQUI!




Hora do Brasileirão

De volta à elite após três anos, o Sport abriu o cofre para fazer bom papel na Série A Nacional; estreia será neste sábado (29) , contra o São Paulo


PAULO PAIVA/SCR

MARCOS LEANDRO

Após três temporadas longe da elite do futebol nacional, Pernambuco está de volta à Série A do Campeonato Brasileiro. O Sport, assim como Santos, Ceará e Mirassol, são as quatro novidades em 2025. Para o quarteto e para as demais 16 equipes, a bola começa a rolar neste final de semana, com a abertura da competição. O Leão já tem logo de cara uma pedreira: o São Paulo, no Morumbis, às 18h30 deste sábado (29). Veja a tabela do Sport e outros números na página ao lado.

O rubro-negro volta à Primeira Divisão englobando o bloco nordestino, que pela primeira vez tem cinco representantes, com a presença de Bahia, Vitória, Fortaleza e Ceará, além do Sport. A região com maior representatividade segue sendo a Sudeste, com os paulistas Palmeiras, Corinthians, Santos, São Paulo, Bragantino e Mirassol; os quatro grandes do Rio (Flamengo, Botafogo, Fluminense e Vasco); além dos mineiros Atlético e Cruzeiro. A região Sul tem os gaúchos Internacional, Grêmio e Juventude.

O Brasileirão deste ano promete muita dificuldade para o Sport, que vai enfrentar times com orçamentos milionários. A janela de transferências do futebol brasileiro de 2025 entrou para a história como a mais cara de todos os tempos, com mais de R$ 1,739 bilhão de investimento. Palmeiras (R$ 417 milhões), Botafogo (R$ 384 milhões) e Atlético-MG (R$ 144 milhões) formam o top 3 em valores gastos em contratações.

Para tentar se manter entre os 20 principais times do país e,



quem sabe, beliscar uma competição internacional, o Leão também abriu o cofre. O Sport encerrou a janela como o nono time que mais gastou, com um total de R$ 57,5 milhões aplicados em 15 contratações.

Entre os nomes, destacam-se os atletas Christian Rivera, volante colombiano, por R$ 17,10 milhões, vindo do Tijuana, do México; Carlos Alberto, atacante brasileiro que veio do Botafogo por R$ 15 milhões; e Rodrigo Atencio, meia-atacante contratado por R$ 12 milhões junto ao Independiente da Argentina. Essas aquisições representam as três maiores da história do Sport.

Sport encerrou a janela de transferências como nono time que mais gastou, com um total de R$ 57,5 mi em contratações no elenco

Em entrevista ontem a Beto Lago, colunista do Diario de Pernambuco, o vice-presidente do Sport, Raphael Campos, defendeu as contratações, apesar de reconhecer que o elenco pode render mais. “Montamos um excelente elenco, que tem desafios, pois mudamos mais de 50% do elenco do ano passado. O desafio é transformar esse elenco em grupo, depois transformar esse grupo em time”, afirmou o dirigente.

A missão de conduzir essa transformação está nas mãos do técnico português Pepa, um dos nove estrangeiros que começam o Brasileirão.

Neymar é o alvo maior dos holofotes

CAIO ANTUNES

Com a presença do Sport, a Série A de 2025 começa com grandes expectativas nas disputas e a presença de estrelas de nível internacional em diversos times. A principal atração e alvo dos holofotes na competição será Neymar. O craque brasileiro retornou ao Santos nesta temporada e voltará a atuar na competição nacional após 12 anos longe. Neymar é a grande esperança santista para um ano de êxito no retorno à elite nacional, porém o contrato do atacante vai até o mês de junho, com possibilidade de prorrogação até 2026.

Porém, Neymar terá “concorrência“. O Corinthians, por exemplo, contará com a estrela holandesa Memphis Depay. O atacante irá disputar seu segundo Campeonato Brasileiro. O São Paulo, adversário do Sport na estreia, também contará com jogadores de peso. Além do ídolo Lucas Moura, o clube ganhou o reforço de Oscar, que retorna ao futebol brasileiro após longo período no futebol internacional. Ainda no futebol paulista, o Palmeiras também se reforçou com Vitor Roque e Paulinho, por exemplo, além de Estevão, já vendido ao Chelsea. O Flamengo chega para o Campeonato mais uma vez com diferentes estrelas, como os jogadores de seleção Gerson e Arrascaeta. O Fluminense conta com a presença do ídolo e capitão Thiago Silva, já o Vasco deposita as fichas mais uma vez na estrela Philippe Coutinho.

RAUL BARETTA/ SANTOS FC


Craque do Santos tem contrato até junho deste ano

CESAR GRECO/PALMEIRAS


Com R$ 417 milhões, Palmeiras foi o time que mais gastou

RAFAEL VIEIRA/DP FOTO


Pepa é um dos nove técnicos estrangeiros nos 20 times

Títulos



- **Palmeiras**
12 (1960, 1967, 1967, 1969, 1972, 1973, 1993, 1994, 2016, 2018, 2022 e 2023)
- **Santos**
8 (1961, 1962, 1963 , 1964 , 1965, 1968, 2002 e 2004)
- **Flamengo**
7 (1980, 1982, 1983, 1992, 2009, 2019 e 2020)
- **Corinthians**
7 (1990, 1998, 1999, 2005, 2011, 2015 e 2017)
- **São Paulo**
6 (1977, 1986, 1991, 2006, 2007 e 2008)
- **Cruzeiro**
4 (1966, 2003, 2013 e 2014)
- **Fluminense**
4 (1970, 1984, 2010 e 2012)
- **Vasco**
4 (1974, 1989, 1997 e 2000)
- **Atlético-MG**
3 (1937, 1971 e 2021)
- **Internacional**
3 (1975, 1976 e 1979)
- **Botafogo**
3 (1968, 1995 e 2024)
- **Bahia**
2 (1959 e 1988)
- **Grêmio**
2 (1981 e 1996)
- **Guarani**
1 (1978)
- **Coritiba**
1 (1985)
- **Sport**
1 (1987)
- **Athletico-PR**
1 (2001)

Divisão geográfica



Região Sudeste
- **São Paulo:** 6 (Palmeiras, Corinthians, Santos, São Paulo, Bragantino e Mirassol)
- **Rio de Janeiro:** 4 (Flamengo, Botafogo, Fluminense e Vasco)
- **Minas Gerais:** 2 (Atlético e Cruzeiro)

Região Nordeste:
- **Bahia:** 2 (Vitória e Bahia)
- **Ceará:** 2 (Fortaleza e Ceará)
- **Pernambuco:** 1 (Sport)

Região Sul
- **Rio Grande do Sul:** 3 (Internacional, Grêmio e Juventude)

Técnicos

Palmeiras: Abel Ferreira (POR)
Corinthians: Ramon Diaz (ARG)
Santos: Pedro Caixinha (POR)
São Paulo: Luis Zulbedía (ARG)
Bragantino: Fernando Seabra
Mirassol: Rafael Guanaes
Flamengo: Filipe Luís
Botafogo: Renato Paiva (POR)
Fluminense: Mano Menezes
Vasco: Fábio Carille
Grêmio: Gustavo Quintero (BOL)
Internacional: Roger Machado
Juventude: Fábio Matias
Atlético-MG: Cuca
Cruzeiro: Leonardo Jardim (POR)
Sport: Pepa (POR)
Fortaleza: Juan P. Vojvoda (ARG)
Ceará: Leo Condé
Bahia: Rogério Ceni
Vitória: Thiago Carpini

Times que mais gastaram em 2025

Time	Reforços	Valores gastos divulgados (em milhões de reais)
Palmeiras	6	417,515
Botafogo	9	384,791
Atlético-MG	8	144,575
Santos	12	131,232
Bahia	9	113,600
Fluminense	10	99,200
Cruzeiro	11	83,600
Grêmio	9	77,196
Sport	**15**	**57,500**
Bragantino	7	57,000
Vasco	8	45,223
Internacional	8	40,200
Flamengo	2	31,200
Corinthians	1	24,000
Vitória	16	20,400
Fortaleza	6	9,200
Ceará	17	2,600
Juventude	12	-
Mirassol	13	-
São Paulo	4	-

Fonte: Gato Mestre GE

Confira os jogos do Sport

1º TURNO:



1ª rodada:
São Paulo x **Sport**
29/03 (sáb)
2ª rodada:
Sport x Palmeiras
05/04 (sáb), 06/04 (dom) ou 07/04 (seg)
3ª rodada:
Vasco x **Sport**
12/04 (sáb), 13/04 (dom) ou 14/04 (seg)
4ª rodada:
Sport x Bragantino
16/04 (qua) ou 17/04 (qui)
5ª rodada:
Corinthians x **Sport**
19/04 (sáb), 20/04 (dom) ou 21/04 (seg)
6ª rodada:
Sport x Fortaleza
26/04 (sáb), 27/04 (dom) ou 28/04 (seg)
7ª rodada:
Fluminense x **Sport**
03/05 (sáb), 04/05 (dom) ou 05/05 (seg)
8ª rodada:
Sport x Cruzeiro
10/05 (sáb), 11/05 (dom) ou 12/05 (seg)
9ª rodada:
Ceará x **Sport**
17/05 (sáb), 18/05 (dom) ou 19/05 (seg)
10ª rodada:
Sport x Internacional
24/05 (sáb), 25/05 (dom) ou 26/05 (seg)
11ª rodada:
Mirassol x **Sport**
30/05 (sáb), 01/06 (dom) ou 02/06 (seg)
12ª rodada:
Sport x Flamengo
11/06 (qua) ou 12/06 (qui)

Pausa para o mundial de clubes

13ª rodada:
Juventude x **Sport**
12/07 (sáb), 13/07 (dom) ou 14/07 (seg)
14ª rodada:
Atlético-MG x **Sport**
16/07 (qua) ou 17/07 (qui)
15ª rodada:
Sport x Botafogo
19/07 (sáb), 20/07 (dom) ou 21/07 (seg)
16ª rodada:
Vitória x **Sport**
23/07 (qua) ou 24/07 (qui)
17ª rodada:
Sport x Santos
26/07 (sáb), 27/07 (dom) ou 28/07 (seg)
18ª rodada:
Sport x Bahia
02/08 (sáb), 03/08 (dom) ou 04/08 (seg)
19ª rodada:
Grêmio x **Sport**
9/08 (sáb), 10/08 (dom) ou 11/08 (seg)

2º TURNO:

20ª rodada:
Sport x São Paulo
6/08 (sáb), 17/08 (dom) ou 18/08 (seg)
21ª rodada:
Palmeiras x **Sport**
23/08 (sáb), 24/08 (dom) ou 25/08 (seg)
22ª rodada:
Sport x Vasco
30/08 (sáb), 31/08 (dom) ou 01/09 (seg)
23ª rodada:
RB Bragantino x **Sport**
13/09 (sáb), 14/09 (dom) ou 15/09 (seg)
24ª rodada:
Sport x Corinthians
20/09 (sáb), 21/09 (dom) ou 22/09 (seg)
25ª rodada:
Fortaleza x **Sport**
27/09 (sáb), 28/09 (dom) ou 29/09 (seg)
26ª rodada:
Sport x Fluminense
01/10 (qua) ou 02/10 (qui)
27ª rodada:
Cruzeiro x **Sport**
16/10 (qua) ou 17/10 (qui)
28ª rodada:
Sport x Ceará
25/10 (sáb), 26/10 (dom) ou 27/10 (seg)
29ª rodada:
Internacional x **Sport**
05/11 (qua) ou 06/11 (qui)
30ª rodada:
Sport x Mirassol
19/11 (qua) ou 20/11 (qui)
31ª rodada:
Flamengo x **Sport**
22/11 (sáb), 23/11 (dom) ou 24/11 (seg)
32ª rodada:
Sport x Juventude
29/11 (sáb), 30/11 (dom) ou 01/12 (seg)
33ª rodada:
Sport x Atlético-MG
03/12 (qua) ou 04/12 (qui)
34ª rodada:
Botafogo x **Sport**
06/12 (sáb), 07/12 (dom) ou 08/12 (seg)
35ª rodada:
Sport x Vitória
10/12 (qua) ou 11/12 (qui)
36ª rodada:
Santos x **Sport**
13/12 (sáb), 14/12 (dom) ou 15/12 (seg)
37ª rodada:
Bahia x **Sport**
17/12 (qua) ou 18/12 (qui)
38ª rodada:
Sport x Grêmio
21/12 (dom)





por Beto Lago

Diario esportivo

betolagoipojuca@gmail.com

Dia D na CBF

Hoje, a sede da CBF, no Rio, será palco de uma reunião decisiva entre o presidente Ednaldo Rodrigues, o técnico Dorival Júnior e o diretor de seleções, Rodrigo Caetano. Encontro que muitos consideram um verdadeiro "Dia D", definindo não apenas o futuro do treinador, mas também a direção da Seleção Brasileira em um momento crítico, após humilhante duelo contra a Argentina. Alguns especulam que a reunião pode resultar na saída de Dorival Júnior. Outros acreditam que o dirigente pretende ouvir uma avaliação sincera da dupla. O clima de tensão é palpável, com membros da CBF já sondando possíveis substitutos, aqui e lá fora, para o cargo de treinador. A insatisfação crescente entre os torcedores e a necessidade de um direcionamento claro tornam essa reunião ainda mais urgente. Se a CBF decidir manter Dorival Júnior, terá que ter "casca dura" para enfrentar as críticas intensas que se acumulam. Caso optem pela mudança, é imprescindível que um novo nome seja anunciado rapidamente, uma vez que o tempo é um fator crucial na preparação para a próxima Copa do Mundo. No cenário atual, a escolha de um novo treinador levanta questões interessantes. Embora nomes de fora tenham sido mencionados nas conversas, a ideia de um técnico brasileiro assumindo a Seleção parece arriscada neste momento. Filipe Luís, que vem realizando um excelente trabalho no Flamengo, seria um nome a ser considerado, mas sua inexperiência em um cargo tão alto pode ser uma desvantagem. Se eu fosse apostar, iria em um técnico estrangeiro. Carlo Ancelotti, Abel Ferreira e Jorge Jesus estão bem cotados na bolsa de aposta. Jürgen Klopp, hoje chefe de futebol da Red Bull, seria meu voto. Só espero que a reunião possa corrigir todos os problemas e colocar o nosso barco de volta no caminho para a Copa do Mundo dos Estados Unidos.

Meandros políticos

Uma dúvida: um treinador estrangeiro estaria preparado para enfrentar o complexo ambiente, e muitas vezes político, da CBF? A escolha de jogadores para a Seleção, influenciada por interesses empresariais e relações pessoais, pode ser um obstáculo para qualquer treinador. Trabalho em clube é diferente de Seleção. Será que eles se adaptariam a tudo isso?

Pouco interesse

Dos 300 membros do Conselho do Náutico, apenas dois conselheiros compareceram pessoalmente para analisar a proposta vinculante do Consórcio Timbu. A baixa adesão, com apenas dez conselheiros enviando questionamentos, levanta preocupações.

Propostas inegociáveis

Entre os questionamentos destacam-se pontos considerados inegociáveis, como a correção monetária do investimento, esclarecimentos sobre a distribuição anual do capital e a exigência de idoneidade financeira do consórcio. Os conselheiros também exigem garantias de que não haverá cessão de patrimônio e que qualquer disputa será resolvida no Recife. Além disso, há a demanda de que o investimento dobre na Série B.

Santa inicia a faxina geral no elenco tricolor

Após as saídas de Rafinha e Everton Felipe, ontem a direção anunciou a rescisão com Douglas Skilo. A ideia de Itamar Schülle é enxugar o grupo coral

GABRIEL FARIAS e PAULO MOTA

O Santa Cruz acertou a rescisão contratual com o atacante Douglas Skilo, de 30 anos. O anúncio aconteceu ontem à noite, através de comunicado divulgado pelo clube. Essa é a terceira saída no clube coral antes do início da Série D do Campeonato Brasileiro. O meia Rafinha e o atacante Everton Felipe foram os primeiros a deixar o Tricolor.

Com a camisa do Santa Cruz, Douglas Skilo acumulou 10 jogos e marcou um gol na atual temporada. O jogador balançou as redes no Clássico das Multidões contra o Sport, disputado na primeira fase do Campeonato Pernambucano, em vitória da Cobra Coral por 1 a 0, no estádio do Arruda.

O Santa Cruz está passando por um processo de reformulação no elenco com foco na disputa da Série D deste ano. De acordo com o executivo de futebol, Harlei Menezes, até dez jogadores devem deixar o time, visando equilibrar o elenco e trabalhar com um número ideal de atletas para a competição. O treinador Itamar Schülle pretende contar com um elenco de cerca de 30 a 35 jogadores.

"Estamos pensando em um número de saídas de até uns dez jogadores, porque o elenco está grande e queremos trabalhar com o número que achamos ideal", explicou Harlei em entrevista ao GE.

Enquanto o Tricolor se desfaz de peças que não atendem às necessidades do novo projeto, também está atento ao mercado para reforçar o elenco. Já foram anunciadas quatro contratações: o zagueiro Eurico, os volantes Pedro Favela e Jonatas Paulista, além do atacante Israel Júnior. Segundo Harlei Menezes, a Cobra Coral tem mais nomes para apresentar nos próximos dias.



EVELYN VICTORIA/SANTA CRUZ

Skilo marcou gol em clássico, mas não agradou no clube

"Já tivemos a apresentação de alguns jogadores, vamos apresentar mais um e temos um outro atleta contratado, fechado com o Santa Cruz. Devemos anunciar mais quatro peças até o início da Série D", afirmou o executivo. A reformulação no elenco é vista como uma estratégia do Santa Cruz para melhorar seu desempenho na Série D. Com o objetivo de conquistar bons resultados na competição, a diretoria trabalha para criar uma equipe mais competitiva, com atletas que atendam aos planos do técnico e da comissão técnica.

Direção deve dispensar dez nomes e já contratou quatro. Clube faz amistoso amanhã, contra o ASA-AL, às 17h, em Arapiraca

AMISTOSO

O Santa Cruz vem fechando a preparação para o amistoso contra o ASA-AL, marcado para acontecer amanhã, às 17h, no Estádio Coaraçy da Mata, em Arapiraca.

LOTERIAS

MEGA-SENA	2845
10 31 40 52 54 56	

QUINA	6691
06 07 38 56 67	

LOTOFÁCIL	3353
01 03 05 07 08 12 13 14 16 17 18 20 23 24 25	

TIMEMANIA	2223
02 09 22 50 63 66 79	
TIME DO CORAÇÃO	AMERICA/MG

PUBLIQUE O BALANÇO DA SUA EMPRESA NO DIARIO DE PERNAMBUCO.

VEICULAÇÃO LEGAL CERTIFICADA NO IMPRESSO E NO DIGITAL, COM MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO!

Solicite uma proposta comercial:

81 2122.7892

depto.comercial@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br

DIARIOdePERNAMBUCO



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU-PE
UNIDADE DE CONTRATAÇÃO - SAÚDE

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA - RECONHEÇO E RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação para fins de o Credenciamento de prestador de serviço e de saúde, Pessoa Jurídica, que possua as condições necessárias à prestação de serviços especializado na área de odontologia, como Centro de Especialidades Odontológicas Tipo 3, que tenha instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados à realização de procedimentos odontológicos, atendendo aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Caruaru (PE), nas áreas: diagnóstico bucal; com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca; periodontia especializada; cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; endodontia e atendimento a portadores de necessidades especiais, com fundamento, no art. 74 inciso IV, c/c do Art 79 inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, atendendo ao disposto no parágrafo único do Art. 72, conforme constante no PROCESSO Nº 0011/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 0003/2025, CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025, que teve como empresa vencedora: ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO - ASCES., CNPJ/MF nº 09.993.940/0001-01, VALOR GLOBAL DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA R$ 53.900,00 (cinquenta e três mil reais e novecentos reais), totalizando anualmente RS 646.800,00 (seiscentos e quarenta e seis mil e oitocentos reais). A ratificação na integra encontra-se disponivel na Unidade de Contratação Saúde, localizada na Av. Vera Cruz, nº 654, 3º Andar, Bairro São Francisco, Caruaru/PE - no horário das 07h às 13h, ou pelo telefone: (81) 3101-0238 - E-mail: ucsaudecaruaru@gmail.com. Caruaru, 27 de março de 2025. Nadja Kelly Martins Menezes Farias - Secretária de Saúde – SMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU-PE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 007/2025 UC/G - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2025 UC/G - UASG 982381

Objeto Nat.: Serviço. **Objeto Descr**.: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção audiovisual institucional, incluindo roteiro, filmagem, edição e legendagem a fim de atender às necessidades da Secretaria de Comunicação – SECOM da Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC), durante o período de 12 (doze) meses. **VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: R$ 5.430.175,00. DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DA HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS: 14/04/2025 até às 09h00min (horário de Brasília).** LOCAL DA SESSÃO: PORTAL BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC (**www.bnc.org.br**). INFORMAÇÕES E EDITAL: Na plataforma do BNC, no site oficial do município (**https://avisosdelicitacoes.caruaru.pe.gov.br/**), e através de solicitação via e-mail: **ucg.caruaru@gmail.com** . Outras informações: na sala da Unidade de Contratação, localizado Centro Administrativo I, situado na Rua Professor Lourival Vila Nova, nº 118, Bairro Universitário, no horário das 08hs às 14hs. Fone: (81) 9.8384-5665.

Caruaru - PE, 27 de março de 2025
Karolaine Valentim de Souza
Agente de Contratação/Pregoeira

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO VICENTE FÉRRER/PE

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO- PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2025 - MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2025

A Gestora do Fundo Municipal de Educação de São Vicente Férrer, *considerando que o Departamento de Engenharia ao analisar as planilhas da proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº 03/2025 identificou que houve uma falha no orçamento estimativo, onde o percurso total correto da rota 08 é de 9,24 km e não 8,04 km, sendo necessário revisar todas as demais rotas e posteriormente modificar o orçamento e termo de referência do edital*, resolve **REVOGAR o Processo Licitatório n.º 06/2025**, na modalidade **Pregão Eletrônico n.º 03/2025**, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FERRER-PE A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, nos termos do art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

São Vicente Férrer, 27 de março de 2025.
MARIA DO CÉO FLORÊNCIO DE SOUZA ASSIS
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM-PE
SETOR DE CONTRATAÇÕES

PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00020/2025

Processo Nº: 00068/2025. Pregão Eletrônico Nº 00020/2025. Serviço. Tipo menor preço. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para a execução dos serviços de locação de estrutura para atender o calendário festivo de 2025 do município de Surubim-PE. Valor: R$ 3.891.250,00 Abertura da sessão pública: 10:00 horas do dia 14 de abril de 2025. Início da fase de lances: Para ocorrer nessa mesma sessão pública. No site **https://www.portaldecompraspublicas.com.br/**. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidas no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: **http://www.prefeiturasurubim.pe.gov.br/**; **www.gov.br/pncp** ou através do Fone: (81) 3634-1156, no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis.

Surubim, 27 de março de 2025.
VIVIANE SUELLEM AMORIM E SILVA
Pregoeira

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TRACUNHAÉM - PE

Aviso Licitação Pregão Eletrônico

O Fundo Municipal de Assistência Social de Tracunhaém torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, para registro de preços, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **Pregão Eletrônico Nº 002/2025.** Processo Licitatório N° 002/2025. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peixes congelados, tipo corvina, destinados à tradicional doação no período da Semana Santa às famílias em situação de vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional, ou conforme avaliação técnica da Secretaria de Assistência Social do Município de Tracunhaém – PE, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital. Valor Máximo Admitido: R$ 189.700,00 (cento e oitenta e nove mil e setecentos reais). Data da abertura da sessão pública: 10 de abril de 2025. https://licitar.digital/ 28/03/2025. **https://licitar.digital/** - Referência de Tempo: horário oficial de Brasília (DF). Horário de encerramento de recebimento das propostas: 8:00h do dia 10 de abril de 2025. **https://licitar.digital/** - Horário da disputa: 08h:00min (oito horas – horário de Brasília) do dia 10 de abril de 2025. **https://licitar.digital/** - Tempo da disputa: Definido pelo Pregoeiro no ato do certame.

Tracunhaém - PE 27 de março de 2025. Djair Batista - Agente de Contratação/Pregoeiro.

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 014, 015, 016 e 017/2025/SEDUC
ADESÃO EXTERNA/ARP nº 001, 002, 003 e 004/2025/SEDUC - EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA/PE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER – CNPJ N.º 30.382.029/0001-46.
OBJETO: É a aquisição de Kits de Materiais Escolares para fornecimento aos Estudantes da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria da Boa Vista/PE.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025/SEDUC
CONTRATADA: ALEA COMÉRCIAL LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 12.011.917/0003-32.
VALOR GLOBAL: R$ 107.833,68 (cento e sete mil oitocentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos).
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2025/SEDUC
CONTRATADA: BIGNARDI INDÚSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS E ARTEFATOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 61.192.522/0010-18.
VALOR GLOBAL: R$ 20.164,48 (vinte mil cento e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2025/SEDUC
CONTRATADA: EBSE EMPRESA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 53.531.645/0001-17.
VALOR GLOBAL: R$ 196.408,50 (cento e noventa e seis mil quatrocentos e oito reais e cinquenta centavos).
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2025/SEDUC
CONTRATADA: MASTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 18.627.195/0001-60.
VALOR GLOBAL: R$ R$ 132.090,72 (cento e trinta e dois mil noventa reais e setenta e dois centavos) por apresentarem os menores preços. **VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses.

Santa Maria da Boa Vista/PE, 27 de março de 2025. CARLOS AUGUSTO DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer

ESTADO DE PERNAMBUCO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 00033/2025. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00015/2025. Compra. Tipo maior desconto. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios automotivos, para atender as necessidades da frota de veículos pertencentes ao Município de Casinhas, durante um período de 12 (Doze) meses. Valor: R$712.272,65. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 14 de Abril de 2025. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. No site **https://www.portaldecompraspublicas.com.br/**. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 141/23; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: **http://www.prefeituracasinhas.pe.gov.br/**; **www.gov.br/pncp** ou através do Fone: (81) 36349156, no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis.

Casinhas, 27/03/2025.
Fabiano de Andrade Barbosa Oliveira.
Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 006/2025 – PMC - PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 005/2025 - PMC. Fornecimento. Objeto: Aquisição de material didático e de expediente, para manutenção das secretarias do município de Caetés/PE. Valor Máximo Aceitável R$: 955.682,96. Início do acolhimento das propostas: dia 28/03/2025 às 9h30. Encerramento de recebimento das propostas: dia 10/04/2025 às 9h30. Início da abertura da Sessão Pública de lances dia 10/04/2025 às 10h30, (horário de Brasília). Edital disponível para consulta e cópia na internet no endereço: **https://bnc.org.br/ www.caetes.pe.gov.br**. Outras informações no Departamento de Contratação, Endereço: Praça Rafael Brasil Pereira S/Nº

Caetés, PE, 27 de março de 2025.
NIVALDO DA SILVA MARTINS
Prefeito

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA/PE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 008/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS (SRP) Nº 006/2025. OBJETO: Registro de Preços de material médico hospitalar e equipamentos para o bloco Cirúrgico, como também os itens mal sucedidos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024 visando suprir as necessidades do Hospital Municipal Nossa Senhora de Fátima, objetivando atender as necessidades da Secretaria de Saúde do município de Toritama – PE, valor máximo total aceitável de **R$ 967.113,46 (novecentos e sessenta e sete mil, cento e treze reais e quarenta e seis centavos)**, no sitio: **www.bnc.org.br**. Data e hora da abertura: **10/04/2025 às 09h:00min** (horário de Brasília/DF), os interessados poderão acessar e fazer download do edital e anexos nos sites: **www.bnc.org.br** e **www.toritama.pe.gov.br** Outras informações podem ser obtidas na sala da Coordenadoria de Licitações, situada no prédio do Centro de Distribuição da Prefeitura situado a Av. Dorival José Pereira, nº 464, Tavares Martins – Toritama/PE no horário das 08:00 às 12:00hs, de segunda a sexta-feira, ou através de solicitação por e-mail: **licitacao@toritama.pe.gov.br**.

Toritama/PE, 27 de março de 2025.
Dennys Emanuel Tavares Silva
Pregoeiro.

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA/PE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PMT Nº 010/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PMT (SRPC) Nº 008/2025. OBJETO: Registro de Preços Corporativo para o fornecimento e instalação de câmeras de monitoramento, sistema de cercas elétricas, alarmes e seus respectivos equipamentos, para os órgãos e entidades que integram o Poder Executivo do Município de Toritama-PE, valor máximo total aceitável de **R$ 334.396,13 (trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e treze centavos)**, no sitio: **www.bnc.org.br**. Data e hora da abertura: **11/04/2025 às 09h:00min** (horário de Brasília/DF), os interessados poderão acessar e fazer download do edital e anexos nos sites: **www.bnc.org.br** e **www.toritama.pe.gov.br** Outras informações podem ser obtidas na sala da Coordenadoria de Licitações, situada no prédio do Centro de Distribuição da Prefeitura situado a Av. Dorival José Pereira, nº 464, Tavares Martins – Toritama/PE no horário das 08:00 às 12:00hs, de segunda a sexta-feira, ou através de solicitação por e-mail: **licitacao@toritama.pe.gov.br**.

Toritama/PE, 27 de março de 2025.
Dennys Emanuel Tavares Silva - Pregoeiro.

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 007/2025/SEDUC - PREGÃO ELETRÔNICO/SRP 001/2025/SEDUC
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA/PE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER – CNPJ N.º 30.382.029/0001-46.
OBJETO: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto o acréscimo de Dotação Orçamentária: **Órgão/Unidade** nº 021501, 021503, 021510 e 021610, **Projeto Atividade** nº 2.221, 1.032, 2.069, 1.033, 1.924, 2.204, 1.085, 1.086, 1.089, 1.118, 1.222, 2.174, 1.090, 1.067, 1.091, 2.998 e 1.930, **Elemento de Despesas** nº 44.90.52 e **Fonte de Recurso** Manutenção do Sistema de Ensino Integral, Recurso Próprio, QSE-FUNDEB, FUNDEB VAAF, VAAT E VAAR, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de aparelhos de ar-condicionado, bebedouros, geladeiras e freezers, visando atender às necessidades da Rede Municipal de Ensino e da estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação.
CONTRATADAS:
AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA inscrita no CNPJ nº 46.368.367/0001-63.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025/SEDUC
CLICK MATERIAL DE ESCRITÓRIO PAPELARIA E INFORMÁTICA EIRELI inscrita no CNPJ nº 04.993.466/0001-96.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2025/SEDUC
RM CONSULTORIA EM LICITAÇÕES LTDA inscrita no CNPJ nº 47.564.742/0001-03.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2025/SEDUC

Santa Maria da Boa Vista/PE, 27 de março de 2025.
CARLOS AUGUSTO DO NASCIMENTO - Secretário de Educação, Esporte e Lazer

CONTADOR, ANUNCIE SEUS EDITAIS NO DIARIO PELO MELHOR CUSTO BENEFÍCIO!

CONSULTE NOSSO DEPARTAMENTO COMERCIAL!
81 2122.7892
depto.comercial@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br
DIARIOdePERNAMBUCO
DESDE 1825

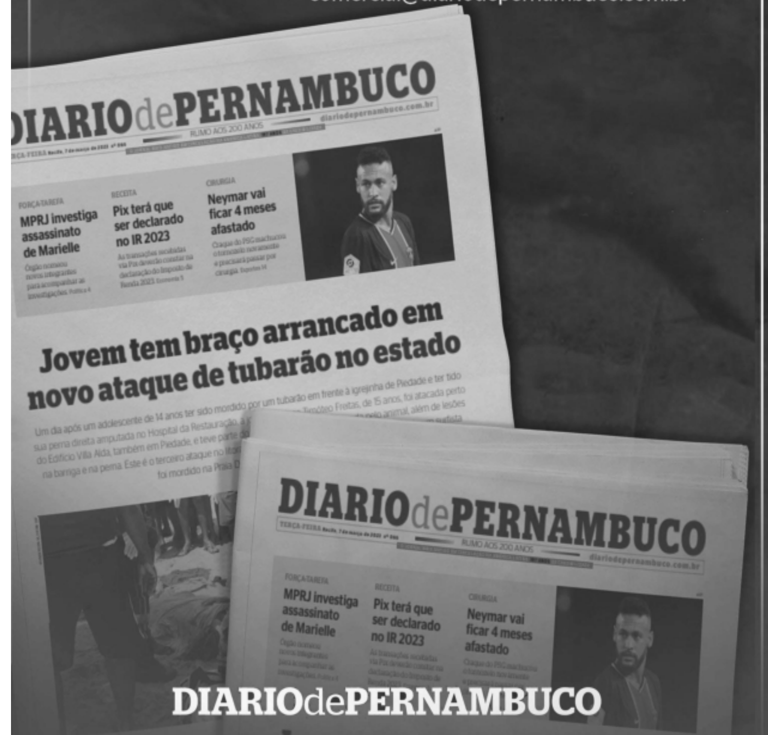


Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250328

PUBLIQUE O BALANÇO DA SUA EMPRESA NO DIARIO DE PERNAMBUCO.

VEICULAÇÃO LEGAL CERTIFICADA NO IMPRESSO E NO DIGITAL, COM MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO!

Solicite uma proposta comercial:
81 2122.7892
depto.comercial@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO N° 3401.2025.AC-15.CE.90001.SAD.SEDUH Objeto: Contratação de empresa especializada para execução das obras de construção da unidade de triagem de materiais recicláveis localizada no município de Araçoiaba/PE. Valor máximo estimado: R$ 2.929.129,50 (dois milhões, novecentos e vinte e nove mil cento e vinte e nove reais e cinquenta centavos). Início disputa: 16/04/2025, às 10:00h (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site **www.compras.gov.br** e **www.gov.br/pncp**. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações: (81) 3181-7811 e e-mail ac15@sad.pe.gov.br. Ademir Machado Cordeiro Junior. Agente de Contratação 15.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3956.2025.AC 65.PE.0110.SAD.SAS SEI nº 1300000063.000406/2024-01 OBJETO:Fornecimento de MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E BRINQUEDOTECA, visando atender as necessidades da Secretaria de Assistencia Social, Combate à Fome e Política sobre Drogas - SAS, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referencia (Anexo I). Valor máximo estimado dos ITENS: R$ 624.956,7266 (seiscentos e vinte quatro mil, novecentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos). Entrega das Propostas até: 11/04/2025 às 08h30; Início da Disputa: 11/04/2025, às 09h Horário de Brasília. O edital na íntegra está disponível na página eletrônica: **www.peintegrado.pe.gov.br**. Outras informações: (81) 31837828 / 3183-7961. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Adriana Beltrão Burgos/ Agente de Contratação -AC 54.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3500.2025.AC-46.PE.0067.SAD.SASSEPE Objeto:Fornecimento de Medicamentos Cardiológicos, Injetáveis e outros,visando atender as necessidades do Hospital dos Servidores do Estado de Pernambuco-HSE/PE, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I). Valor máximo estimado: R$ 140.487,5240 (Entrega das propostas: até 11/04/2025, às 08:30. Início disputa: 11/04/2025, às 09:00 (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site **www.peintegrado.pe.gov.br**. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações (81) 3183.7757. Fábio Rogério de Souza Pregoeiro/AC-21-SAD/PE.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA PROCESSO Nº 3978.2025.CCSAD III.CE.0032.SAD.DER-PE OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DE ENGENHARIA PARA RESTAURAÇÃO DA RODOVIA PE-187, TRECHO: ENTR. PE-177 (ANGELIM) / PALMEIRINA / ENTR. BR-424 (POÇO COMPRIDO), COM EXTENSÃO TOTAL DE 27,58 KM. Valor máximo estimado: R$ 1.159.482,40. Entrega das propostas: até 27/05/2025, às 10:00. Início disputa: 27/05/2025, às 10:15 (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site **www.compras.gov.br**. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações (81) 3183-7811. Ana Melissa de Carvalho Sousa Gomes, Danielly Barbosa Costa Lima Soares, Enrico Wagner Ferreira Lins de Azevedo, Orlando José dos Santos (Comisssão de Contratação III).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA PREGÃO Nº 900232025 Objeto: Formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento eventual de CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS, visando atender às demandas da Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil SEPDEC/SDS.Valor máximo estimado: R$ 5.639.100,00 Início disputa: 14/04/2025, às 10:00 (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site **www.compras.gov.br**. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações: (81) 3183.7760. e e-mail **lindomar.silva2@saude.pe.gov.br** Pregoeiro/ Agente de Contratação 26.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA PREGÃO Nº 90087.2025 Objeto: Formação de Ata de Registro de Preços Corporativa para o fornecimento eventual de lâmpadas, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas. Valor máximo estimado: R$ 1.159.032,5890. Início disputa: 10/04/2025, às 09:00 (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site **www.compras.gov.br**. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações: (81) 3183-7830 e e-mail **pregoeiro13@sad.pe.gov.br** Tarcísio Ferraz Pregoeiro / Agente de Contratação 36.

CONTADOR, ANUNCIE SEUS EDITAIS NO DIARIO PELO MELHOR CUSTO BENEFÍCIO!

CONSULTE NOSSO DEPARTAMENTO COMERCIAL!
81 2122.7892
depto.comercial@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br

DIARIOdePERNAMBUCO
DESDE 1825



Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250328

Eufrázio

12 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 28 de Março de 2025

Publicidade 28 03 2025

Assinaturas



DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107
Certificado Digital
contato@diariodepernambuco.com.br
Assinou

Eventos do documento

28 Mar 2025
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107
Assinou Email: contato@diariodepernambuco.com.br. Dados do Certificado: CN=DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107, OU=videoconferencia,OU=22677427000161, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=RECIFE, ST=PE,O=ICP-Brasil, C=BR.

-



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**